



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GLAUCO RIVELINO FERREIRA DE ARAÚJO

**MIGRAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E PESCA EM AUGUSTO CORREA-PA
(1990-2010)**

Belém
2012

GLAUCO RIVELINO FERREIRA DE ARAÚJO

**MIGRAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E PESCA EM AUGUSTO CORREA-PA
(1990-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva.

BELÉM
2012

GLAUCO RIVELINO FERREIRA DE ARAÚJO**MIGRAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E PESCA EM AUGUSTO CORRÊA-PA
(1990-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia/ PPGeo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. João Márcio da Silva Palheta.

Data da defesa: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

João Márcio da Silva Palheta
Prof. Orientador - Dr. em Geografia - UNESP
Faculdade de Geografia e Cartografia – IFCH/Universidade Federal do Pará

Carlos Alexandre Leão Bordalo
Membro avaliador – Prof. Dr. em Geografia Física
Faculdade de Geografia e Cartografia – IFCH/Universidade Federal do Pará

Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Membro Avaliador Externo - Prof. Dr. em Géographie et Aménagement – Université de Toulouse II. Prof. Adjunto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); e prof. do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNIFAP.

Dedico este trabalho aos amores da minha vida: Aline, Gabriel e Miguel. Além, obviamente, àquela que, em determinado tempo da minha vida me disse que, naquele momento, não poderia me dar determinado objeto que eu muito queria, mas me fez acreditar que, um dia, “estudando”, eu teria muito mais que aquilo que eu lhe pedia: minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Deus. Senhor de todas e sobre todas as coisas. Aquele que trouxe à existência o mundo e tudo o que nele há pelo poder de sua palavra. Que, nos momentos mais difíceis desta dissertação supriu minhas necessidades e me capacitou para concluí-la. Que cuidou da minha família em todos os momentos em que, por ter que dedicar tempo a esta dissertação, estive ausente. A ele a glória e a honra que, porventura, este trabalho possa fazer jus. Muitíssimo obrigado Senhor, meu Deus, sem Ti eu se quer existiria.

À Aline, querida esposa, colaboradora e incentivadora incansável deste trabalho. Ao Gabriel, querido e amado filho, pela compreensão quando não pude acompanhar suas atividades escolares e nem jogar bola com ele. Ao Miguel, meu pequeno grande amor, por, mesmo sem saber, ter sido penalizado com a minha ausência. Muito obrigado, eu os amo muito, a vida não teria o mesmo sentido sem vocês.

Ao meu orientador, João Márcio da Silva Palheta, pelo auxílio e paciência que dedicou a mim durante todo o tempo, desde o momento que aceitou a difícil tarefa de me orientar, mesmo com todas as obrigações de trabalho que acumula diariamente: esposo, pai, professor, diretor... Valeu João, te sou e serei imensamente grato.

À banca examinadora formada pelo prof. Dr. Ricardo Ângelo, pelas críticas pertinentes ao meu relatório de qualificação, além do esforço e boa vontade ao deixar seus afazeres em Macapá para participar da defesa da dissertação; e pelo prof. Dr. Carlos Bordalo, que gentilmente aceitou contribuir com este trabalho e sobre o qual ofereceu generosas críticas.

À minha família, sempre presente nas lutas do dia a dia, de quem sempre tive apoio, orações e credibilidade necessários pra não desistir nas horas de dificuldades. Aos meus inesquecíveis avós: Antônio Estephano Ferreira (*in memória*) e Raimunda Gonçalves da Paixão, que me pouparam da roça para que eu pudesse estar na sala de aula. Agradecimento aos meus irmãos Gladson, Talita, Franciana e Zarife, em especial à minha irmã Glaúcia, defensora incansável da minha capacidade de realização.

Ao pessoal do LAIG (Laboratório de Análise e Informações Geográficas) pelo fundamental apoio para a realização deste trabalho. Obrigado ao amigo e prof. Cristhian Nunes, pelo apoio prestado por seus bolsistas para realização do trabalho de campo. Muito obrigado à Joelma, à Laís e ao Caio, por terem se disposto a viajar para Augusto Corrêa, durante o trabalho de campo, e pelo auxílio técnico na elaboração da cartografia deste trabalho.

À Iane, guerreira, que apostou na educação como processo emancipatório e que tal como eu teve que sair do interior para garimpar na cidade as possibilidades de uma vida melhor. Valeu pelo apoio fundamental no processo de revisão deste trabalho.

Ao Dr. Israel Cintra, professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), pela valiosa entrevista, sobre o processo de deslocamento da pesca da lagosta no litoral Norte/Nordeste do Brasil.

Ao Bruno, pelo importantíssimo apoio, que viabilizou o acesso à biblioteca do CEPNOR, fundamental para a aquisição de dados sobre a pesca da lagosta no Norte/Nordeste.

A todos os atores sociais envolvidos neste trabalho, sem os quais o mesmo não seria possível. Pescadores, armadores e empresários de pesca, comerciantes e moradores de Augusto Corrêa em geral, tanto os do lugar quanto àqueles que chegaram recentemente, que assumiram a cidade como seu lugar ou estão de passagem. Especialmente ao Antônio Maria, o “perparado”, pela boa vontade em expor o seu cotidiano, fundamental para a compreensão da dinâmica da pesca artesanal em Augusto Corrêa.

Muito obrigado à administração municipal pela relevante contribuição. Ao apoio da prefeitura, na pessoa do prefeito municipal, fundamental para que a pesquisa de campo que fundamenta este trabalho ocorresse. Ao secretário de meio ambiente, pela entrevista.

À Secretária Executiva de Educação do Estado do Pará, pela liberação das obrigações de sala de aula e pelo apoio financeiro, através da bolsa de estudos que me foi concedida.

À direção da Escola Tenente Rego Barros, pela flexibilização do horário de trabalho, importante para a construção desta dissertação.

Aos meus estimados companheiros da Escola Tenente Rêgo Barros, pelo excelente ambiente de trabalho, o que contribuiu para que este trabalho fosse elaborado de forma mais tranqüila.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho e que, por ventura, eu tenha deixado de fazer menção no decorrer destes agradecimentos. Muito obrigado.

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para tudo em baixo do céu;”
Eclesiastes 3: 1

“Deus não joga dados.”
Albert Einstein

RESUMO

Este trabalho trata do processo de migração e a conseqüente territorialização de pescadores nordestinos em Augusto Corrêa a partir da década de 1990, ou seja, no contexto da pesca da lagosta que a partir do referido período foi implantada naquele município. O objetivo central foi analisar a influência da pesca da lagosta na dinâmica migratória, populacional e espacial do município de Augusto Corrêa no período de 1990 a 2010. Além de discutir e analisar a relação entre as taxas de crescimento e/ou retração populacional, bem como identificar e compreender os fatores que contribuíram para a migração em direção ao nordeste paraense, em especial para o município citado; e, ainda, realizar uma cartografia da dinâmica migratória da pesca da lagosta e de seus atores. Para tanto, se realizou pesquisas bibliográficas em instituições específicas, seguida de visitas a campo, que embasaram empiricamente este trabalho. O resultado foi a constatação das hipóteses sobre a temática, exceto uma. Dentre as constatações estão o crescimento da área urbana da sede municipal e de sua população e a existência de conflitos territoriais na cena pesqueira local. Espera-se, portanto, que as análises e reflexões contidas neste trabalho contribuam para o conhecimento e suscitem novas e necessárias indagações e interpretações sobre a realidade socioespacial regional.

PALAVRAS CHAVE: Augusto Corrêa. Espaço. Migração. Pesca. Territorialização.

ABSTRACT

This work deals with the migration process and the consequent territorialization of Northeastern fishermen Augusto Corrêa from the 1990s, that is, in the context of the lobster fishery that from this period was located in that municipality. The main objective was to analyze the influence of the lobster fishery in the migratory dynamics, population and spatial Augusto Correa municipality from 1990 to 2010. In addition to discussing and analyzing the relationship between growth rates and / or population decline and identify and understand the factors that contributed to the migration toward the northeast Pará, especially for the municipality mentioned; and also carrying out a mapping of the migratory dynamics of lobster fishing and its actors. Therefore, it held literature searches on specific institutions, followed by field visits, which empirically embasaram this work. The result was the realization of hypotheses on the subject, except one. Among the findings are the growth of the urban area of the municipal headquarters and its population and the existence of territorial conflicts in the local fishing scene. It is expected, therefore, that the analyzes and reflections in this work contribute to the knowledge and raise new and necessary inquiries and interpretations of the regional sociospatial.

KEYWORDS: Augusto Corrêa. Space. Migration. Fishing. Territorialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FUGURAS

Mapa 1: Município de Augusto Corrêa	60
Mapa 2: Mesorregião bragantina	61
Gráfico 1: população de Augusto Corrêa por sexo e faixa etária em 1991	67
Gráfico 2: População de Augusto Corrêa por sexo e faixa etária, 2000	68
Planta 1: Planta baixa da sede do município de Augusto Corrêa, em 1985	70
Imagem da análise multitemporal das transformações espaciais ocorridas na sede do município de Augusto Corrêa entre 1986 e 2010	71
Planta 2: Planta baixa atual da sede do município de Augusto Corrêa	73
Gráfico 3: Procedência dos Migrantes em Augusto Corrêa	76
Gráfico 4: Origem, por naturalidade, dos imigrantes em Augusto Corrêa: 1991 e 2000	81
Mapa 3: Estados de origem dos pescadores nordestinos em Augusto Corrêa (1990-2010)	83
Fotografias 1 e 2: Caminhão frigorífico paulista a espera do carregamento de peixe em Augusto Corrêa	94
Fotografia 3: Canoas e barcos de pesca de pequeno porte em Augusto Corrêa	99
Fotografia 4: manzuá de ferro, utilizado na captura de lagosta	102
Fotografia 5: rede serreira em barco de pesca nordestino	105
Mapa 4: Deslocamento da pesca da lagosta na costa norte/nordeste do Brasil	112
Fotografia 6: Tipos de embarcações registradas na colônia de pescadores de Augusto Corrêa Z-18	126
Fotografia 7: embarcações de origem nordestinas: típicas da pesca da lagosta	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estoque de empregos, segundo setor de atividade econômica 2000-2010	62
Tabela 2: Número de estabelecimentos com vínculo empregatício segundo setor de atividade econômica entre 1999 e 2010	62
Tabela 3: Lavoura Temporária: Principais produtos cultivados no município de Augusto Corrêa entre 1990 e 2010 – quantidade em toneladas	63
Tabela 4: Lavoura temporária: principais produtos cultivados no município de Augusto Corrêa entre 2000 e 2009 – valor da produção em R\$ (Mil Reais)	63
Tabela 5: Lavoura permanente: principais produtos cultivados no município de Augusto Corrêa entre 2004 e 2010 – quantidade em toneladas	64
Tabela 6: Lavoura permanente: principais produtos cultivados no município de Augusto Corrêa entre 2004 e 2009 – valor da produção em r\$ (mil reais)	64
Tabela 7: transferências constitucionais do ICMS, FPM, IPI, FUNDEF/FUNDEB e IPVA 2005 – 2010* (valores em r\$)	65
Tabela 8: IDH Índice de desenvolvimento humano do município de Augusto Corrêa – 1970 - 2000	66
Tabela 9: Taxa de crescimento anual da população residente no município de Augusto Corrêa, 2000 a 2007	68
Tabela 10: Origem das famílias dos bairros da área de expansão de agosto Corrêa	74
Tabela 11: Origem dos entrevistados durante a pesquisa de campo em agosto Corrêa	82
Tabela 12: Origem dos migrantes nordestinos em Augusto Corrêa, no período de 1990 a 2010	82
Tabela 13: Fator/causa da migração de nordestinos para Augusto Corrêa, no período de 1990 a 2010	88
Tabela 14: Influência de amigos, parentes e patrões no processo de migração de nordestinos para Augusto Corrêa, no período de 1990 a 2010	89
Tabela 15: Produção de lagosta, em tonelada, por município, no Pará, entre 1997 e 2003	146

LISTA DE SIGLAS

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais
 AC – Augusto Corrêa
 AL – Alagoas
 AP – Amapá
 BA – Bahia
 BASA – Banco da Amazônia Sociedade Anônima
 CE – Ceará
 CEPNOR – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte
 CEPENE – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste
 CGLS – Comitê Gestor do Uso Sustentável da Lagosta
 CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
 CP-Z18 – Colônia de Pesca Z-18, de Augusto Corrêa
 DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
 EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 ES – Espírito Santo
 EUA – Estados Unidos da América
 FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
 FPM – Fundo de Participação dos Municípios
 FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
 FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental
 GPS – Sistema de Posicionamento Global
 IBAMA – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
 ICMS – Imposto sobre Mercadorias e Serviços
 IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará
 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
 IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
 IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
 IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
 LAIG – Laboratório de Análise e Informação Geográfica
 MA – Maranhão
 MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MG – Minas Gerais
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
 MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
 NE – Nordeste
 ONU – Organização das Nações Unidas
 PA – Pará
 PB – Paraíba
 PE – Pernambuco
 PI – Piauí

PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RN – Rio Grande do Norte
RN – Rio Grande do Norte
SC – Santa Catarina
SCCGLS – Subcomitê científico do Comitê Gestor do Uso Sustentável da Lagosta
SE – Sergipe
SEAP – Secretaria Nacional Especial de Aquicultura e Pesca
SECTAM – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará
SEPAq – Secretaria de Pesca e Aquicultura
SEPOF – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
SP – São Paulo
SPVEA – Superintendência do Plano de Desenvolvimento Econômico da Amazônia
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TCC – Trabalhos de Conclusão de Curso
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

RESUMO**ABSTRACT****LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I. MIGRAÇÃO E TERRITÓRIO: PARA PENSAR GEOGRAFICAMENTE A TERRITORIALIZAÇÃO DA PESCA.....	23
1.1. MIGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO: PROCESSOS SIMULTÂNEOS.....	24
1.1.1. Principais abordagens teórico-conceituais sobre migração.....	24
1.1.2. O problema das abordagens taxonômicas ou clássicas sobre a migração.....	28
1.1.3. Migração, Imigração e Emigração.....	30
1.2. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO.....	40
1.3. PESCA ARTESANAL E PESCA INDUSTRIAL: UMA DIFERENCIAÇÃO NECESSÁRIA.....	43
1.3.1 Pesca, identidade e território.....	43
1.3.2. Definições necessárias para compreensão da atividade pesqueira.....	44
1.3.3 Pesca artesanal ou pesca industrial? Uma escolha, múltiplas implicações.....	48
1.4. PESCA E MIGRAÇÃO.....	51
CAPÍTULO II: MIGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO EM AUGUSTO CORRÊA - PA: DINÂMICA MIGRATÓRIA E POPULACIONAL NA PESCA.....	58
2.1. HISTÓRICO, LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA - PA.....	58
2.2. MIGRAÇÃO E CRESCIMENTO POPULACIONAL URBANO EM AUGUSTO CORRÊA.....	66
2.3. MIGRAÇÃO E EXPANSÃO URBANA EM AUGUSTO CORRÊA A PARTIR DE 1990.....	70
2.4. POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO NO NORDESTE PARAENSE: O NE NO NORDESTE.....	77
2.5. POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO EM AUGUSTO CORRÊA PÓS-1990: O NE EM AUGUSTO CORRÊA.....	80
2.6. PESCA DA LAGOSTA (<i>P. ARGUS</i> E <i>P. LAEVICAUDAS</i>) E MIGRAÇÃO EM AUGUSTO CORRÊA: IBGE <i>VERSUS</i> ARMADORES.....	84
2.7. PESCA DA LAGOSTA E FORÇA DE TRABALHO EM AUGUSTO CORRÊA: MIGRAÇÃO COMO MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO....	88
CAPÍTULO III: MIGRAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E PESCA: DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM AUGUSTO CORRÊA – PA.....	93
3.1. A PESCA EM AUGUSTO CORRÊA: DIFERENÇAS E CONTRADIÇÕES...	93
3.2. O CAPITAL LAGOSTEIRO EM AUGUSTO CORRÊA: A ESCOLHA.....	109
3.2.1. Caracterização ambiental e área de distribuição da lagosta vermelha (<i>P. argus</i>) e da lagosta verde (<i>P. laevicaudas</i>).....	110
3.2.2. O percurso do capital lagosteiro até Augusto Corrêa - PA.....	111
3.3. O CAPITAL LAGOSTEIRO NORDESTINO EM AUGUSTO CORRÊA: A TERRITORIALIDADE DOS NOVOS ATORES NA CENA LOCAL.....	118

3.4. O CAPITAL LAGOSTEIRO EM AUGUSTO CORRÊA: AS TERRITORIALIDADES E OS CONFLITOS.....	127
3.5. O CAPITAL LAGOSTEIRO EM AUGUSTO CORRÊA: IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS.....	136
3.5.1. Implicações socioeconômicas.....	136
3.5.2. Os impactos sobre o meio ambiente pesqueiro e sobre a pesca locais.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	154
ANEXOS.....	158

INTRODUÇÃO

A migração é um tema interdisciplinar, não obstante tenha sido historicamente objeto de maior interesse da Geografia, pois é nesta que os estudos sobre esta questão tem sido mais freqüentes, dada a relação direta entre dinâmica populacional e o objeto central de estudo da ciência geográfica: o espaço. Compreender os fluxos migratórios, suas razões, suas direções, seus sentidos, seus impactos espaciais, tem sido alvo daqueles que se lançam na investigação da problemática população *versus* espaço. Aqui reside uma razão relevante para o estudo do tema em tela.

Segundo Aragón (2005:19), é evidente a queda do interesse pela problemática migratória na Amazônia, conforme pode se observar pelas referências coletadas. Tais referências, ainda de acordo com o autor, são “resíduos” de estudos desenvolvidos durante as décadas de 1970 e 1980. Com base em Hogan (2002) e Martine (1992), Aragón (2005, p. 19) credita este fenômeno ao fato dos

[...] aspectos demográficos serem considerados, hoje, como fatores intervenientes, e não necessariamente determinantes dos processos sociais e econômicos, o que tem levado a incorporar as análises geográficas em temas mais gerais, sendo, por isso mesmo, mais difícil de identificar variáveis demográficas mais específicas.

E neste contexto, os estudos sobre migração no nordeste paraense, ao que parece, tem sido relegado a um segundo plano, haja vista, conforme enunciado anteriormente, ser a região em tela considerada uma região deprimida economicamente. Talvez isso ocorra porque, assim como o capital, o interesse científico, muitas vezes, desloca sua atenção para os espaços mais valorizados, ou melhor, para aqueles espaços que podem garantir uma maior visibilidade àqueles que “produzem ciência”. No caso do Pará, as regiões Sudeste, Sul e Oeste.

Porém, as regiões ditas deprimidas não perdem a sua dinâmica socioeconômica e espacial. As transformações espaciais são constantes, pois o espaço tem por característica ser dinâmico, estar em constante mutação, seja por fluxos econômicos ou políticos, externos ou internos. E, os fluxos migratórios ocupam parte importante na compreensão da dinâmica dos processos espaciais.

São notórias as transformações socioeconômicas e espaciais por que o nordeste paraense tem passado recentemente, mais especificamente o município de Augusto Corrêa. Tais alterações estão relacionadas a fatores como: crescimento populacional, presença significativa de nordestinos, surgimento de novos bairros, ampliação da pressão sobre os recursos pesqueiros, alteração na forma de ocupação da população local, o choque entre

culturas e territorialidades diferentes (migrantes *versus* autóctones), aumento dos casos de violência, dentre outros.

Dessa forma, compreender os movimentos migratórios no Nordeste paraense e as implicações espaciais a ele relacionadas significa compreender a dinâmica sócio-econômica desta região. Significa compreender se sua dinâmica populacional e espacial atual está relacionada a fatores extra-regionais ou autóctones. Em suma, permite compreender a própria organização espacial da região objeto deste estudo.

A organização espacial, entendida como uma expressão que equivale à estrutura territorial, configuração espacial, arranjo espacial, espaço socialmente produzido ou simplesmente espaço, pode ser entendido ainda, de acordo com Correa (2005, p.28), como “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra”. Esta organização espacial é, por sua vez, produto das práticas espaciais engendradas pelo homem em sua relação social e em sua particular relação com a natureza.

No longo e infindável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais (CORREA, 2005, p.35).

Pode-se, portanto, compreender as migrações como práticas sociais, haja vista que impactam diretamente o espaço em suas várias nuances e são espacialmente localizáveis. Tem origem e destino. Tem causas e conseqüências, espaciais entre elas.

Nesse sentido, compreender a dinâmica dos fluxos migratórios em Augusto Corrêa, localizado na mesorregião nordeste do Pará, suas origens e destinos, suas causas e conseqüências, suas interações espaciais, mostra-se importante, pois permitirá uma melhor compreensão de parte da totalidade sócio-econômica e espacial do estado do Pará e, por conseguinte, da Amazônia.

Importante, também, é notar que os resultados obtidos, quando de sua(s) conclusão(ões), podem subsidiar as administrações locais, conforme seus interesses, na implementação de políticas públicas que tenham por objetivo atender as demandas originadas desse incremento populacional que a região tem recebido. Além disso, é real a carência de estudos demográficos, conforme já mencionado anteriormente em citações como Aragón (2005), e neste sentido, este estudo pode subsidiar, também, professores e alunos do ensino fundamental e médio no que concerne a temática em questão: a demografia regional, suas interações e reflexos na sociedade, na economia e no espaço regional. E, mais, contribuirá

para subsidiar docentes e discentes na análise de conceitos e categorias geográficas: o espaço como meio, condição e reflexo das práticas sociais; o território e suas múltiplas nuances (simbólica, econômica, jurídico-política, integradora e relacional); a região e sua apreensão pelas sociedades intra e extra-regionais; o lugar e suas especificidades; e a paisagem regional como produto da relação sociedade-natureza.

Ressalta-se aqui que a área objeto de estudo, é considerada, do ponto de vista econômico, conforme vários autores, dentre os quais Rocha (2005), uma região “deprimida”. Ora, uma região “deprimida” tem como característica principal a repulsão populacional e não o contrário. Neste sentido convém questionar: Qual a causa do fluxo de pescadores nordestinos em direção as cidades de Augusto Corrêa na microrregião bragantina, no nordeste paraense, nos últimos 20 anos? Como se manifestam as territorialidades dos atores sociais envolvidos nesse processo: pescadores (e familiares) nordestinos e pescadores locais? O número de imigrantes nordestinos, relacionados à atividade pesqueira, em direção ao nordeste paraense é elevado? Como tem se dado a distribuição da população migrante no município de Augusto Corrêa? Qual o impacto desse fluxo na sociedade, no espaço e na economia local/regional? Qual(is) o(s) estado(s) de origem dos imigrantes? Os pescadores nordestinos vêm diretamente da Região Nordeste do Brasil ou são deslocados de outros municípios paraenses? Qual a média de idade da população imigrante?

Essas são algumas das questões norteadoras desta pesquisa. Pois, partindo dessas questões entendemos ser possível lançar luz sobre os movimentos migratórios no nordeste paraense, em especial em Augusto Corrêa, e, assim, permitir uma melhor compreensão sobre a dinâmica populacional e espacial da área em questão.

Desta forma, pretende-se neste trabalho analisar a influência da atividade pesqueira (pesca da lagosta) na dinâmica migratória, populacional e espacial do município de Augusto Correa no período de 1990 a 2010. E, ainda, discutir e analisar a relação entre as taxas de crescimento e/ou retração populacional e a atividade pesqueira desenvolvida no município no intervalo entre 1990 e 2010; identificar e compreender os fatores que contribuíram para a migração em direção ao nordeste paraense, em especial para o município de Augusto Corrêa-PA, entre 1990 e 2010; realizar uma cartografia da dinâmica migratória da pesca da lagosta e de seus atores, bem como da expansão da área urbana da sede do município.

As hipóteses que norteiam o desenvolvimento desta pesquisa são as seguintes: o crescimento da atividade pesqueira, a pesca da lagosta, por empresas de capital nordestino, na região nordeste do Pará, no município de Augusto Corrêa, a partir da década de 1990,

provocou alterações importantes naquele município, mudanças relacionadas à população, à organização do espaço geográfico e à sociedade local em geral, na medida em que são observadas transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais na área urbana da sede do município: valorização imobiliária em determinadas áreas, aumento de situações de estresse social em outras, surgimento de prostíbulos, crescimento do consumo de drogas etc.; a atividade pesqueira impactou a dinâmica econômica, social e cultural do município, que se materializa nos mecanismos de produção introduzidos na estrutura produtiva, na fluidez dos fluxos econômicos e nas (re)produções socioculturais; o dinamismo social e econômico local dos últimos anos configurou uma nova realidade socioespacial diferente daquela observada no auge da exploração da pesca da lagosta no município, produto das flutuações dessa atividade, o que pode ser constatado através de dados sobre a dinâmica econômica e dos indicadores de fluxo e refluxo populacional no período de análise deste estudo.

Para a execução da pesquisa condicionamos uma série de etapas que foram desenvolvidas. Elegemos como ação prioritária uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema, iniciada a partir das aulas do mestrado, seja nas aulas teóricas que compõe a estrutura curricular do referido curso de Mestrado, seja na prática de levantamento de dados nas bibliotecas especializadas da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (CEPNOR), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); assim como nos sites de instituições públicas como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Social, Econômica e Ambiental do Estado do Pará (IDESP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Secretaria de Pesca e Aquicultura do Pará, dentre outros.

Outra etapa do trabalho foi a pesquisa de campo. Esta etapa foi realizado em dois momentos: em maio e outubro de 2011. Nela foram realizadas entrevistas e levantamento fotográfico que possibilitaram uma melhor compreensão sobre o fenômeno pesquisado. As entrevistas ocorreram de duas maneiras: uma via relatos orais e outra através da aplicação de questionários.

A primeira fase baseou-se em conversas gravadas, relatos orais, com o consentimento dos entrevistados, cujo objetivo era obter informações sobre a realidade da pesca em Augusto Corrêa de modo mais espontâneo possível. Nesta fase foram realizadas 31 entrevistas. Foram entrevistados autoridades públicas, empresários, comerciantes, moradores, representante da Colônia de Pescadores e pescadores locais; além de empresários, armadores de pesca,

pescadores e seus familiares. São, portanto, sujeitos sociais chaves para a compreensão da realidade local, cujos relatos, baseados na experiência cotidiana, foram fundamentais para a compreensão do fenômeno social e geográfico aqui analisado.

As entrevistas foram abertas, com perguntas diretas, sem obedecer, portanto, um questionário escrito e fechado. Estas entrevistas foram fundamentais para compreender de modo mais claro, e na prática, aquilo que até então estava no campo da abstração, como: as condições socioeconômicas dos entrevistados, o lugar de origem dos migrantes, o porque, quando, o contexto em que migraram, qual a atividade econômica que realizam, o que pensam sobre a mesma e o lugar em que se encontram; quanto às autoridades, os moradores e os pescadores locais, as entrevistas mostram claramente que o que pensam sobre os migrantes varia de acordo com os interesses envolvidos, embora haja certas generalizações e restrições em relação ao sujeito migrante, conforme está posto no capítulo II deste trabalho.

A segunda fase da pesquisa de campo está relacionada à aplicação de questionários. Aqui as perguntas foram diretas, conforme pode ser observado no modelo de questionário em anexo. O objetivo principal desta fase foi o de compreender uma das questões centrais deste trabalho: compreender o processo de surgimento de novos bairros na cidade de Augusto Corrêa, a origem de seus moradores e relacionar a ocupação desses bairros à dinâmica migratória desencadeada pela pesca da lagosta. Para tanto, foram aplicados 231 questionários junto aos moradores dos bairros Bom Jesus, Pratiacú, São Benedito, Lírio dos Vales e Jardim Bela Vista. A escolha destes bairros é justificada pelo fato de serem os bairros criados mais recentemente, isto é, nos últimos 20 anos. Os questionários foram aplicados de forma aleatória entre os moradores, de modo a identificar as variáveis aqui mencionadas.

Outro fator importante da entrevista foi a observação e análise da paisagem. Neste aspecto, muitas modificações importantes na paisagem local ocorreram: a paisagem do porto, com a presença de embarcações de tipos e portes que não eram comuns ao lugar; a implantação de novas próteses ou objetos espaciais (SANTOS, 2001), como fábricas e empresas de filetagem de peixe; a presença de um grupo(s) social(s) que a pouco tempo não se observava no lugar, como pedintes e catadores de lixo, profissionais do sexo. Ou seja, modificações que vão desde aspecto físico ao social e cultural da paisagem. (No capítulo II este assunto será melhor apresentado).

Concomitante a etapa de pesquisa bibliográfica, desenvolvi o levantamento de dados populacionais em órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) órgãos estaduais específicos, relacionados à Pesca e a estudos populacionais, como a Secretaria de

Pesca e Aquicultura do Estado do Pará (SEPAQ) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) e secretarias do município (de agricultura e pesca, de finanças, de administração e meio ambiente), e órgãos representativos dos pescadores (Colônia de Pescadores – Z-18) tendo em vista a obtenção de dados primários e secundários sobre o tema objeto da pesquisa. Nesta etapa foi realizada uma análise documental objetivando subsidiar o trabalho tanto com dados quantitativos, como com dados qualitativos.

Por fim, foi realizada junto ao IBGE e a Diretoria de Tributos da prefeitura municipal uma análise sobre as cartografias já produzidas sobre o município e sua sede. A partir das bases cartográficas adquiridas neste momento e dos dados obtidos a partir das entrevistas, foi realizada a cartografia específica, que representa graficamente o fenômeno sócio-geográfico analisado e que sustenta este trabalho.

As tabelas e gráficos deste trabalho foram elaborados com base nas análises dos dados contidos nos Censos Demográficos e nas estatísticas socioeconômicas publicadas pelo IBGE, IDESP, Secretária de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará (SEPOF) e na coleta de dados da pesquisa de campo. Outras fontes de informações consultadas e analisadas foram as estatísticas sobre produção pesqueira publicadas pelo IBAMA, pelo CEPNOR, além de trabalhos científicos sobre produção pesqueira de pesquisadores especialistas no assunto.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado em três capítulos. No capítulo I os conceitos de migração, território, territorialização, territorialidade e pesca, que formam o substrato teórico deste trabalho, são discutidos à luz de autores cujos trabalho servem de referência para a compreensão e análise dos processos socioespaciais e econômicos que envolvem a temática tratada nesta dissertação. A migração é apresentada e discutida neste trabalho, assim como o território e suas dimensões, em várias perspectivas, para que a partir delas seja possível melhor analisar, apreender e compreender a realidade social, senão na totalidade, dada a sua complexidade, pelo menos em parte.

O capítulo II trata da caracterização geral do município e das implicações geradas pelo processo migratório sobre a mesorregião do nordeste paraense e, conseqüentemente, sobre a cidade de Augusto Corrêa, sede municipal. Nele consta o histórico, a localização e dados sobre a socioeconomia do município. E, mais, a partir da análise dos dados coletados na pesquisa de campo e das informações obtidas nos Censos Demográficos, são apresentados os rebatimentos da dinâmica migratória dos últimos vinte anos sobre estrutura espacial e populacional da sede do município de Augusto Corrêa.

No terceiro e último capítulo, este trabalho apresenta as questões territoriais que envolvem os migrantes, em especial nordestinos, que chegaram em Augusto Corrêa em decorrência da inserção e do desenvolvimento da pesca da lagosta e do pargo no município, e os pescadores e parte significativa da população local. Uma caracterização da atividade pesqueira local e da atividade pesqueira desenvolvida pelos migrantes nordestinos também é realizada neste momento. Além disso, aborda-se ainda, os impactos que a pesca da lagosta e do pargo tem provocado na economia e no ambiente da pesca local.

CAPÍTULO I: MIGRAÇÃO E TERRITÓRIO: PARA PENSAR GEOGRAFICAMENTE A TERRITORIALIZAÇÃO DA PESCA

As migrações fazem parte da história da humanidade. Os deslocamentos humanos em busca de alimento ou de refúgio sempre estiveram presentes no cotidiano dos grupos humanos, desde os períodos mais remotos das sociedades humanas até os atuais. Além da dimensão humana, os movimentos migratórios também são realizados pelas mais diversas espécies animais. Mas, apesar disso, esse fenômeno foi objeto de estudos dos mais diversos campos das ciências sociais. De acordo com Peixoto (2004), diferentemente de outros temas clássicos que permeiam as ciências sociais, como trabalho, classes sociais, educação e outros, a migração não surge como um tema autônomo. De acordo com esse autor, por se tratar, grosso modo, deixando de lado as várias nuances do processo, de um deslocamento no espaço, a migração sempre foi tida como um dos fenômenos espaciais estudados da geografia. Dessa forma, “[...] entre as várias disciplinas, aquela que tem dado mais atenção [a migração] tem sido, talvez, a geografia, dados os vínculos comuns com o espaço.” (PEIXOTO, 2004, p. 3).

O objetivo deste capítulo é subsidiar nossas argumentações sobre a relação entre migração, territorialização e pesca. Portanto, é fundamental o debate sobre o conceito de migração e a sua relação com o território e, conseqüentemente, com o processo de territorialização. Neste sentido, inicialmente faz-se uma apresentação das principais teorias migratórias; depois aborda-se o conceito de migração, emigração e imigração, apontando as limitações e as dificuldades impostas para a definição do referido conceito; em seguida busca-se entender que as migrações podem ser voluntárias ou resultado de um processo compulsório; depois o emigrante e o imigrante é analisado como sendo um mesmo sujeito; em seguida aborda-se a importância do fator tempo na definição do conceito de migração; logo adiante aponta algumas das causas geradoras da migração, a permanência de alguns fatores e as mudanças ocorridas no processo, para então apontar os novos elementos sobre os quais as teorias migratórias atuais precisam atentar.

Neste capítulo também abordamos as concepções de território em que este trabalho está fundamentado: as concepções de base econômica, simbólica e relacional. Este capítulo discute teoricamente, ainda, o conceito de territorialidade e territorialização enquanto processos que, respectivamente, manifestam conjunto(s) de interesses e apropriação sobre e do território.

1.1 MIGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO: PROCESSOS SIMULTÂNEOS

A migração é não apenas um processo de deslocamento de pessoas ou grupos sociais sobre o espaço geográfico. Ela é um fenômeno que envolve objetivos, intenções e permanência daquele(s) que a realiza(m). O processo migratório, invariavelmente, é acompanhado da existência de fatores que o condicionam, sejam de ordem social, econômica, política, cultural ou ambiental, dentre outros inerentes a subjetividade do(s) sujeito(s) migrante(s), que apenas ele(s) pode(m) defini-lo e dimensioná-lo. A migração é um processo dinâmico, que envolve a relação sujeito x espaço x tempo. Ela, portanto, demanda um determinado lapso de tempo e um determinado grau de fixação do sujeito sobre o espaço geográfico.

O processo de territorialização, entendido enquanto expressão da fixação do(s) interesse(s) do sujeito ou dos grupos sociais. Ela é, desta forma, a materialização da territorialidade do(s) sujeito(s) social(is). Isto é, a territorialização é a própria apropriação do espaço pelos sujeitos ou grupos que constroem a realidade social. Neste sentido, a migração é, inevitavelmente, um processo territorial, pois os sujeitos ou grupos envolvidos no processo disputam e delimitam território. Os tópicos a seguir apresentam uma discussão sobre o referencial teórico que servirá de base para fundamentar a relação existente entre migração e territorialização.

1.1.1 Principais abordagens teórico-conceituais sobre migração

A migração não passou despercebida pelos autores clássicos, referência para todas as demais áreas do conhecimento. Malthus, Marx, Durkheim e Weber fizeram menção da migração em suas obras. Elisa Massae Sasaki e Gláucia de Oliveira Assis, em artigo publicado no XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), em Caxambú (MG), no ano de 2000, intitulado Teoria das Migrações Internacionais, a partir da obra *Immigration and ethnic conflict*, de autoria de Anthony H. Richmond, publicada em 1988, fazem uma análise da forma como a migração é percebida pelos clássicos aqui mencionados.

Nesse sentido, Richmond (1988) apud Sasaki e Assis (2000, p. 2), “ao analisar os clássicos - Malthus, Marx, Durkheim e Weber - demonstrou que a migração era analisada enquanto consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, assim como os processos de industrialização e urbanização.” Isto é, no decorrer do século XIX, quando da

emergência das chamadas grande migrações internacionais, a migração foi interpretada como produto do declínio das comunidades rurais, derivada das transformações porque passou o campo europeu com as transformações promovidas pela sociedade industrial. A “emergência de culturas heterogêneas e cosmopolitas”, a luta pela sobrevivência (procura por emprego, por exemplo), também fazem parte dessas transformações que culminaram com a transferência de grandes quantitativos populacionais do campo para a cidade, bem como da Europa em direção ao Novo Mundo.

Para Richmond (1988) apud Sasaki e Assis (2000), a migração para Malthus era uma consequência intrínseca e inevitável da superpopulação. Ela exercia dentro da perspectiva malthusiana, uma alternativa ou solução natural ao crescimento populacional acelerado. Dessa forma, o Novo Mundo funcionava como uma válvula de escape para os europeus que quisessem fugir ou romper com o ciclo de pobreza e miséria que se abatia sobre eles. Marx, por sua vez, segundo Richmond (1988) apud Sasaki e Assis (2000), destoava de Malthus. Enquanto este considerava a pobreza e as mazelas sociais, assim como a própria migração, fatores naturais necessários ao controle da natalidade e do crescimento populacional desordenado, Marx, afirma Richmond (1988) apud Sasaki e Assis (2000), as analisava como produto do desenvolvimento do modo de produção capitalista, e faz críticas severas à coerção do Estado sobre os camponeses e pequenos proprietários de terra, ao incentivo governamental à emigração, via “autorização de partida e assistência estatal aos movimentos de emigração”. Assim, para Marx, a migração também resultava das desigualdades geradas no seio da sociedade capitalista, e tinha no Estado um dos seus principais incentivadores (RICHMOND, 1988, apud SASAKI e ASSIS, 2000). Durkheim, por sua vez, no entendimento de Richmond (1988) apud Sasaki e Assis (2000), achava que a migração estava relacionada ao rompimento dos laços de solidariedade mecânica. Ou seja, a migração era vista por Durkheim como uma anomia (“colapso do sistema de valores comuns”), portanto, um dos fatores responsáveis pelo fim dos laços de solidariedade mecânica que caracterizava as comunidades tradicionais. Enquanto que, para Weber, a migração era entendida como um fator incidental, criador de novas classes sociais e grupos de status étnicos (RICHMOND, 1988, apud SASAKI, ASSIS, 2000, p. 2 e 3).

Ao que tudo indica, pelo exposto por Sasaki, Assis (2000), para esses pensadores clássicos, a migração não ocupava lugar principal na análise sociológica. Daí Sasaki, Assis (2000, p. 3) considerarem que, naquele contexto, a migração ocupou uma posição secundária em suas análises.

Porém, em artigo denominado “Migração: o fato e a controvérsia teórica”, publicado no VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Celso Amorim Salim (1992) afirma que Marx estabelece uma “lei da população do capitalismo”. Conforme esta lei, no modo de produção capitalista

[...] há um atrelamento inexorável da dinâmica demográfica às próprias condições do processo e acumulação, que por sua vez produz excedente populacional relativo, ou exército de reserva, independentemente da ‘barreira natural’ da taxa de crescimento vegetativo da população, que passa a ter papel secundário. Será, isto sim, dependente basicamente de fatores econômicos conjunturais ou estruturais, que incidem, respectivamente, sobre as variações na composição orgânica e na concentração do capital (SALIM, 1992, p. 136 e 137).

Assim, percebe-se que o capital transfere a produção e reprodução da população, ou melhor, da força de trabalho necessária à sua acumulação, da esfera natural para a esfera social, isto é, ele produz a sua própria força de trabalho. Salim (1992), sob a justificativa de que não há unanimidade, mas sim uma grande confusão, sobre os conceitos do que sejam “correntes migratórias”, “escolas teóricas”, “estudos” sobre migração ou “linhas teóricas”, estabelece o termo “trancos teóricos” para analisar o processo migratório. Para ele, as teorias sobre migração podem ser agrupadas em três trancos teóricos, que abrangem as “múltiplas subdivisões e significações” do processo migratório. Estes três trancos teóricos seriam: os *modelos neoclássicos contemporâneos*, a *perspectiva histórico-estrutural*, e a *mobilidade da força de trabalho* (grifos do próprio autor).

Os *modelos neoclássicos contemporâneos* centram a análise do processo na vontade do indivíduo, entendendo a migração como produto da determinação individual, movida pela liberdade e racionalidade do atores envolvidos no processo. A *perspectiva histórico-estrutural*, que entende o processo migratório como produto das desigualdades regionais, dentro deste tronco teórico, a migração é analisada a partir da estrutura socioeconômica como um todo, ou seja, sua compreensão se dá à luz das “condições estruturais de nível social, econômico e político que contextualizam a sua dinâmica” (SALIM, 1992 p. 125), e assim “tornam possível certas escolhas ou mesmo definem a natureza e a direção dos fluxos migratórios na espacialidade heterogênea e contraditória” (*idem*), isto é, a migração é explicada aqui a partir das mudanças na estrutura da produção. E, a *mobilidade da força de trabalho*, “cuja releitura dos economistas clássicos procura ‘reinventar’ a análise da migração no processo geral da acumulação capitalista” (SALIM, 1992, p. 122).

Segundo Salim (1992), este último tronco teórico é defendido por autores como Galdemar (1977), que sustenta a ideia da migração como um fenômeno subordinado às determinação capitalistas gerais. Dessa forma, a migração não é uma determinação da

liberdade individual dos sujeitos ou grupos sociais, mas um processo condicionado ou forçado pelas forças produtivas capitalistas dominantes. A força de trabalho “livre” é impelida a migrar pela dinâmica da estrutura capitalista que arrasta a tudo e a todos e os conforma ao atendimento de seus interesses. Os deslocamentos, fluxos e refluxos populacionais no espaço não são, portanto, um processo espontâneo. Eles são, sim, parte da estratégia do capital de atender as suas necessidades centrais. Assim,

Em estruturas capitalistas marcadas pela rigidez ou expansão de sua morfologia econômica, as formas de mobilidade do trabalho surgem como fenômeno de submissão e não de liberdade, devido a tendência geral do capitalismo de açambarcar todas as formas pretéritas de produção: em busca de valorização, o capital tende a dominar todas as esferas que lhe são estranhas e concorrentes, destruindo-as e/ou incorporando-as ao seu processo geral de criação de mercadorias. É o que ocorre com o trabalho. Toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade *forçada* (GALDEMAR, 1977, apud SALIM, 1992, p. 128, grifos no original).

Já para Peixoto (2004), ao analisar “As teorias explicativas das migrações”, afirma que o único autor considerado clássico deste tema é Ravestein. Cartógrafo e geógrafo inglês, Ravestein, nascido no século XIX, é considerado o ícone das referências bibliográficas da teoria migratória. Foi Ravestein, segundo Peixoto, quem publicou, entre 1885 e 1889, dois textos sobre as “leis das migrações”. A importância do trabalho de Ravestein está no fato de ele apresentar “[...] uma análise empírica pormenorizada dos fenômenos migratórios, onde se reconhece muitos dos procedimentos metodológicos ulteriores” (PEIXOTO, 2004, p. 4-5). Além disso, “[...] vários dos temas e conceitos que anuncia são posteriormente estudados: classificação de migrantes, migrações por etapa, regiões de atração e repulsão, efeito da distância, contra-correntes, ação de estímulos econômicos, etc.” (PEIXOTO, 2004, p. 4-5). Peixoto afirma, ainda, que Ravestein está na base do pensamento neo-clássico sobre migração.

Conforme os neo-clássicos,

[...] no centro dos processos migratórios, se encontra a decisão de um agente racional que, na posse de informações sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais respeitantes à sua situação individual e grupal, se decide pela permanência ou pela migração. (PEIXOTO, 2004, p. 5)

Ainda analisando “As teorias explicativas das migrações”, Peixoto, identifica

[...] a coexistência de explicações sociológicas de tipo ‘micro’ - como as que envolvem o processo racional de tomada de decisão - e de tipo ‘macro’ - como as que referem a existência de ‘forças’ que impelem a migração - é notória ao longo do tempo (PEIXOTO, 2004, p. 7).

Rocha-Trindade (2007), por sua vez, diferencia duas perspectivas ou abordagens analíticas dos processos migratórios: “as abordagens do tipo macroscópica” e as “abordagens do tipo microscópica”. As abordagens macroscópicas são aquelas que procuram estabelecer o

que se convencionou chamar de postulados gerais explicativos do fenômeno migratório: as “Leis das Migrações”. São os chamados paradigmas clássicos. De acordo com esta perspectiva, os “processos ou situações de incidência coletiva, permitem detectar as tendências mais abrangentes, isolar e identificar causas primeiras e estabelecer correlações entre variáveis ou postular a sua independência relativa”. Por seu turno, as abordagens microscópicas são aquelas que procuram analisar os pormenores, as diversas variáveis, as comparações entre os sujeitos ou grupos de sujeitos migrantes, buscando contextualizar sujeitos e situações, e, assim, “[...] descobrir variantes e estabelecer comparações entre casos, conduzindo a conclusões de semelhança ou de contraste entre as situações analisadas ou com outras que sejam usualmente tomadas como referências padronizadas” (ROCHA-TRINDADE (2007, p. 7).

Apesar das diferenças entre as abordagens macroscópicas e microscópicas, verificadas a luz das suas respectivas metodologias, a autora afirma que elas não se excluem. Pelo contrário, são complementares. Ambas são fundamentais para explicação dos fenômenos migratórios.

Castiglioni (2009), em seu trabalho: “migrações: abordagens teóricas”, afirma que a explicação e a predição da migração foram objeto de um grande número de trabalhos produzidos por diversas disciplinas, o que denuncia a grande abrangência desse tema. Neste sentido, afirma esta autora:

As abordagens variam, no tempo, de trabalhos precursores a teorias mais atuais e, na forma, de modelos matemáticos e estatísticos a abordagens explicativas que focalizam a migração como resultado de uma escolha individual, a formulações mais complexas, que condicionam a migração a fatores econômicos e sociais, à mudanças estruturais e à sistemas onde tudo está em interação (CASTIGLIONI, 2009, p. 41).

Vê-se, portanto que as perspectivas conceituais sobre migração são diversas, inter e multidisciplinares. São múltiplas as determinações que objetivam a migração. Portanto, não basta, para uma análise mais precisa, uma abordagem mono-ótica ou simplista do fenômeno, pois, dependendo do enfoque dado, a migração adquirirá contornos diferenciados. São essas múltiplas dimensões do processo migratório que enriquecem o seu conteúdo sócio espacial e exigem que ela seja analisada de forma contextualizada histórica e geograficamente.

1.1.2 O problema das abordagens taxonômicas ou clássicas sobre a migração

Para Vainer (1984) apud Salim (1982), Rocha-Trindade (2007) e Castiglioni (2009), dentre outros, toda e qualquer forma de conceituar e classificar os tipos de migração de forma generalizada é limitada em virtude das circunstâncias que podem gerar esse fenômeno. Isto é,

o processo migratório não deve e não pode ser explicado por causas classicamente estabelecidas, baseadas em teorias e leis gerais. Isto porque, é inevitável que “[...] situações híbridas, muito singulares ou demasiado complexas para poderem ser completamente integráveis numa dada taxonomia” (SALIM, 1982, p. 120) venham ocorrer.

As razões que envolvem a migração são múltiplas: culturais, econômicas, naturais, políticas, religiosas, profissionais, dentre tantas outras, cuja explicação pode ser menos objetiva e mais subjetiva. Neste sentido, a questão migratória precisa ser compreendida a luz de uma dimensão multidisciplinar e interdisciplinar. A realidade é dinâmica, de modo que determinados fatores explicativos, que nas análises clássicas, eram determinantes para explicação dos fluxos migratórios no passado, já não dão conta de explicar na sua plenitude os processos migratórios contemporâneos.

O capitalismo permanece, porém o conjunto técnico e tecnológico que o caracteriza no presente foi completamente alterado em relação àquele do século XIX ou mesmo do início do século XX. De modo que, na atualidade os estudos sobre migração não podem mais ser analisados sem que a dinâmica capitalista seja levada em consideração. Neste sentido a revolução no setor de transportes, as transformações nos meios de comunicação, que possibilitam a circulação de mercadorias, ideias e pessoas, que marcam o atual contexto capitalista, não podem ser excluídos da análise do processo migratório.

Dessa forma, é prematuro, ou mesmo inconsistente, explicar os fluxos migratórios com base na ideia de que os fluxos migratórios se originam a partir de áreas que apresentam uma “[...] conjugação potencial repulsiva, num dos extremos do respectivo percurso, com a existência de um potencial atractivo, situado no extremo oposto” (ROCHA-TRINDADE, 2007, p. 8). Ou seja, é temerário, no atual contexto do desenvolvimento capitalista, marcado pela globalização, procurar entender os fenômenos migratórios apenas fundamentando-se na concepção de países ou áreas de repulsão atração populacional. O que não significa que esse fator não deva ser considerado na análise do processo migratório. Isto porque, conforme a mesma autora, as “[...] migrações laborais, oriundas de países globalmente desfavorecidos, em que o carácter ‘voluntário’ das partidas é mascarado por uma efetiva necessidade de procura de condições de sobrevivência minimamente aceitáveis” (*idem*).

Porém outros fatores ganham importância na análise migratória na atualidade. Esses novos fatores estão relacionados a uma análise do tipo microscópica, que leva em consideração minúcias do processo, como por exemplo, a subjetividade, os valores, o

simbolismo, dentre outros, fundamentais para o entendimento dos fluxos migratórios contemporâneos.

1.1.3. Migração, Imigração e Emigração

O conceito em debate não é de fácil definição, pois se trata de um fenômeno que está vinculado a um variado número de disciplinas, além das variáveis, imprevistos e circunstâncias que sobre ele operam. O que não significa, contudo, que a sua validade seja diminuta. Ao contrário, na atualidade, esse fenômeno se reveste de importância inquestionável, pois afeta a um conjunto significativo da vida social, econômica, cultural e política, não apenas dos indivíduos envolvidos no processo, mas inclusive de países inteiros.

Para Rocha-Trindade (1995, p.31), o termo migração “[...] designa tradicionalmente o acto de emigrar, isto é, a saída de alguém com a ausência suposta de duração significativa, do país que é seu por relação de nacionalidade e por vivência no território que politicamente lhe está adstrito”. Emigrar, portanto, significa “[...] deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estranho”. O conceito de migração, neste sentido, estaria relacionado ao deslocamento populacional entre países; a fluxos populacionais transfronteiriços. Este conceito desconsidera as outras escalas ou dimensões em que ocorrem as migrações: intermunicipais e interregionais, isto é, as migrações internas. Embora, noutro momento, a referida autora faça a distinção entre migrações internas e migrações internacionais.

Uma outra definição compreende a migração como

[...] o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra (ou um deslocamento a uma distância mínima especificada), que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência (ONU, 1970, p. 2).

Assim, conforme a Organização das Nações Unidas, a migração envolve deslocamento entre diferentes áreas que não, necessariamente, são classificadas como países, mas traz consigo a ideia de “mudança de residência.”

Para Salim (1992, p. 120-121), a migração é entendida como

[...] um fenômeno de mobilidade espacial de determinada população entre unidades administrativas ou geográficas distintas, resultando em mudança de residência dos indivíduos e incluindo as variáveis distâncias percorridas e tempo de permanência, qualquer que seja a magnitude do fluxo que se deslocou.

Dessa forma, a migração não se restringe apenas ao deslocamento de pessoas entre países, como a conceituou Rocha-Trindade (1995, p.31). Ela diz respeito a fluxos que

envolvem o deslocamento de indivíduos ou grupo de pessoas no espaço geográfico, seja entre municípios, regiões ou países, desde que envolva mudança de residência e assuma um tempo de permanência.

No entanto, estes conceitos não são únicos, nem unânimes, como afirma o próprio Salim (1992, p. 120),

[...] a unidade dos discursos sobre migração não se dá sequer na definição de seu conceito básico. Se a *migração* é o objeto explícito e unificador sobre o qual se discursa, permitindo até mesmo indexar todo um conjunto de conhecimento científico, sua concepção impõe-se como um ‘gargalo’, quando intentamos inventariar todas as definições e perspectivas teórico-metodológicas da literatura especializada.

Ou ainda, por trás da aparente unidade dos vários discursos sobre o conceito de migração, parece não haver qualquer unidade plausível. Pelo contrário, é possível que “[...] a unidade desses discursos está fundada menos naquilo que dizem [...] que naquilo que omitem” (VAINER, 1984 apud SALIM, 1992, p. 120).

Castiglioni (2009, p. 39), também salienta a dificuldade de conceituar migração. Segundo ela, “[...] o processo de teorização da migração é caracterizado por uma grande heterogeneidade de enfoques, e que nenhuma teoria completa foi ainda validada.” Continuando, a autora, com base em vários autores (ONU, 1971; CUNHA, PATARRA, 1987; GOLDSTEIN, MARTINE, MOURA, 1980), aponta vários fatores que contribuem para essa dificuldade. Dentre eles, a autora destaca as limitações “conceituais e técnicas” próprias da definição do tema; “[...] a dificuldade de obtenção dos dados adequados para testar as teorias formuladas e produzir indicadores”; o fato da migração ser “um fenômeno reflexo, isto é, ‘uma manifestação de processos e de transformações sociais e econômicas mais profundas, que lhe são subjacentes’”; o fato desse fenômeno ter condicionantes “estruturais, situados em um nível macro, mas também por fatores pessoais que agem em um nível micro”; e, ainda, “a natureza multidisciplinar do fenômeno migratório.” (CASTIGLIONI, 2009, p. 40-41). Dessa forma, Castiglioni (2009, p. 41) assevera que “[...] a construção de uma teoria geral para a natureza e as forças que provocam a migração apresenta-se como um objetivo considerado impossível.”

No entanto, apesar das dificuldades, diferenças, antagonismos, limitações e complexidades que permeiam os conceitos sobre migração, o fenômeno apresenta certas semelhanças, regularidades e repetições que possibilitam estabelecer certas “generalizações e, em particular a formulação de princípios de base do quadro teórico de análise da migração” (ZELINSKY, 1971 apud CASTIGLIONI, 2009, p. 41). Neste sentido, conforme Salim (1992,

p. 121), três elementos importantes se destacam nos conceitos apresentados. São eles: a distância do deslocamento, o tempo de permanência ou residência e o local de origem e destino do fluxo migratório. A migração, dependendo de sua especificidade pode ser classificada como interna, internacional¹, voluntária e compulsiva.

Para Rocha-Trindade (1995, p. 33; 2007, p. 7), “migrações internas, correspondem a movimentos de caráter coletivo no interior de um país”, isto é, deslocamentos de populações que se realizam no interior de um determinado Estado-nação. Porém, no trabalho de 1995, denominado *Sociologia das migrações*, Rocha-Trindade (1995, p. 33) introduz, com o objetivo de conferir um mínimo de operacionalidade, no dizer da própria autora, o “conceito de fixação” para definir a migração interna. Dessa forma, “deslocamentos diários ou semanais (mesmo que regulares) entre local de residência e trabalho”, que não estejam relacionados a “mudança de residência”, não são considerados migração.

Salim (1992, p. 121), em desconformidade com Rocha-Trindade, afirma que “[...] a migração não se reduz a transferência de um contingente humano que, em determinado período, desloca-se entre duas regiões e muda de residência de forma permanente.” E, em seguida, propõe que um conceito mais criterioso tem que incluir na sua abordagem “outras possibilidades como, por exemplo, a migração de retorno dos naturais às suas áreas de origem e abranger também as migrações temporárias”. Contudo, uma outra posição defendida por Haesbaert (2005) colabora com a acepção de Rocha-Trindade. De acordo com esta concepção a migração é, de fato, “um processo multifacetado”, porém “é necessário sempre qualificar o migrante ou a migração de que estamos falando (...), pois, ao contrário do que pensam muitos autores, a simples mobilidade física não é suficiente para defini-la.” (HAESBAERT, 2005, p. 43).

Independentemente se interna ou internacional, ao analisar as motivações ou razões que levam o indivíduo ou grupo a migrar, uma conclusão emerge. Esta conclusão diz respeito ao fato de que os fluxos migratórios se caracterizam por serem voluntários ou compulsórios. A migração voluntária está vinculada a uma dimensão individual e racional, relacionada, portanto, à vontade e a razão do indivíduo, a sua liberdade de opção. Destarte, conforme Ojima e Nascimento (2008, p. 8), baseados em Lee (1980), a migração como fenômeno

¹ As “migrações internacionais” estão relacionadas, conforme Rocha-Trindade (2007, p. 7), a mudança de residência que ocorrerem entre países distintos. Para Brito (1995, p. 53) as migrações internacionais constituem um elemento marcante do desenvolvimento capitalista e estão relacionadas a própria formação da identidade nacional de muitos países. Assim, segundo ele, a “história recente não poderia ser bem compreendida se não fosse considerada a interação entre os países através de suas populações. A própria identidade de muitos deles, a sua constituição como nação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos.” (BRITO, 1995, p. 53).

voluntário está vinculada a uma “decisão individual, racional ou semirracional através de fatores associados ao local de origem ou de destino” (LEE, 1980 apud OJIMA E NASCIMENTO, 2008, p. 8). Como se vê a migração voluntária é fortemente influenciada por uma abordagem de matriz neo-clássica do processo migratório, em que desde a decisão até os custos do processo são calculados, ponderados, levando ao entendimento de que todos os migrantes estão subordinados às mesmas condições ou circunstâncias sociais, culturais, políticas ou econômicas. O que não pode ser admitido na conjuntura capitalista.

A migração compulsória ou imposta, segundo Rocha-Trindade (2007, p. 7), diz respeito a “movimentos [...] que são impostos de forma significativamente compulsiva, devido a natureza catastrófica, entre as quais se podem incluir os desastres naturais e também as guerras e os genocídios”.

De acordo com Rocha-Trindade (2007, p. 8), todos os conceitos expostos são importantes enquanto instrumentos de análise, uma vez que tipificam situações relacionadas a determinados modelos e que podem definir causas e conseqüências dos “[...] processos migratórios e permitir prever, com algum grau de segurança, a evolução futura de tais processos”.

Quanto a emigração, esta pode ser entendida como o processo relacionado a saída do migrante, que por sua vez passa a ser definido como emigrante. Assim, o emigrante é aquele que se ausenta de sua terra, seja esta entendida como um país, um estado ou mesmo um município. A escala não é fator limitador do conceito. Rocha-Trindade (1995, p.31) afirma que o “emigrante é um nacional ausente”, que abdicou de determinados direitos ou mesmo de determinadas obrigações em seu lugar de origem. Já o imigrante é aquele que é introduzido em outro lugar que não o seu, que chega de uma sociedade exterior. Dessa forma, se o emigrante é o nacional que saiu, o imigrante é aquele que não é nacional, que não está em sua pátria, é, portanto o “outro”, o “estranho” que se encontra em um lugar ou “uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá de inserir-se, sujeitando-se às leis que a administram”. Assim, entendendo o que seja o imigrante, a imigração pode ser definida como o processo de inserção ou de entrada de alguém (o migrante) em uma dada sociedade, ou país, que não lhe é própria/o.

Se para alguns autores há uma clara separação quanto a definição ou o conceito do que seja emigrante e imigrante, emigração e imigração, para outros, contudo, uma e outra são faces de uma mesma moeda. Isto é, a emigração é a condição fundamental da imigração. Ambas fazem parte do mesmo processo: a migração. Esta concepção pode ser inferida na

afirmação de Sayad (2000, p. 11), quando diz que “[...] não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de um outro lugar; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures.” Ou, ainda,

[...] na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo..., pois o que chamamos de *imigração*, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de *emigração*; como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e se sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal - e, mesmo assim, isto ainda não é absolutamente certo, pois o emigrante pode ser esquecido como tal pela sociedade de emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante (SAYAD, 1998, p. 14).

As divergências quanto ao conceito de migração são muitas. Essas diferenças são, conforme Vainer (1984) apud Salim (1992, p. 120), tantas, talvez, quantos sejam seus autores. O que revela a própria complexidade do fenômeno em questão. Porém, apesar de todas essas diferenças, alguns fatores são comuns às análises migratórias. Dentre eles destaca-se o tempo de permanência ou residência.

Para Rocha-Trindade (2007, p. 7), a duração é um elemento importante para a definição do fenômeno migratório. Neste sentido, existem migrações essencialmente temporárias, aquelas que assumem caráter mais longo e, ainda, aquela que possui caráter irreversível.

A migração não é um fenômeno alhures, que surge por acaso, sem que haja uma razão, uma causa ou um objetivo. O processo migratório envolve custos, envolve riscos. Envolve rompimento com um dado cotidiano, com um dado lugar, com determinados laços e, ao mesmo tempo, a incerteza quanto ao sucesso da empreitada no lugar de destino. Além disso, “a decisão de partir” não afeta apenas a si, mas um conjunto de pessoas, como pais, amigos, bem como, filhos e cônjuges, caso o migrante já tenha constituído a sua própria família (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 40-41). Neste sentido, a migração não pode ser entendida como um fenômeno casual.

A tensão, o estranhamento entre o migrante e o autóctone, é outra característica relacionada à migração. Para Rocha-Trindade (2007, p. 10), o migrante, neste sentido, parece estar fadado a ser o estranho, o diferente, o outro. Esta percepção sobre o migrante tem sido responsável por preconceitos, que se materializam através de muitos e violentos ataques contra a integridade física, psicológica, moral e cultural do migrante mundo a fora. Para que o migrante não se sinta estranho, não basta ter acesso a uma rede de assistência ou, ainda, à cidadania. É necessário, para, além disso, que o migrante não se sinta rejeitado ou marginalizado, mas que se sinta digno.

Ainda segundo Rocha-Trindade (2007, p. 9), embora na atualidade as migrações apresentem uma grande variedade de motivações, que vão desde questões naturais às psicológicas, as questões econômicas ainda se constituem em uma das principais razões que influenciam a decisão de partir. A busca por melhores condições de vida, por melhores salários, dentre outros, ainda continua assumindo um papel primaz no desencadeamento do migrante. Nesse sentido, as “migrações econômicas”, conforme Rocha-Trindade (1995, p. 41), tem como origem os “países mais pobres ou menos desenvolvidos, as regiões mais deprimidas, as classes sociais mais desfavorecidas.” Afirma-se, desta feita, a análise clássica marxista em que a migração é vista como verdadeira mobilidade do trabalho.

No tocante aos custos que envolvem o processo migratório, estes são variados. Custos econômicos, já que os deslocamentos, legais ou ilegais, envolvem finanças. Custos psicológicos, relacionados ao processo de desenraizamento, afastamento familiar. Ou ainda, os custos culturais, relacionados ao rompimento dos elementos referentes de sua cultura e cotidiano. Neste sentido, conforme Haesbaert (2005, p. 37), o processo migratório está relacionado a um processo de desterritorialização, já que diz respeito a perda do território, não apenas no seu sentido físico (entendendo o território numa abordagem materialista/concreta), mas principalmente no sentido simbólico por um indivíduo ou grupo de pessoas.

Dessa forma, partindo do pressuposto que a migração tem como característica a “perda” do território, se é que isto é possível, uma vez que o próprio Haesbaert (2004), no livro “O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade”, afirma que o processo de desterritorialização e territorialização é um fenômeno dinâmico e simultâneo, torna-se imprescindível um debate sobre o próprio conceito de território para uma compreensão ainda mais ampla do fenômeno migratório. É o que faremos a seguir.

O Território, escolhido como categoria central para análise deste trabalho, oferece importante contribuição para a compreensão das estratégias dos atores sociais e do Estado, pensadas e articuladas no sentido da transformação do espaço. Deve-se, sobretudo, enfatizar que tal categoria não apresenta uma simplicidade de definição, daí por que a seguir, será apresentado uma breve explanação de suas principais abordagens teórico-conceituais. A análise dessa diversidade de concepções será feita também com o objetivo de se obter elementos para o entendimento do que vem a ser entendido como territorialização.

A região nordeste do Pará foi, desde o final do século XIX, passando pela primeira metade do século XX, a partir da deflagração das políticas integracionistas, estudada sócio-economicamente, com base, principalmente nos projetos de colonização. Esse processo

contribuiu enormemente para que a configuração da paisagem da região fosse produzida a partir de formas desiguais de apropriação e uso do território. Destarte, pode-se dizer que a configuração socioeconômica e espacial da região foi fortemente influenciada pela ótica desenvolvimentista implementada pelas diversas escalas de atuação do Estado, seja federal ou estadual. O território, nesse contexto, ganhou novos contornos. Passou a ser produzido não apenas pela vontade e ação dos seus primeiros habitantes (população autóctone), mas sim pela atuação de vários sujeitos que, consoante a(s) sua(s) respectiva(s) territorialidade(s), passam a impregná-lo de novos conteúdos e significados. Gerando, assim, novas diretrizes, ordens sociais, novas concepções e novos usos sobre o território. Ora, se, conforme Santos (2001), o território é o “espaço usado”, e que a eficiência ou não das ações está diretamente vinculada a sua localização, o território do nordeste paraense assume contornos diferenciados e importância estratégica para aqueles atores que dele se apropriam, em especial àqueles “mais poderosos” que se apropriam dos “melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.” (SANTOS, 2001, p. 79). É nesse contexto que a pesca e os sujeitos sociais, tanto os de origem locais como aqueles vindo de outras regiões, se inscreve como geradora de transformações territoriais importantes na atualidade.

A abundância de recursos pesqueiros que caracteriza a região, mais a ação estatal, fortemente orientada pelas necessidades do capital, que agora não é mais apenas local, é também global, fizeram com que o nordeste paraense se tornasse nos últimos anos em um dos maiores fornecedores de pescado do país. Esse fato desencadeou um processo de transformações socioeconômicas e espaciais muito intenso. As transformações espaciais e socioeconômicas são também transformações territoriais. São produto da territorialização das territorialidades dos grupos sociais, sejam eles hegemônicos ou não. Assim, na atualidade, devido as novas orientações, novas concepções e usos deste território, vivenciamos inúmeros questionamentos no âmbito da organização e produção espacial.

Dessa maneira, neste novo contexto de expansão do capitalismo, via globalização, a região passa a ser pensada estrategicamente, enquanto estoque de capital natural com vistas a atender as demandas que passam da escala local e/ou regional para a escala global, pois, conforme Becker (2004, p. 35), no tempo presente

[...] os fluxos financeiros são globais, os estoques da natureza estão localizados em territórios de Estados ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente. A apropriação da decisão sobre o uso de território e ambientes como reservas de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro.

No contexto de implantação dos projetos infra-estruturais para o território brasileiro na década de 70 do século XX, a pesca, em especial a industrial, e veremos o porquê mais adiante, configurou-se como umas das mais importantes atividades econômicas a ser desenvolvida e incentivada no Pará e na Amazônia. Para sua operacionalização, o espaço foi apropriado e planejado para atender aos interesses dos principais sujeitos sociais interessados nesse processo: o Estado, o capital externo e o interno. As ações do Estado foram planejadas e discutidas para que a apropriação territorial fosse exitosa. O território foi esquadrihado tendo em vista a implantação da pesca industrial. Essa opção trouxe consigo não apenas a reorganização espacial e econômica da região, mas também, e principalmente, as contradições e os conflitos territoriais decorrentes dessa empreitada.

Nesse contexto, para uma melhor compreensão da dinâmica territorial da pesca, que envolve a territorialização dos sujeitos envolvidos, e das transformações socioespaciais resultantes desse processo, faz-se necessário uma abordagem teórico-conceitual sobre território, que, além da importância deste conceito para a análise geográfica, irá possibilitar um esclarecimento maior sobre o que seja a territorialização e como ela se manifesta no espaço.

Marcelo José Lopes de Souza (2005, p.78), em artigo intitulado “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” afirma que o território “[...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ainda segundo Souza (2005), para a compreensão, além da posse e manutenção do território, o que mais importa são os dotes ou potencialidades naturais de uma determinada área ou o que é produzido em determinado espaço, ou ainda quais as relações afetivas e identitárias entre um dado grupo social e seu espaço. Isto posto, a apropriação do território perpassa também pela(s) relação(ões) que se estabelecem entre o(s) sujeito(s) e o espaço. Assim, as ideias de Souza nos remetem a uma compreensão relacional do termo, cujas bases encontramos na proposta de Sack (1986) apud Haesbaert (2004).

A contribuição de Rogério Haesbaert (2004), com “O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos territórios” à Multiterritorialidade, é bastante valiosa, pois permite agrupar as principais linhas de pensamento sobre o território, tendo em vista a necessidade de visualizar e esclarecer que a discussão sobre o mesmo perpassa pela compreensão variada e ampla que este conceito assume. Tal amplitude manifesta-se na apropriação do conceito em tela por vários ramos científicos, como a etologia, a psicologia, a antropologia, a economia, a ciência política e a própria geografia. Cada um discutindo o território sob um aspecto específico.

Quanto a Geografia, vale ressaltar que o conceito de território não possui uma única interpretação. Porém, embora os entendimentos não sejam únicos, não se pode permitir que visões unidimensionais, fragmentadas, simplistas e comprometidas, contrárias à proposta de uma visão mais integradora, relacional e complexa, que entende o espaço como um ente referencial e não apenas como substrato físico, mero palco do desenrolar dos acontecimentos sociais, se estabeleçam e se perpetuem.

É importante, também, enfatizar que independente do ramo científico, o ponto em comum entre as diversas concepções sobre o território é a ideia de apropriação, domínio, pertencimento e controle, ainda que de maneiras diferenciadas, seja no movimento ou na imobilidade, no plano material ou ideal.

Por conta desta diversidade de abrangência e por uma necessidade didática, Haesbaert (2004) sistematiza o território em duas perspectivas teórico-conceituais: a perspectiva idealista/materialista e a perspectiva espaço-temporal. E, a partir delas, classifica o conceito de território em quatro grandes grupos ou dimensões: a dimensão naturalista; a dimensão econômica; a dimensão jurídico-política; e a dimensão simbólico-cultural. Haesbaert (*ibid.*) destaca também a importância da análise do território baseada na obra de Sack (1986) e Raffestin (1980, 1981 e 1993), que definem o território numa perspectiva relacional. Após esse esforço intelectual, Haesbaert, propõe, para uma compreensão mais completa do território, que este seja percebido em uma dimensão integradora, que englobaria todas as demais dimensões.

Num breve exercício, para uma melhor compreensão dos conceitos de território, territorialização e territorialidade abordados neste trabalho, fazemos aqui um esforço de síntese das concepções econômica e relacional. Econômica, por entendermos que a migração para Augusto Corrêa, recentemente, está relacionada a processos de acesso, controle e apropriação de determinados recursos. No estudo em questão, recursos pesqueiros: lagosta e pargo, mais especificamente. A noção simbólico-cultural justifica-se pelo fato de o território, principalmente na perspectiva do autóctone, assumir uma dimensão sentimental, cultura, que extrapola as relações materiais e objetivas que ele estabelece com o território. E relacional porque a migração implica processos de apropriação territorial, o que inevitavelmente envolve relações de poder.

Dessa forma, Haesbaert ao analisar a compreensão de território a partir da corrente econômica enfatiza o significado de uso e apropriação dos recursos. Essa é uma concepção de fundo econômico-materialista baseada na disponibilidade de recursos para a reprodução

material da sociedade. Para sua análise o referido autor utiliza as concepções de território defendidas por autores como Maurice Godelier e Milton Santos. Conforme Godelier, (1984, apud Haesbaert, 2004, p. 56), o território é concebido como uma dimensão espacial sobre a qual determinada sociedade e seus respectivos membros tem garantido o acesso e o controle de seus recursos. Para Milton Santos, de acordo com Haesbaert (2004, p. 58), o elemento definidor do território é o uso. Assim sendo, território e espaço geográfico são, para Santos, termos correlatos.

A perspectiva simbólico-cultural, enquadrada por Haesbaert (2004) na matriz idealista de território, trabalha com o desenvolvimento de significados, de sentimentos, de noções de pertencimento a determinados lugares que são construídos a partir das relações com os referentes espaciais. Estes são considerados elementos indissociáveis, na criação e recriação de símbolos e mitos. As territorialidades são construídas, dessa forma, a partir da relação que a sociedade ou os grupos humanos estabelecem com a natureza, ou com o meio geográfico, interpretadas de forma que só são perceptíveis se compreendemos a significação, ou a semiotização que é construída por tais grupos. A relação com o espaço não se dá diretamente, ocorrem apropriações diversas e significativamente diferentes. A noção se estabelece por conta de haver entre o meio físico e o homem, sempre uma ideia, uma concepção, trata-se de certa subjetividade nas formas de apropriação do território. Dentre os autores em que Haesbaert apóia sua análise encontram-se Bonnemaïson, Cambrezy (1996). Para tais autores, conforme Haesbaert (2004, p. 71-73), os territórios não são definidos somente a partir de suas relações de uso, mas sim, também, a partir da identidade, da afetividade e das apropriações simbólicas e religiosas que se constroem na e a partir das relações da sociedade “com seu espaço de vida”.

De qualquer forma, o território define-se antes de tudo com referência às relações sociais e ao contexto histórico em que está inserido. Haesbaert (2004, p. 80-98) sugere que analisemos o território a partir da visão relacional percebida nas obras de Robert Sack (1986) e Claude Raffestin (1993). Segundo tais autores, o território é relacional, não só por desenvolver e conter relações sociais, mas também por desenvolver relações complexas entre processos sociais e espaço material. O território relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações econômicas, indissociáveis da esfera jurídico-política.

É nestes termos que pretendemos analisar a questão que envolve migrantes e autóctones na sede do município de Augusto Corrêa. Entendemos que o deslocamento da pesca da lagosta para o nordeste paraense, em especial para Augusto Corrêa, a partir de 1990, traz consigo implicações territoriais. Põe o território em disputa. Traz para a cena local todas as dimensões e elementos que envolvem o território: a população, os recursos, os símbolos, os limites e, obviamente, as relações de poder. Desde as mais instintivas até as mais simbólicas, todas são relações de poder em torno do acesso e do controle sobre o território e seus recursos.

1.2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO

Segundo Haesbaert (2004), territorialidade e territorialização são constituintes do território. A territorialização se realiza quando uma porção do espaço é apropriada, isto é, quando um fragmento ou dimensão do espaço é controlado por indivíduos ou grupos de indivíduos. Esta concepção é tomada a partir da construção teórica elaborada por Sack (1986), que a entende enquanto um processo de apropriação e controle de parte ou partes do espaço. Neste sentido Sack (1986) apud Saquet (2007, p. 65 e 66) “[...] entende a territorialidade como a tentativa de um grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área é uma *expressão geográfica* do exercício do poder em uma certa área.” Assim, pode-se afirmar que a territorialização pode ser traduzida, grosso modo, na objetivação da territorialidade, isto é, na própria impressão das aspirações, dos desejos, dos interesses próprios dos indivíduos ou do grupo de indivíduos sobre o espaço. Ela traz consigo, portanto a noção de poder, que se manifesta, sobre tudo nas relações entre indivíduos e entre eles e o território.

Numa outra análise, conforme Raffestin (1980/1981/1993), em *Por uma Geografia do poder*, um dos estudos mais marcantes sobre a geografia brasileira, o “[...] território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas” (RAFFESTIN, 1980/1981/1993, apud SAQUET, 2007, p. 66). Ao que se pode inferir que a territorialidade se apresenta não apenas a partir de relações de poder e de dominação, mas a partir das diferentes práticas cotidianas, marcadas por signos próprios da vida cotidiana. Isso, de acordo com Raffestin, apresenta-se na construção de “malhas”, “nós” e “redes”, delimitando *campos* de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território (*ibid*).

A territorialização é processada através das relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico. Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação e ‘apropriação’ ao mesmo tempo.

A territorialização, portanto, ocorre quando o os indivíduos se apropriam material ou simbolicamente de um determinado espaço transformando-o em território, isto é, quando a territorialidade dos indivíduos ou grupo de indivíduos é consolidada sobre o espaço. Contudo, não se trata de um processo eterno. Por ser produto das “[...] relações sociais projetadas no espaço” (SOUZA, 2006, p. 78) ela pode ser construída e desconstruída, formada e dissipada constantemente e num lapso de tempo indeterminado, dependendo, portanto, da dinâmica social, política, econômica e espacial. A permanência e a destituição, a estruturação e a desestruturação da territorialidade e a consecutiva territorialização de um grupo sobre o espaço pode se estender a uma escala temporal imprevisível, pode durar dias, semanas, meses ou anos. Assim, um grupo pode ser desterritorializado por outro e em seguida reterritorializar-se alijando o grupo que outrora o desterritorializou.

É necessário que os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização sejam compreendidos dentro de uma lógica espaço temporal e que se dão de forma concomitante e simultânea e definidos historicamente por vetores socioeconômicos, políticos e culturais. Esses processos são concretizados por indivíduos ou grupos de indivíduos (sujeitos históricos) que se relacionam estabelecendo *nós, malhas e redes* (no dizer de Raffestin) sociais, simbólicas e materiais entre si e com o seu entorno. A produção do território, portanto, é mediada pela técnica, pela tecnologia, pela religião, pela identidade, isto é, mediações materiais e imateriais, que, junto ao poder e suas relações, precisam ser manifestas.

Mas o território pode estar simultaneamente sob disputas diversas e pode se manifestar-se de forma pontual (território-zonal), mais tradicionais, ou de modo mais fluido (território-rede), envolvido pela mobilidade. (HAESBAERT, 2005). Pode-se, a partir dessa análise, de modo generalizado, afirmar que

O capitalismo se fundamenta geograficamente, sob estes dois grandes paradigmas territoriais – um mais voltado para a lógica estatal, controladora de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contíguas e de fronteiras claramente delimitadas; outro mais relacionado a lógica empresarial, também controladora de fluxos, porém prioritariamente pela sua canalização através de determinados dutos e nódulos de conexão [as redes] (HAESBAERT, 2005, p. 67-68).

Quanto à finalidade da territorialização, Haesbaert (2005), em artigo publicado nos anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina (X EGAL), defende que a territorialização tem quatro objetivos ou finalidades, as quais podem ser agrupados(as) da seguinte forma: abrigo físico, fonte de recursos naturais ou meio de produção; identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais; fortalecimento da concepção de indivíduo via espaços também individualizados; e construção e controle de conexões e redes.

É nesta perspectiva que os conceitos de território, territorialidade e territorialização se aplicam a este trabalho. Eles servem de lastro fundamental na compreensão do fenômeno socioeconômico e geográfico aqui estudado: migração e pesca.

A pesca, para além de uma mera atividade econômica, representa a forma como determinados sujeitos ou grupos de sujeitos se relacionam com o espaço. É através da pesca, portanto, que tais sujeitos ou grupos de sujeitos se apropriam do espaço transformando-o em território. Assim, os grupos sociais, no caso de Augusto Corrêa, sejam eles autóctones ou migrantes, ao tomar posição, ao manifestar suas ideias, suas alegrias ou frustrações, ao reivindicarem direitos históricos e culturais ou mesmo o direito de usufruto do recurso enquanto uma necessidade que justifica o deslocamento e a fixação (migração) para e em qualquer lugar onde esse recurso for possível, estão, então, manifestando sua territorialidade e conseqüentemente buscando territorializar-se.

A pesca, na realidade, é apropriação do território, ela agrupa um conjunto de fatores, técnicas, manifestações e simbologias que fazem com que os “trastes” (equipamentos de pesca), a canoa e o remo se transformem de simples objetos do labor cotidiano numa extensão do próprio corpo do pescador. Ela é, portanto, o que impregna o espaço de sentidos, de significado, de valor. Um valor que não é, necessariamente, monetário, mas simbólico. É através dela que o pescador se identifica como tal. É possível dizer, sem exagero, que a pesca constrói a identidade do pescador. Assim, a territorialidade e a territorialização do pescador se manifestam e são forjadas na relação com a dimensão do espaço em que a pesca é realizada, isto é, no território. A pesca é desta feita, a mediadora da relação pescador x território.

É óbvio que aqui se faz necessário uma diferenciação entre os diferentes sujeitos que fazem a pesca, o que revela a diversidade que há na atividade pesqueira. Faz-se necessário distinguir pescador artesanal, pescador profissional (assalariado) e empresário de pesca; e, portanto, também, estabelecer a diferença entre pesca artesanal e industrial. Pois, embora todos esses atores tenham em comum o fato de terem na pesca a base de sua produção e reprodução material objetiva, não se pode dizer, contudo, que tal atividade tem para tais atores o mesmo

significado, a mesma lógica, a mesma representação. Não se pode dizer, portanto, conforme foi mencionado anteriormente, que a pesca e o território tenham para o pescador artesanal e para o pescador industrial ou para o empresário de pesca o mesmo significado, inspire os mesmos sentimentos e desejos. É neste sentido, que o debate é travado a seguir.

1.3 PESCA ARTESANAL E PESCA INDUSTRIAL: UMA DIFERENCIAÇÃO NECESSÁRIA

A pesca, assim como a coleta e a caça, está entre as primeiras atividades desenvolvidas pelo homem para atender uma de suas necessidades fundamentais, a sobrevivência. Mas, a pesca, como as demais atividades humanas, não tem uma única finalidade. Não se encerra em si mesma. Para além da sobrevivência da vida física, elas também são a base da produção e da reprodução da vida social, das construções simbólicas, das significações e ressignificações temporais e espaciais, tão necessárias à existência, quanto o próprio alimento por elas propiciado.

1.3.1 Pesca, identidade e território

Para alguns a pesca é apenas um acumulado de técnicas utilizado para capturar peixe. Mas para outros, ela, a pesca, representa a própria existência, como afirma Dorival Caymmi, na canção “O bem do mar”:

O pescador tem dois amor/ Um bem na terra, um bem no mar. O bem da terra é aquela que fica/ Na beira da praia quando a gente sai. O bem da terra é aquela que chora/ Mas faz que não chora quando a gente sai. O bem do mar é o mar, é o mar/ Que carrega com a gente/ Pra gente pescar.

Em função da pesca, o pescador configura seu espaço, se territorializa, produz seu espaço. Nesse sentido, Santos (1990) apud Germani e Kuhn (2009, p. 6), afirma que “como atividade de produção ela é, também, uma atividade de produção do espaço, já que produzir e produzir espaço são atos indissociáveis”. E, continuando, definem que

[...] a pesca é compreendida não só como uma atividade de busca de peixe, mas como uma construção de relações sociais na terra e no mar, marcadas por identidade, mas também por conflitos e contradições, que envolvem não somente os grupos pesqueiros, mas outros tantos agentes sociais, com interesses divergentes (GERMANI, KUHN, 2009, p. 6).

Neste sentido, a pesca não é apenas uma mera ocupação ou atividade econômica. Para o pescador, a pesca é a própria razão de existência de si e de seu grupo familiar. Como desvencilhar o pescador de seus apetrechos de pesca? A canoa, o remo, a rede e outros

instrumentos peculiares à lida, são mais do que instrumentos de trabalho utilizados esporadicamente pelo pescador. Na verdade, esses elementos são a própria extensão de seus corpos.

1.3.2. Definições necessárias para compreensão da atividade pesqueira.

A pesca pode ser subdividida, grosso modo, em duas categorias: a pesca artesanal e a pesca industrial. A pesca artesanal tem como característica, conforme Moreira (1993, p. 121), ser tradicional e “realizada com a utilização de instrumentos simples, adequados às especificidades ambientais da região”; ter como objetivo principal a subsistência; não representar “uma relação de produção tipicamente capitalista”, ao se realizar via “expropriação direta da mão de obra” e pelo fato do pescador possuir certo controle “dos meios de produção e de todo o saber que envolve esse trabalho”. Os instrumentos de captura utilizados nessa modalidade de pesca, ainda conforme o referido autor, são, via de regra, elaborados pelos próprios pescadores. Dentre os principais instrumentos utilizados na pesca artesanal pode-se destacar o muzuzá, a tarrafa, o curral, o anzol, o espinhel, a malhadeira (que pode ter malha 25mm, 30mm, 35mm ou 40mm).

A simplicidade da pesca artesanal faz com que o pescador que dela depende aprenda a conviver com a imprevisibilidade, com o incerto. Segundo Laberge (2000, p. 41 e 42), ao traçar um perfil “sócio-psicológico” dos pescadores nordestinos, a partir de seus próprios relatos e auto-definições, o pescador “não tem essa agitação que outra pessoa tem”; “vive incerto quanto ao fruto do seu trabalho”; “não tem horário pra nada: os planetas são seu relógio; “é mais livre e dono de si, enquanto o operário é vigiado”.

O tempo também é um elemento que estabelece diferença entre a pesca artesanal e a industrial. Na pesca artesanal prevalece o tempo da natureza. A hora da saída e da chegada do pescador não depende do relógio, mas da maré, que por sua vez, conforme o saber do pescador está atrelada a lua e suas fases (quarto crescente, minguante, cheia, etc.). O que não quer dizer que o tempo na pesca artesanal seja homogêneo, pois ela própria também não o é. Na pesca artesanal o processo produtivo é comandado, portanto, pela natureza, enquanto que na industrial o que se sobressai é o tempo do relógio.

Porém, Maldonado (2000), ao fazer uma diferenciação entre o tempo na pesca artesanal e o tempo na pesca industrial, baseada em Thompson (1967), afirma que mesmo o universo da pesca artesanal tem sido permeado pela influência do tempo capitalista, de modo que tanto o

tempo natural quanto o tempo mercantil capitalista tem interferido na vida das comunidades de pescadores artesanais. Assim comenta a referida autora:

Envolvidos pela pesca e pelos distintos domínios naturais e sociais, os pescadores vivem, hoje, ordens temporais díspares e contraditórias, as quais interferem na apropriação do espaço marítimo, fluvial e terrestre... numa relação de convivência ou de domínio: tempo natural e tempo mercantil capitalista, respectivamente, em sua expressão cíclica e linear, são ordenações simultâneas e ambivalentes do ritmo do povoado pesqueiro. A ordenação capitalista que rege a sociedade dominante, converte quantitativamente o tempo em valor reduzido a dinheiro. O capital passa a pressionar por dentro a atividade pesqueira, alongando o tempo de permanência no mar e regulando o ritmo da produção (MALDONADO, 2000, p. 103).

Porém, ainda assim, para Maldonado (2004), mesmo onde o capital tem se apropriado, subordinado e alterado as relações de produção na pesca, como na localidade de Barra da Lagoa, em Santa Catarina, localidade por ela estudada, ainda se configura “um ritmo peculiar, marcado pelo *tempo natural*, dissonante do ritmo urbano-industrial, da disciplina da fábrica, da produtividade do capital.” E, mais

[...] o elo com o tempo natural parece persistir, regulando, ainda de modo relativo, as atividades do pescador artesanal. Basta ver a organização do cotidiano do trabalho de pesca, não marcado pelos horários definidos, e o modo como intercala sua atividade num ritmo que lhe permite certo controle do tempo. Nesse termos... a pesca é que impõe o horário do dia-a-dia, coordenando com seu tempo próprio as atividades a serem realizadas – não obstante numa relação de subordinação ao tempo do capital. Se, por um lado, é possível delinear os movimentos básicos que diariamente são efetuados – saída à captura dos peixes, retorno e processo de sua comercialização -, por outro lado não se pode saber com que precisão em que marcações do tempo esses movimentos se dão. É um tempo imprevisível e irregular. E, nesse sentido, na modalidade artesanal da pesca, os dias não se repetem: tempo não-fixo, tempo irregular, tempo imprevisível; tempo que depende de outro tempo; tempo que tem o seu próprio tempo. (MALDONADO, 2000, p. 104-105).

Já, segundo Diegues (1983, 1988) apud Cardoso (2001, pág. 81), a pesca artesanal é aquela “realizada dentro dos modelos de pequena produção mercantil, que comporta ainda a produção de pescadores-agricultores.” E, ainda, refere-se “a pesca realizada com tecnologia de baixo poder predatório, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança.” Ou ainda, conforme Diegues (2004) apud Germani e Kuhn (2009, p. 5), a pesca artesanal pode ser definida como “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida.”

Nesta perspectiva, Sérgio Cardoso Moraes (2007, p. 19), mesmo sem definir se artesanal ou não, afirma que a pesca (artesanal, pela caracterização proposta pelo autor) é oriunda de um tipo de saber que não está limitado aos meios acadêmico ou escolar, mas, sim, a

conhecimentos transmitidos de geração a geração, “principalmente pela oralidade e pelas práticas do cotidiano”.

Neste contexto, o conjunto técnico aparece como elemento diferenciador entre a pesca artesanal e a pesca industrial. As técnicas, entendidas enquanto maneira ou modo de realizar algo, que caracterizam a pesca artesanal se diferem daquelas utilizadas pela pesca industrial, tanto pelo “poder predatório”, quanto pelo poder de diferenciar os atores sociais envolvidos na atividade pesqueira. Elas garantem uma eficiência maior ou menor à ação dos sujeitos ou atores envolvidos no processo. Dependendo do seu grau de modernidade, a capacidade de captura, o tipo, a quantidade e a qualidade da produção serão alterados. Elas também conferem uma capacidade de cooptação e subordinação maior entre aqueles que detém os aportes técnicos mais modernos e aqueles que não os tem. Elas, portanto, definem o grau de importância entre a pesca artesanal e a pesca industrial e seus respectivos atores. Conforme Santos (2001, p. 25)

Ao surgir uma nova família de técnica, as outras não desaparecem. Continuam existindo, mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelo conjunto de atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos. Quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual.

A base técnica da pesca artesanal é elaborada a partir de conhecimentos práticos adquiridos e produzidos historicamente e culturalmente, produto do labor e do contato constante e direto do pescador com o meio, ao passo que as técnicas utilizadas nas grandes embarcações, características da pesca industrial, que objetivando o aumento constante da produtividade, tem um cunho científico e racional. *Global Position System* (Sistema de Posicionamento Global, em português - GPS), do localizador de cardumes, do sonar, das redes de arrasto, além da própria embarcação, formam o conjunto técnico ou “família de técnicas” (SANTOS, 2001) que identificam a pesca industrial. A embarcação utilizada na pesca industrial se diferencia daquelas empregadas na pesca artesanal por ser dotada de motores mais potentes, capazes de impulsionar barcos com capacidade de carga muitas vezes superior às canoas, aos pequenos barcos, lanchas ou botes utilizados na pesca artesanal.

Mello (1993), por sua vez, em seu livro “A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação.”, a partir de uma análise marxista, que privilegia a materialidade do processo e a alienação e subordinação da força de trabalho na pesca ao capital, afirma que um dos diferenciais entre a pesca artesanal e a pesca industrial consiste no fator tecnologia e organização do trabalho.

Quanto ao fator tecnológico, Marx (1974) apud Mello (1993, p. 89), assevera que “Depois que os instrumentos se transformaram de ferramentas manuais em ferramentas incorporadas ao um aparelho mecânico, a máquina motriz, o motor, adquire uma forma independente, inteiramente livre dos limites da força humana”. Assim, a pesca mecanizada ou industrial se desenvolve sob a égide da tecnologia, posto que, em virtude das imposições do mercado, seu principal regulador, esse ramo da atividade pesqueira, precisa de um conjunto técnico que lhe permita superar as restrições técnicas da pesca tradicional. É o aparato tecnológico, produzido a fim de atender as necessidades de uma produção cada vez maior, intensa e extensivamente, que vai possibilitar o acesso aos recursos pesqueiros obtidos apenas em águas profundas, distantes da costa.

No que diz respeito a organização do trabalho, ao relatar a forma como a indústria pesqueira foi introduzida no Pará e apontar o porquê de sua introdução, diretamente ligadas às determinações e demandas do capital nacional e internacional, o autor mencionado no parágrafo anterior, diz que significativas mudanças foram processadas na atividade pesqueira regional, principalmente no que concerne a separação entre a captura e o beneficiamento do pescado. Para ele, normalmente, não existe na pesca artesanal, uma divisão entre o trabalho de captura e processamento da produção, pois essas etapas são realizadas “pelos mesmos trabalhadores, ainda que executados em tempos distintos e espaçados” (MELLO, 1993, p. 87). Dessa forma, assinala que

[...] a tecnologia industrial e sua organização de trabalho introduz uma significativa alteração relativamente aos padrões tradicionais (artesanais) de produção do pescado: separa o processo de captura do processo de tratamento do produto, representando essa divisão setorial a primeira grande *parcelização do processo produtivo da pesca* (MELLO, 1993, p. 86, grifos no original).

Nesse sentido, a diferença entre a pesca industrial e a pesca artesanal está no fato de que

Somente na produção industrial é que haverá uma cisão no processo de produção do pescado. Isso porque a estruturação gerencial e tecnológica do processo fabril terá de se organizar segundo uma racionalidade que garante a geração de um produto final que corresponda as expectativas do mercado consumidor, no caso, o mercado internacional, altamente exigente quanto aos padrões de qualidade e apresentação do produto (MELLO, 1993, p. 87).

Germani e Kuhn (2009), no entanto, no trabalho denominado “O pescador artesanal e a geografia: diálogos possíveis”, cujo objetivo foi analisar a forma como se dá a produção espacial e a territorialização dos pescadores artesanais da comunidade de Paraguaçu, no município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano (BA), defendem que apenas o aporte técnico, a mão de obra empregada ou a quantidade capturada não são suficientes para uma definição precisa do que seja a pesca artesanal. Assim, de acordo com as autoras

Pode-se pescar artesanal ou industrialmente usando redes. O que muda é a abrangência da captura ou mesmo a tecnologia empregada no lançar da rede, como os sonares. Tanto na pesca industrial quanto na artesanal pode haver emprego de mão-de-obra familiar, embora nesta a família seja a base da produção. Por fim, a quantidade de peixe capturada não define se a pesca é artesanal ou não (GERMANI, KUHN, 2009, p. 6).

1.3.3 Pesca artesanal ou pesca industrial? Uma escolha, múltiplas implicações

A atividade pesqueira possui no Pará relevância socioeconômica significativa na ocupação da mão-de-obra, na geração de renda e na produção de alimentos (ISAAC, 2006, p. 321), principalmente para a população dos municípios localizados na costa litorânea do estado, como aqueles pertencentes a mesorregião do nordeste paraense, onde encontra-se a microrregião bragantina e por conseguinte o município de Augusto Corrêa.

Ana Laura de Santos Sena (2006), ao fazer uma análise histórica da formação da indústria pesqueira na Amazônia, para entender a o papel desempenhado pela pesca no processo de ocupação regional, afirma que “[...] a pesca sempre constituiu uma importante fonte de alimento para a população da Amazônia, sendo uma atividade praticada pelos primeiros grupos humanos que se estabeleceram na região e que continuou com a formação e expansão das cidades” (SENA, 2006, p. 345).

Ademais, conforme a referida autora, a pesca, além da importância relacionada ao suprimento das necessidades alimentares dos grupos populacionais amazônicos, se constitui em importante fonte de recursos financeiros para a grande maioria das populações que dela dependem.

Segundo Vitória Isaac (2006), o desenvolvimento da pesca na Amazônia pode ser contextualizado em quatro momentos distintos. Um relacionado ao período pré-colombiano, passa pelo período colonial e se estende até a década de 1960. Outro que se desenvolveu entre as décadas de sessenta e oitenta do século passado, relacionado a implantação do complexo industrial pesqueiro na região amazônica, produto de políticas públicas governamentais que deram origem a órgãos de desenvolvimento de atuação regional e nacional como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Com a extinção da SUDEPE e a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), tem início um terceiro momento, que começa na década de 1980, e diz respeito a construção de um conjunto institucional de regulamentação e fiscalização da pesca em âmbito nacional vinculada a necessidade do Estado de tratar de forma indissociável a questão da proteção do meio

ambiente e seus recursos naturais, entendendo que a percepção ambiental de forma integrada do meio ambiente é fundamental para o uso racional dos recursos naturais, bem como para a otimização econômica e para a justiça social dos setores econômicos (ISAAC, 2004). Por fim, um quarto momento, marcado pelo conflito entre duas concepções institucionais sobre a pesca: uma que percebe a pesca como uma atividade produtiva, por isso deveria essa atividade estar vinculada ao Ministério da Agricultura, e a percepção da pesca como uma atividade econômica geradora de impactos ambientais, daí a necessidade dessa atividade ser atrelada ao Ministério do Meio Ambiente; a criação da Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura em 2003, atrelando a pesca diretamente a Presidência da República, assinala para a histórica indefinição gerencial da pesca.

Nesse sentido, as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento regional contemplaram o setor pesqueiro na forma de incentivos governamentais. Incentivos esses direcionados ao setor industrial pesqueiro na Amazônia, através de órgãos de fomento público como a SUDAM, em 1966, e a extinta SUDEPE, em 1974, que, conforme Mello (1985) apud Isaac (2006:330), possibilitou a construção das bases para a solidificação de “[...] um verdadeiro complexo industrial pesqueiro em áreas propícias do território brasileiro, inclusive na cidade de Belém, no estuário amazônico”.

Assim, as políticas públicas, no que concerne a atividade pesqueira, fazem parte da estratégia política que culminou com a opção pela pesca industrial, em detrimento da pesca artesanal, “[...] como um dos elementos capazes de propiciar o desenvolvimento do estado do Pará e da região amazônica como um todo” (SENA, 2006, p. 346).

No entendimento de Mello (1985) apud Sena (2006:352), alguns fatores contribuíram para que a atividade pesqueira passasse a exercer atração sobre o capital. São eles:

[...] a) o aparecimento de centros urbanos que tinham na produção pesqueira importante fonte de alimentação...; b) a adição do motor nas geladeiras atuou como um elemento de aproximação entre os centros produtores e consumidores de pescado; c) o crescimento do sistema de transporte rodoviário na região [...]; d) a mudança no “panorama social” de determinadas zonas pesqueiras [...]; e) a atividade de pesca passou a ter um caráter comercial cada vez maior e; f) o aparecimento do pescador profissional ou especialista, que se dedica exclusivamente a pesca.

Porém, a escolha da pesca industrial como um dos elementos capazes de alavancar a economia e o desenvolvimento regional e, por conseguinte, a paraense, não se deu apenas por critérios eminentemente técnicos ou de caráter racional, como gostam de afirmar os seguidores do progresso.

Conforme Paiva (1997) apud Brito, Furtado Jr., Tavares (2006, p. 96), na Região Norte a pesca artesanal ocupa posição de destaque na produção pesqueira, principalmente quando comparada com outras regiões. E ainda,

A pesca artesanal estuarina/marinha na região Norte do Brasil é intensa, atuando sobre elevado número de espécies, algumas delas compondo grupos populacionais de elevada biomassa. A produção artesanal estuarina/marinha na região Norte, incluindo o estado do Maranhão, atingiu o volume de 124.837 t no ano de 2003, totalizando cerca de 26 % da produção nacional da pesca extrativista estuarina/marinha que no mesmo ano totalizou 484.592,5 t (IBAMA; CEPENE, 2004).

A opção pela pesca industrial em detrimento da pesca artesanal, não ocorreu apenas na Amazônia, mas em todo o Brasil. E segundo Germani e Kuhn (2009, p. 5), revela uma perspectiva preocupante, qual seja, a discriminação muito grande que há em relação a pesca artesanal, inclusive partindo de grupos vinculados a órgãos governamentais, que entendem que a pesca artesanal é um atraso, um freio ao progresso da atividade pesqueira moderna, conforme declaração de Felipe Matarazzo Suplicy, representante da Secretaria Nacional Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), proferida em 2008, no lançamento do Projeto Bijupirá Brasil, em Itaparica/BA.

Na verdade o discurso do desenvolvimento regional foi aplicado como forma de alcançar objetivos outros. O que determinou a opção pela pesca industrial foram as demandas geradas externamente. A necessidade do capital nacional e internacional de produzir para atender um mercado externo cada vez maior, em franca expansão, portanto, precipitou a pesca artesanal paraense à condição de marginalidade, principalmente no que diz respeito ao acesso a melhores condições de trabalho e de produção. O mercado nacional e internacional é comandado por um tempo e uma racionalidade distinta daquela que impera, conforme já foi exposto anteriormente, via de regra, na pesca artesanal. O aparato tecnológico desta não lhe permite capturar pescado em quantidade exigida pelos mercados consumidores nacional e mundial. O que só seria possível com a introdução do modo capitalista de produção no setor pesqueiro. Assim, o atendimento das necessidades internas da região ou mesmo o propalado desenvolvimento regional não foi prioritário. No contexto regional, a exemplo do que ocorreu com todos os segmentos da vida social amazônica com a introdução da exploração maximizada dos recursos naturais, via grandes empresas de capital nacional, estatal e estrangeiro, houve o solapamento dos recursos naturais estuarino/marítimos e a desagregação da estrutura laboral e social das localidades onde a pesca é a principal fonte de recurso. Em outras palavras, não se vislumbrou a priorização da qualidade da produção voltada para a

população local. Ao contrário, o que se evidenciou foi o aumento das exigências para atender o padrão de qualidade estabelecidas pelo mercado externo.

Nesse sentido, conforme Mello (1993, p. 88)

A mercantilização do pescado paraense, destinado ao exterior, vai requerer um aperfeiçoamento no seu beneficiamento. O padrão e a qualidade do produto, ditados por exigências do mercado consumidor estrangeiro, impõe não apenas um rígido controle do processo de trabalho, como alteram sua forma tradicional de tratamento. Enquanto que para o mercado interno serve qualquer tipo de produto desde que seja pelo menos conservado em estado fresco, os países exportadores já obrigam a que o pescado seja apresentado segundo características especiais, resultando disso o aparecimento da divisão do trabalho no âmbito do tratamento do pescado...Essas novas exigências irão estabelecer uma mudança tecnológica e organizacional do processo tradicional de trabalho. Os novos padrões passam a requerer, ao mesmo tempo, maior produtividade, incorporando-se por isto dentro do processo de beneficiamento inclusive o emprego de maquinaria.

Ressalta Sena (2006) que a ação do Estado, no que concerne a legislação regulatória sobre a pesca, no Pará, remonta ao período colonial. Porém, foi com a “Operação Amazônia”,² que a pesca na região assumiu maior importância dentro da estratégia de desenvolvimento do Estado para a Amazônia. É neste sentido que precisamos compreender a criação da SUDAM (1966) e da SUDEPE (1974).

A ação estatal, a partir da segunda metade do século XX, com a implantação projetos de colonização, de grandes obras de infra-estrutura e exploração de recursos naturais, no intuito de atender as demandas do capital nacional e estrangeiro, também é fator de significativa relevância para a compreensão dos fluxos migratórios e de suas implicações espaciais na Amazônia.

No que tange a pesca, a ação do governo federal, com a criação da SPVEA em 1953, transformada em SUDAM em 1966, e ainda a criação da SUDEPEE, em 1974, retratam ações do governo federal para o desenvolvimento capitalista da Amazônia, conforme já mencionado, e que culminaram com a introdução de novos atores sociais (empresários do Centro-Sul, peões e pescadores nordestinos, além de outras categorias profissionais) no espaço da pesca paraense (BECKER, 1998; GONÇALVES, 2005).

1.3.4 Pesca e migração na Amazônia

A implantação de indústrias de pesca de capital extra-regional em diversas localidades do estado do Pará e da Amazônia, incentivada pelo governo federal, está relacionada a essa

² Concebida pelo governo militar iniciado em 1964, seus objetivos eram criar pólos de desenvolvimento na região; gerar um quantitativo populacional estável na fronteira; incentivar a migração para a Amazônia; incentivar o capital privado com a concessão de incentivos fiscais; implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do setor produtivo e; identificar os recursos naturais possíveis de exploração comercial.

estratégia de ocupação regional e de exploração de seus recursos naturais (MELLO, 1985; SANTANA, 2002; ISAAC, 2006; SENA, 2006). E traz consigo também o deslocamento de populações de outras regiões do país, como forma de suprir a necessidade de mão-de-obra qualificada para operar equipamentos de pesca diferentes daqueles habitualmente utilizados pelos pescadores locais (SANTANA, 2002).

A migração é um elemento fundamental na compreensão do incremento populacional e nas transformações socioespaciais da Amazônia. Os fluxos migratórios para a Amazônia, em especial para o nordeste paraense, via de regra, estão relacionados a problemas econômicos e não são recentes. Esses fluxos estão diretamente relacionados a uma ou mais atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia associada(s) à demanda nacional ou mesmo internacional. Ressalte-se aqui os fluxos de nordestinos, diretamente associados a atividade gomífera e, posteriormente, aos projetos econômicos de grande envergadura implantados pelo governo federal (BECKER, 1998, GONÇALVES, 2005). Além dos nordestinos, a migração japonesa na região oeste e nordeste paraense, nos dão exemplo da relação entre migração e economia local, nacional e internacional (GONÇALVES, 2005).

A necessidade de mão-de-obra para exploração da borracha, bem como para a produção de gêneros alimentícios com fins a atender as necessidades da população urbana de Belém, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século passado resultaram na incorporação de significativo contingente populacional na região, principalmente de nordestinos (GONÇALVES, 2005). Fator importante para a compreensão da dinâmica espacial e populacional da região nordeste do Pará, especialmente a microrregião bragantina.

Outro importante fator para a compreensão do processo de ocupação e produção espacial do nordeste paraense foi a migração de japoneses, cuja mão-de-obra está relacionada à atividade agrícola no Pará. A população japonesa, que chegou por aqui na primeira metade do século XX ocupou-se no cultivo de juta e pimenta do reino.

Quanto aos fluxos migratórios recentes em direção ao nordeste paraense e as conseqüentes transformações socioespaciais e econômicas nessa parte do território do estado não podem ser compreendidos fora do contexto das ações do governo federal que criaram órgãos de fomento para o desenvolvimento regional, como os já citados SUDAM e SUDEPE, este último especificamente para tratar as questões relativas à pesca. Portanto, pode-se afirmar que os movimentos migratórios intra-regionais recentes estão diretamente atrelados a ação do governo federal, a partir da década de 60, do século passado, e tem peso significativo para a compreensão desse fenômeno na atualidade.

Nesse sentido, conforme Rocha (2005, p 146):

A migração inter e intra-regional constitui importante componente para o entendimento da dinâmica demográfica regional... os fluxos migratórios, em geral, seguem as determinações econômicas, constituindo-se a migração verdadeira mobilidade do trabalho. Na Amazônia, os fluxos migratórios foram importantes não somente no crescimento populacional como igualmente no redirecionamento do povoamento e da ocupação do espaço regional. Entre 1970 e 2000, o efetivo populacional de migrantes aumentou em relação aos períodos anteriores, apesar de mostrar tendências declinantes no período.

Para Jansen apud Peixoto (2004, p. 4), a migração se configura também como um problema econômico, mas está relacionada ainda a outras dimensões. Conforme esse autor

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade na migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante.

Neste sentido, Aragón (2005), afirma que nem todo deslocamento de pessoas no espaço pode ser traduzido como migração. Alguns fatores como distância, tempo e autonomia nas decisões são elementos a serem analisados nesse processo. De acordo com esse autor, mesmo que a mobilidade espacial das pessoas seja a condição fundamental para a definição do conceito de migração, outros fatores precisam ser considerados para a definição conceitual da migração. Estes fatores estão relacionados à mudanças de residência, distância, tempo e autonomia nas decisões de mudar dos sujeitos ou grupos sociais envolvidos no processo.

A migração de nordestinos para o Pará, de acordo com o contexto de sua realização, assume forma e significado diferente conforme a motivação do fenômeno, o interesse do migrante e as condições socioeconômicas que se lhe apresentam no lugar de destino. E isso pode significar a fixação permanente ou temporária do migrante (LIMA, 2002; POTIGUAR JÚNIOR, 20002). Há os que vêm para ficar e ficam, os que vêm para ficar e não ficam. Da mesma forma, há os que ficam, mesmo tendo o objetivo inicial de logo voltar (SANTANA, 2002).

A migração de nordestinos em direção ao nordeste paraense retrata uma realidade que para o pescador migrante não significa, necessariamente, fixação no local que vai servir de base para a pesca, haja vista que, no momento em que diminuir a produção naquele lugar certamente, juntamente com o patrão, o seu destino, seu rumo, seu paradeiro vai mudar (SANTANA, 2002). Tal mudança está impregnada de adaptações, estas relacionadas à

desconfiança, dele com os do lugar e dos do lugar com ele, a cultura, ao modo de vida local (LIMA, 2002). Assim, para o pescador migrante, conforme Martins (1986) apud Rossini (2002, p. 284),

Mais do que *trânsito* de um lugar a outro, há a *transição* de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver em espaços geográficos diferentes (...); é ser duas pessoas ao mesmo tempo (...); é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo, sair quando está chegando, voltar quando está indo (...). É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca (grifos no original).

Rossini (2002, p. 290), ao pesquisar a questão dos *dekasseguis* do Brasil no Japão, afirma que fator relevante no processo migratório, quando o objetivo é o trabalho, “são os problemas para os naturais da terra” causados pelo migrante. Pode-se afirmar, contudo, que este fenômeno é comum em todos os lugares que funcionam como destino de movimentos migratórios, principalmente a partir da redução dos postos de trabalho pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, seja em nível local, regional, nacional ou internacional. Neste sentido, é possível usar o trabalho dessa autora como base para analisar a questão da migração de pescadores nordestinos no nordeste paraense em função do capital pesqueiro. Qualificados e acostumados com o tipo de trabalho requerido e com os equipamentos utilizados nos barcos, os pescadores migrantes, cujo motivo da migração é principalmente o trabalho, são preferidos pelas empresas de pesca (SANTANA, 2002); já os pescadores locais, acostumados com outra modalidade de pesca, normalmente a artesanal, são preteridos; o que gera conflitos entre o migrante e o natural do lugar.

Porém, esses fenômenos precisam ser compreendidos dentro de um processo de transformações espaciais mais amplos, quais sejam a integração e modernização/especialização do espaço nacional, uma vez que “[...] com a definição de efetiva especialização no território, criam-se verdadeiras complementariedades regionais...” (ROSSINI 2002, p. 283), o que favorece o suprimento de uma das mais fundamentais necessidades do capital: a mão-de-obra. No caso em questão, a necessidade de arregimentação de trabalhadores qualificados provenientes de outras regiões do país para ocupar, principalmente, aqueles postos de trabalho que exigem qualificação não encontrada no local onde o capital se instala. Há a procura de pessoal altamente especializado, sendo que muitas atividades requerem apenas engajamento temporário.

Ainda conforme Rossini (2002), o crescimento populacional não gera necessariamente emprego, mas gera ocupação. Diminuem os empregos com a modernização tecnológica e organizacional, pois esses são poupadores de mão-de-obra, ideia esta compartilhada com

Mello (1985), quando discute as relações capitalistas de produção na atividade pesqueira no Pará.

Conforme já foi mencionado anteriormente neste trabalho, a migração é um tema interdisciplinar, porém, historicamente, ela foi apropriada e discutida pela ciência geográfica. Afinal é na geografia que os estudos migratórios foram debatidos com mais frequência, em virtude da relação direta entre dinâmica populacional e apropriação do objeto central da geografia, o espaço geográfico. Neste sentido, compreender os fluxos migratórios, suas razões, suas direções, seus sentidos, seus impactos espaciais, tem sido alvo daqueles que se lançam na investigação da problemática população *versus* espaço.

Segundo Aragón (2005), é evidente a queda do interesse pela problemática migratória na Amazônia, conforme pode se observar pelas referências coletadas. Tais referências, ainda de acordo com o autor, são “resíduos” de estudos desenvolvidos durante as décadas de 1970 e 1980. Com base em Hogan (2002) e Martine (1992), Aragón (2005, p. 19) credita este fenômeno ao fato dos

[...] aspectos demográficos serem considerados, hoje, como fatores intervenientes, e não necessariamente determinantes dos processos sociais e econômicos, o que tem levado a incorporar as análises geográficas em temas mais gerais, sendo, por isso mesmo, mais difícil de identificar variáveis demográficas mais específicas.

Neste sentido, os estudos sobre migração no nordeste paraense, ao que parece, têm sido relegados a um segundo plano, haja vista, conforme enunciado anteriormente, ser a região considerada deprimida economicamente. Talvez isso ocorra porque, assim como o capital, o interesse científico, muitas vezes, desloca sua atenção para os espaços mais valorizados, ou melhor, para aqueles espaços que podem garantir uma maior visibilidade àqueles que produzem ciência. No caso do Pará, a região Sudeste, Sul e Oeste.

Porém, as regiões deprimidas não perdem a sua dinâmica socioeconômica e espacial. As transformações espaciais são constantes, pois o espaço tem por característica ser dinâmico, estar em constante mutação, seja por fluxos econômicos ou políticos, externos ou internos. E os fluxos migratórios ocupam parte importante na compreensão da dinâmica dos processos espaciais.

É neste contexto que é preciso compreender as alterações socioeconômicas e espaciais ocorridas recentemente no município de Augusto Corrêa, Pa: crescimento populacional, presença significativa de nordestinos, surgimento de novos bairros, ampliação da pressão sobre os recursos pesqueiros, alteração na forma de ocupação da população local, o choque entre culturas e territorialidades diferentes (migrantes *versus* autóctones), dentre outros.

Dessa forma, compreender os movimentos migratórios na Amazônia, no Nordeste paraense e as implicações espaciais a ele relacionadas significa compreender a dinâmica socioeconômica e espacial de Augusto Corrêa. Significa compreender se sua dinâmica populacional e espacial atual está relacionada a fatores extra-regionais ou autóctones. Em suma, permite compreender a própria organização espacial do município objeto deste estudo.

A organização espacial, entendida como uma expressão que equivale à estrutura territorial, configuração espacial, arranjo espacial, espaço socialmente produzido ou simplesmente espaço, pode ser entendido ainda, de acordo com Corrêa (2005, p.28), como “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra”. Esta organização espacial é, por sua vez, produto das práticas espaciais engendradas pelo homem em sua relação social e em sua particular relação com a natureza.

No longo e infindável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais (CORREA, 2005, p. 35).

Pode-se, portanto, compreender as migrações como práticas sociais, pois impactam diretamente o espaço em suas várias nuances e são espacialmente localizáveis. Tem origem e destino. Tem causas e conseqüências, espaciais entre elas.

Nesse sentido, compreender a dinâmica dos fluxos migratórios na região nordeste do Pará, suas origens e destinos, suas causas e conseqüências, suas interações espaciais, mostra-se importante, pois permitirá uma melhor compreensão de parte da totalidade sócio-econômica e espacial do estado do Pará e, por conseguinte, da Amazônia.

Importante, também, é notar que os resultados obtidos podem subsidiar as administrações locais, conforme seus interesses, na implementação de políticas públicas que tenham por objetivo atender as demandas originadas desse incremento populacional que a região tem recebido. Além disso, é real a carência de estudos demográficos, conforme já mencionado anteriormente em citações como Aragón (2005), e neste sentido, este estudo pode subsidiar, também, professores e alunos do ensino fundamental e médio no que concerne a temática em questão: a demografia regional, suas interações e reflexos na sociedade, na economia e no espaço regional. E, mais, contribuirá para subsidiar docentes e discentes na análise de conceitos e categorias geográficas: o espaço como meio, condição e reflexo das práticas sociais; o território e suas múltiplas nuances (simbólica, econômica, jurídico-política, integradora e relacional); a região e sua apreensão pelas sociedades intra e extra-regionais; o

lugar e suas especificidades; e a paisagem regional como produto da relação sociedade-natureza.

CAPÍTULO II: MIGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO EM AUGUSTO CORRÊA - PA: DINÂMICA MIGRATÓRIA E POPULACIONAL NA PESCA

O objetivo deste capítulo é discutir as principais implicações na dinâmica populacional do nordeste paraense e, em seguida as transformações espaciais e o crescimento populacional verificados na cidade de Augusto Corrêa, em decorrência da dinâmica migratória associada à atividade pesqueira nordestina no município nos últimos vinte anos. Nesse sentido, este capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiramente será realizada uma abordagem sobre o histórico, a localização espacial e a caracterização socioeconômica do município de Augusto Corrêa, seguida de uma análise da relação entre migração e crescimento populacional e urbano em Augusto Corrêa a partir de 1990. Posteriormente, faz-se a relação entre crescimento populacional e migração no nordeste paraense e Augusto Corrêa com base nos censos demográficos de 1990 em diante. Mais adiante, a relação entre a pesca da lagosta e a migração em Augusto Corrêa é abordada, uma análise feita a partir da comparação entre os dados estatísticos do IBGE e os comentários obtidos nas entrevistas junto a atores sociais chave para a compreensão desse processo na sede do município. Este capítulo é finalizado como um tópico que relaciona a migração de pescadores nordestinos para Augusto Corrêa à perspectiva da migração enquanto mobilidade da força de trabalho.

2.1 HISTÓRICO, LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA - PA

O município de Augusto Corrêa, Pará, cuja denominação, quando vila, era Urumajó, foi efetivamente emancipado do município de Bragança em 28 de março de 1961. Mas, o nome da sede municipal continuou Urumajó até 1970, quando, através do decreto-lei nº 164, de 23 de janeiro de 1970, a sede do município passou a denominar-se Augusto Corrêa.

As origens de Augusto Corrêa remontam a 1895, quando, sob a denominação de Urumajó, constituía um povoado de Bragança, elevado a essa categoria pela lei nº 394, de 6 de julho daquele ano. Em 1898, Urumajó foi constituído em vila, de acordo com a lei nº 567, de 7 de julho. Entretanto, segundo Theodoro Braga, as primeiras referências de ocupação de Urumajó datam de 1875, quando seus moradores construíram uma capela, sob invocação de São Miguel. Olavo Tobias Monteiro de Seixas, 75 anos, “nascido e criado na vila de Urumajó, município de Bragança”, em entrevista realizada dia 20 de janeiro de 2012, afirma, contudo, que os primeiros registros de ocupação de Urumajó datam do início do século XIX.

Conforme o entrevistado, o seu bisavô, Sr. Paulo de Jesus Fernandes, oriundo da “região do Maranhão”, chegou e ocupou as terras do que anos mais tarde viria a se constituir a sede do município de Augusto Corrêa em 1805, aproximadamente.

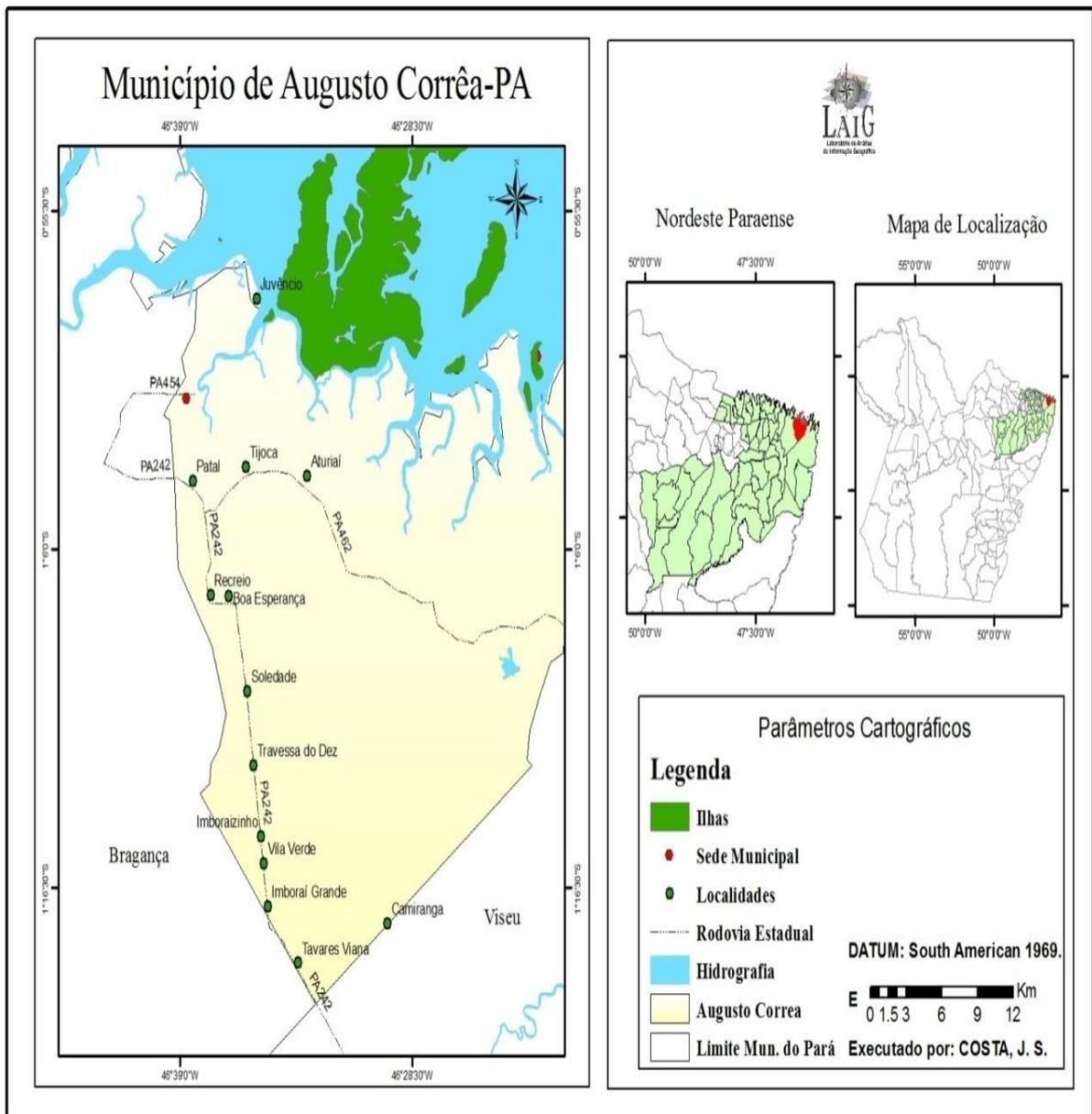
De acordo com o Sr. Olavo Tobias Monteiro de Seixas, seu avô, Sr. João Batista Monteiro, foi o primeiro estrangeiro (português) a habitar o lugar que viria a ser chamado de vila de Urumajó; e seu pai, Sr. Joaquim Monteiro de Seixas, foi um dos pioneiros a reivindicar a emancipação de Urumajó em relação ao Município de Bragança.

Segundo o entrevistado, várias foram as tentativas de desmembramento de Urumajó em relação à Bragança. A primeira tentativa data de 1911; a segunda de 1912; a terceira, que, inclusive envolveu combate direto entre os que defendiam a emancipação e os que eram contra, ocorreu em 1923; em 1935, ocorreu a quarta tentativa; até que em 1955, através da lei n ° 1.127, de 11 de março daquele ano, Urumajó foi considerado emancipado em relação a Bragança. Mas, em 4 de outubro de 1955 o Supremo Tribunal Federal, considerou a lei em questão inconstitucional e Urumajó retornou à condição de vila pertencente ao município de Bragança.

Urumajó, que passou a ser oficialmente denominado Augusto Corrêa, em homenagem ao político paraense (deputado Augusto Corrêa), autor do requerimento que deu origem a lei que criou o município, foi definitivamente desmembrado de Bragança, em 1961, através da lei estadual n ° 2.460, de 29 de dezembro de 1961, com um território muito inferior ao reivindicado em 1955, afirmou o Sr Olavo Tobias Monteiro de Seixas.

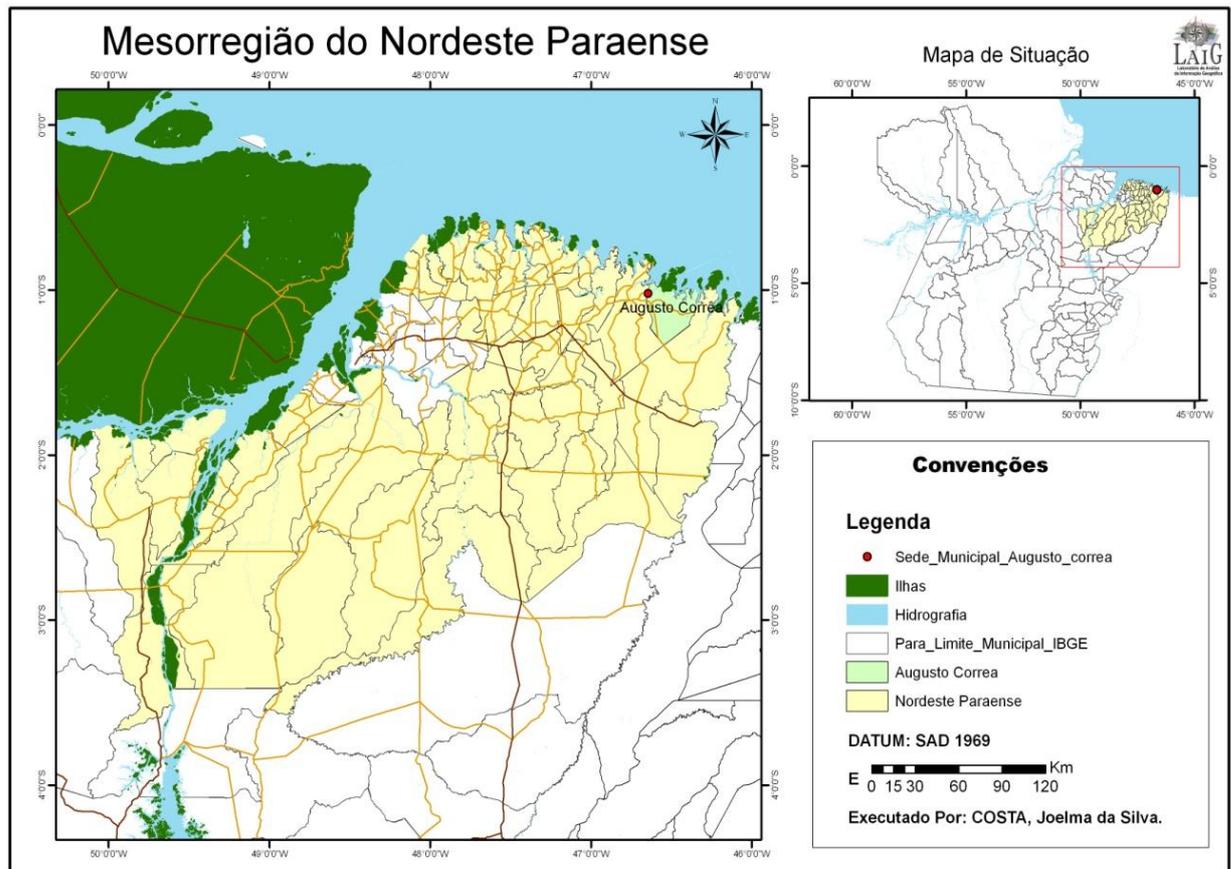
Augusto Corrêa limita-se a Leste com o município de Vizeu, ao Sul e a Oeste com o município de Bragança e ao Norte com o Oceano Atlântico³. A sede do município está assentada nas seguintes coordenadas geográficas: 01^o 01' 45" de latitude S e 46^o 38' 57" de longitude W.

³ O município de Augusto Corrêa dista, aproximadamente, 218 Km de Belém. Conforme IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município está localizado na microrregião Bragantina, na mesorregião do nordeste paraense.



Mapa 1: Município de Augusto Corrêa. Fonte: Laboratório de Análises e Informações Geográficas (LAIG). Elaborado por Joelma Costa, 2011.

A mesorregião do nordeste paraense é uma das seis mesorregiões que, de acordo com a divisão proposta pelo IBGE, formam o estado do Pará. Desta mesorregião fazem parte as microrregiões Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açú. Da microrregião bragantina fazem parte, além do município de Augusto Corrêa, os municípios Bonito, Bragança, Capanema, Igarapé Açú, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipurú, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Francisco do Pará e Tracuateua.



Mapa 2: Mesorregião bragantina. Fonte: LAIG. Elaborado por Joelma Costa, 2011.

Segundo o IDESP, com base no produto interno bruto dos municípios do Pará, para o ano de 2009, a economia do município de Augusto Corrêa está baseada fundamentalmente no setor de serviços, seguido do setor agropecuário e depois da indústria.

O setor de serviços, segundo o IDESP, movimentou R\$ 80.129, o que representou 73,70% da economia municipal. A agropecuária, respondeu por 18,01% da produção municipal, o que representou R\$ 19.580. E a atividade industrial contribuiu com R\$ 9.019, o que representou 8,29% da riqueza do município no decorrer do ano de 2009.

O valor total do Produto Interno Bruto (PIB) de Augusto Corrêa, no ano de 2009, foi de R\$ 111.037,00, o equivalente a 0,19% do PIB do estado do Pará (IDESP, 2010). O que conferiu ao município a 64^o posição no ranking dos municípios paraenses relativo ao Produto Interno Bruto estadual.

Apesar do setor de serviços ser a principal fonte de riqueza na composição do PIB municipal, ele não é o setor responsável pela geração de empregos formais no município. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através de dados publicados pelo IDESP/SEPOF – Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (2010), a

atividade econômica que responde pela maior parte dos empregos formais em Augusto Corrêa é a administração pública, que empregava 213, 595, 1.335, 1.392 servidores, em 2000, 2005, 2008 e 2009, respectivamente. Em segundo lugar, atualmente, está o comércio, que passou de 5 empregados em 2000 para 49, em 2008, e 62, em 2010. O setor de serviços aparece em terceiro lugar com 22, 26, 27 e 35 empregados, respectivamente, nos anos de 2000, 2005, 2009 e 2010.

TABELA 1: ESTOQUE DE EMPREGOS, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA 2000-2010.

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria de transformação	-	6	9	9	9	8	23	9	7	14	12	7
Comércio	2	5	7	14	20	25	13	17	51	49	60	62
Serviços	17	22	4	22	26	26	26	23	31	9	27	35
Administração Pública	303	213	630	382	538	484	595	802	50	1.335	1.392	1.392
Agropecuária	1	-	-	3	4	4	5	30	8	7	8	7
Outros/ignorados	5	3	3	3	3	2	2	2	1	1	1	1
TOTAL	362	251	653	433	600	549	664	886	148	1.415	1.500	1.504

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: Idesp/Sepof, adaptado por Glauco Araújo.

Ainda sobre os setores da economia municipal, a tabela a seguir demonstra que o comércio é a atividade que apresentou o maior crescimento, quanto ao número de estabelecimentos, em Augusto Corrêa. Passou de 1 estabelecimento, em 1999, para 11 estabelecimento, em 2005, e 17 estabelecimentos, em 2010 (IDESP/SEPOF, 2010).

TABELA 2: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA ENTRE 1999 E 2010.

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria de transformação	1	1	1	1	1	1	4	2	2	3	4	2
Comércio	1	2	3	6	9	14	11	10	14	12	16	17
Serviços	4	4	3	5	5	5	5	4	4	3	4	6
Administração Pública	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	1
Agropecuária	1	-	-	2	2	2	3	9	5	4	5	5
Outros/ignorados	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	10	11	10	16	20	25	26	29	29	25	32	32

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: Idesp/Sepof, adaptado por Glauco Araújo.

Ainda sobre os setores da economia municipal, o comércio é a atividade que apresentou o maior crescimento, quanto ao número de estabelecimentos, em Augusto Corrêa. Passou de 1 estabelecimento, em 1999, para 11 estabelecimento, em 2005, e 17 estabelecimentos, em 2010 (IDESP/SEPOF, 2010).

A produção agrícola do município diz respeito a dois tipos de lavouras, a lavoura temporária e a lavoura permanente. Na lavoura temporária destacam-se, principalmente, aos seguintes produtos: mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), arroz (*Oryza Sativa*) e milho (*Zea mays*). Dentre estes, a mandioca e o feijão são os principais produtos cultivados no município de Augusto Corrêa. A tabela 3 demonstra a quantidade dessas culturas, em toneladas, produzidas no município.

TABELA 3 – LAVOURA TEMPORÁRIA: PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA ENTRE 1990 E 2010 – quantidade em toneladas.

CULTURA	ANO								
	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
MANDIOCA	39.000	42.000	35.000	33.000	36.300	34.500	33.925	23.000	34.500
FEIJÃO	270	432	1.575	3.764	4.340	3.465	2.330	876	2.250
ARROZ	161	29	7	24	24	13	13	15	40
FUMO	16	11	3	3	2	2	2	2	2
MILHO				174	172	138	151	159	175

FONTE: IBGE – Séries Estatísticas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 06/01/2012.

ELABORAÇÃO: Glauco Araújo.

A produção de mandioca e feijão, no município de Augusto Corrêa, se destaca não apenas por sua maior quantidade em relação às demais culturas temporárias, mas, também, em relação ao valor da produção. Em 2009, a produção de mandioca foi de 23 mil toneladas e rendeu mais de 2 milhões de reais para os produtores rurais desse produto. O feijão, por sua vez, no mesmo ano, rendeu R\$ 1.016.000,00, para uma produção de 876 toneladas. Os valores da produção dos demais produtos das lavouras temporárias estão descritos na tabela 4.

TABELA 4 – LAVOURA TEMPORÁRIA: PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA ENTRE 2000 E 2009 – .valor da produção em R\$ (Mil Reais).

CULTURA	ANO			
	2000	2005	2008	2009
MANDIOCA	1.400	2.805	6.107	2.070
FEIJÃO	914	4.950	4.660	1.016
ARROZ	2	7	6	8
FUMO	8	17	10	13
MILHO	62	74	72	87

FONTE: IBGE.

ELABORAÇÃO: Glauco Araújo, adaptado de IDESP/SEPOF.

Quanto a lavoura permanente, as principais culturas cultivadas em Augusto Corrêa são a banana (*Musa spp*), a castanha de caju, o coco-da-baia (*Cocos nucifera*), a laranja (*Citrus cinensis*), o maracujá (*Passiflora sp*) e a pimenta do reino (*Piper nigrum*). O coco-da-baia é o que apresenta a maior quantidade produzida, entre as culturas permanentes, 1.440 toneladas (2009). Em seguida vem a pimenta do reino, com 442 toneladas, e depois a laranja, com 240 toneladas, no mesmo ano. Vejamos o quadro a seguir, sobre a produção, em toneladas, das demais culturas permanentes do município.

TABELA 5 – LAVOURA PERMANENTE: PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA ENTRE 2004 E 2010 – quantidade em toneladas.

CULTURA	ANO						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
BANANA	132	88	88	88	44	44	44
CASTANHA DE CAJÚ	15	15	15	15	15	15	15
CÓCO-DA-BAÍÁ	1.092	1.530	1.410	1.560	1.560	1.440	1.200
LARANJA	520	416	416	360	240	240	240
MARACUJÁ	4	4	8	8	8	8	8
PIMENTA DO REINO	257	518	470	512	442	442	192

FONTE: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2010. (IBGE, 2011)

ELABORAÇÃO: Glauco Araújo.

A tabela seguinte mostra que, apesar do coco-da-baia ser a cultura com maior produção, em toneladas, a pimenta do reino é a cultura permanente com maior valor de mercado no município. Para uma produção de 442 toneladas, em 2009, a pimenta do reino rendeu R\$ 1.613.000,00. Já o coco-da-baia rendeu pouco mais de 300 mil reais.

TABELA 6 – LAVOURA PERMANENTE: PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA ENTRE 2004 E 2009 – .valor da produção em R\$ (Mil Reais).

CULTURA	ANO						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
BANANA	45	33	33	33	18	17	
CASTANHA DE CAJÚ	13	13	11	9	11	9	
CÓCO-DA-BAÍÁ	273	337	296	343	359	317	
LARANJA	47	42	58	54	38	60	
MARACUJÁ	3	3	6	5	6	6	
PIMENTA DO REINO	668	1.347	1.622	2.458	1.680	1.635	

FONTE: IBGE.

ELABORAÇÃO: Glauco Araújo, adaptado de IDESP/SEPOF.

Mas, certamente, a maior fonte de arrecadação do município de Augusto Corrêa são as transferências constitucionais. Essas transferências são relativas ao Imposto sobre mercadorias e serviços (ICMS), Fundo de participação dos municípios (FPM), IPI (Imposto sobre produtos industrializados), IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores), FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental) e FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). A tabela a seguir mostra os valores que o município de Augusto Corrêa recebeu referente a essas transferências constitucionais.

Comparando os valores da tabela 7, relativos às transferências constitucionais, com os valores movimentados pelos setores econômicos do município de Augusto Corrêa, em 2009, percebe-se o grau de dependência econômica do referido município em relação aos repasses estaduais e federais. O total da riqueza produzida pelos setores da economia do município,

isto é, o PIB, é inferior ao valor repassado pelo governo estadual para o município através do IPVA, no mesmo ano.

TABELA 7 – TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO ICMS, FPM, IPI, FUNDEF/FUNDEB E IPVA 2005 – 2010* (VALORES EM R\$)

ANOS	ICMS	FPM	IPI	FUNDEF/FUNDEB	IPVA	TOTAL
2005	909.322	5.581.684,13	28.959,60	6.884.347,95	26.685,82	13.431.000,39
2006	1.049.677,31	6.171.904,79	36.381,10	7.590.299,00	35.485,49	14.883.747,69
2007	1.146.189,17	7.060.661,15	40.194,09	11.072.136,78	34.489,63	19.353.670,82
2008	1.354.127,63	8.637.468,10	53.344,67	14.379.514,99	100.893,64	24.525.349,03
2009	1.360.983,06	9.042.330,94	39.014,23	16.681.417,58	132.351,21	27.256.097,02
2010	1.438.910,46	9.645.470,84	55.745,95	19.969.052,47	132.856,35	31.242.036,07

FONTE: SEFA/TCU/SEDUC/STN

ELABORAÇÃO: Glauco Araújo, adaptado do Idesp/Sepof.

Nota: Valores nominais

(*) Menos 15% do FUNDEF

A pesca também é uma das principais atividades econômicas do município. A modalidade de pescaria que predomina é a pesca artesanal, caracterizada pela pequena quantidade de capital e pelo uso de petrechos simples, como redes de malha de fios de plástico e nylon, tarrafas, anzóis, espinhéis, arpões e outros. A metodologia de captura utilizada por essa atividade é baseada em conhecimentos empíricos, não mecanizada, portanto. O tipo de embarcação predominante nessa modalidade são as de pequeno porte (BPP), e as canoas, que utilizam como força motriz ou o remo, ou a vela ou um motor pequeno (neste caso a denominação dada para as canoas motorizadas é rabeta).

Conforme Furtado Jr (2006, p. 105), as dez principais espécies capturadas em Augusto Corrêa, e a média de produção das mesmas, entre 1997 e 2003, são as seguintes: serra (*Scomberomorus brasiliensis*, Collette, Russo & Zavala, 1978): 1.494,07 t, pesca amarela (*Cynoscion acoupa*, Lacepède, 1802): 516,18 t, lagosta (*Panulirus argus* e *P. Laevicauda*): 449,93 t, tubarão (*Carcharhinus limbatus*, Valenciennes, 1839): 443 t, pescada gó (*Macrodon ancylodon* Bloch & Schneider, 1801): 245,08 t, gurijuba (*Arius phrygiatus*, Valenciennes, 1840): 191,87 t, bandeirado (*Bagre bagre*, Linnaeus, 1766): 165 t, bonito (*Euthynnus alletteratus*, Rafinesque, 1810): 152,93 t, Bijupirá (*Rachycentron canadum*, Linnaeus, 1766): 140 t, uritinga (*Arius proops*, Valenciennes, 1839): 127 t.

No entanto, é importante notar que nas estatísticas sobre as economias municipais, tanto as elaboradas pelo IBE, quanto pelo IDESP, a pesca não aparece como fonte de recurso para o município, o que mostra a carência de organização da atividade pesqueira por parte dos gestores públicos. Este é um dado preocupante, uma vez que o Estado do Pará foi segundo dados do MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil), o primeiro maior produtor de

pescado da região Norte (151.422 t) e o segundo maior do Brasil, perdendo apenas para o estado de Santa Catarina, que obteve uma produção de 188.870 t, no ano de 2009.

O IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que é o produto das médias dos índices de longevidade, educação e renda do município, variou de 0,268, em 1970, para 0,618, em 2000 (Tabela 8). Sendo a renda o pior indicador socioeconômico de Augusto Corrêa.

TABELA 8 – IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA – 1970 - 2000

IDH	ANOS			
	1970	1980	1991	2000
IDH M	0,268	0,353	0,384	0,618
IDH M Longevidade	0,404	0,479	0,548	0,705
IDH M Educação	0,303	0,360	0,429	0,670
IDH M Renda	0,097	0,221	0,177	0,480

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Elaboração: Idesp/Sepof.

Apesar da evolução apresentada no IDH M, no período entre 1970 e 2000, a realidade socioeconômica da população de Augusto Corrêa, ainda, é muito desigual. O PIB *per capita* do município, em 2008 era de R\$ 2.713, bem superior ao seu PIB *per capita*, medido em 1999. Porém, quando analisada a sua evolução no ranking dos PIB's *per capita* do estado do Pará, percebe-se que ele ocupa a mesma colocação que ocupava no ano de 1999: o 114^o lugar (IDESP, 2010).

2.2 MIGRAÇÃO E CRESCIMENTO POPULACIONAL URBANO EM AUGUSTO CORRÊA

O primeiro censo demográfico que contou a população de Augusto Corrêa foi o de 1970. Nesse ano a população do município era de 18.331 habitantes. Desse total, 3.280 pessoas moravam na zona urbana. A sede municipal era habitada por apenas 1.557 pessoas, menos de 50% do total da população urbana estava na sede do município.

Para 1980, o IBE aponta o seguinte cenário: 26.401 habitantes, com 5.942 localizados na zona urbana. A sede do município era ocupada naquele momento por 2.442 habitantes. Neste contexto, a população rural já era preponderante em relação à população urbana, como ainda é.

O censo de 1991 mostra a manutenção da distribuição da população de Augusto Corrêa concentrada no meio rural: 21.260 habitantes, para 8.683 pessoas localizadas no meio urbano, das quais 3.836 estavam concentradas na sede do município.

Ainda em 1991, o IBGE, mostra que Augusto Corrêa era majoritariamente jovem: aproximadamente, 60 por cento da população (59,38%) estava na faixa etária de 0 a 19 anos, enquanto que a população adulta (20 a 59 anos) representava pouco mais de 34 por cento da população (10.537 pessoas, aproximadamente). A população com idade igual ou superior a 60 anos representava não mais que seis por cento do total (menos de 2000 pessoas). A pirâmide a seguir (gráfico 2) mostra essa realidade.

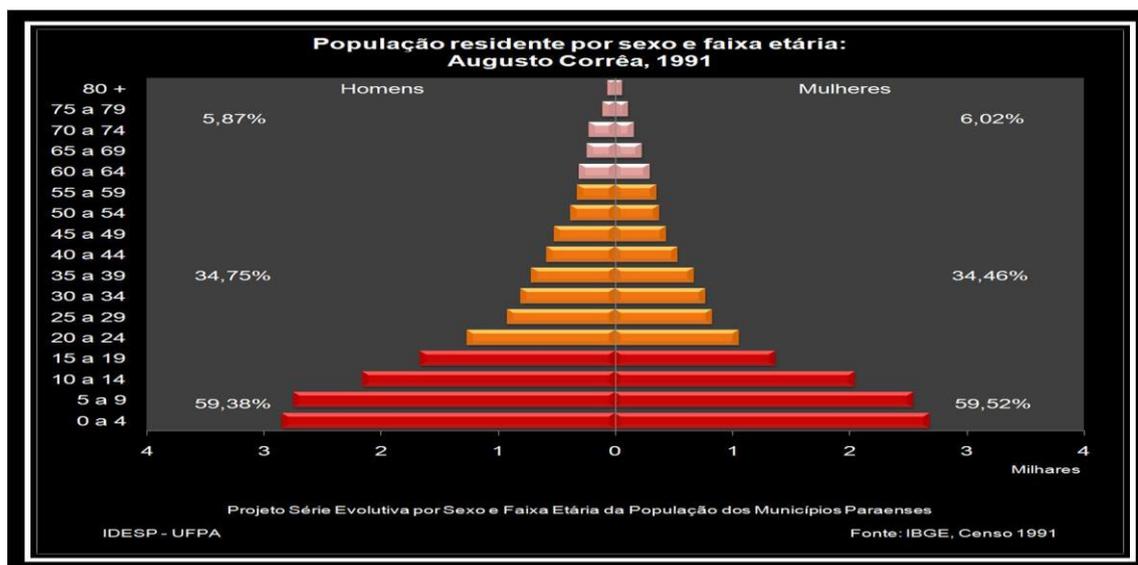


Gráfico 1: população de Augusto Corrêa por sexo e faixa etária, 1991. Fonte: IDESP, 2008.

Quanto ao censo demográfico de 2000, o IBGE, afirma que o crescimento populacional não foi tão representativo como no período anterior. A população contada em Augusto Corrêa foi de 33.011 habitantes. E estava distribuída da seguinte maneira: 19.655 no campo, e 7.783 pessoas na sede municipal, dum total de 13.356 (40,45%) localizadas na zona urbana. Aqui aparece uma alteração importante, quanto a distribuição da população municipal: mais da metade da população urbana do município passa a estar concentrada na sede (na cidade de Augusto Corrêa).

Outra alteração importante deste censo em relação aos anteriores é que a população jovem apresentou uma queda, embora sensível, em relação à população adulta. A população adulta (20 a 59 anos) subiu para 39,81%, o que representava, aproximadamente, 13.141 pessoas; e a população jovem decresceu: representava 54,34% (aproximadamente, 17.900 pessoas) do total da população do município naquele período, mas, ainda bastante superior a população adulta. A faixa etária de mais de 60 anos representava quase 7% do total da população. Ver gráfico 2, pirâmide que retrata a população residente por sexo e faixa etária de Augusto Corrêa, para o ano de 2000.

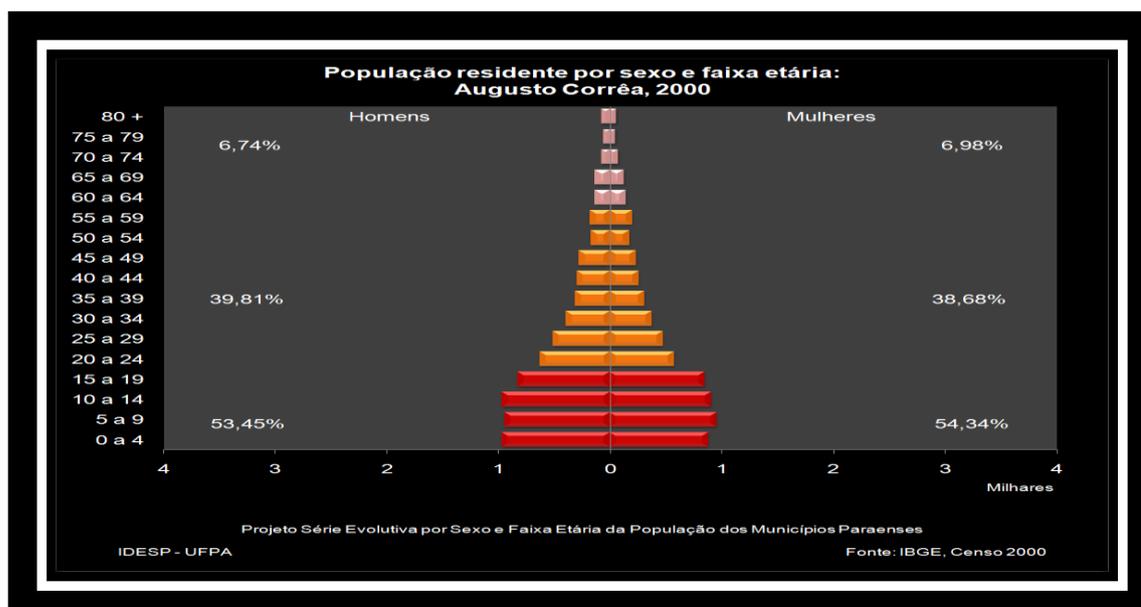


Gráfico 2: População de Augusto Corrêa por sexo e faixa etária, 2000. Fonte: IDESP, 2008.

Assim, os dados apresentados nas pirâmides acima mostram um crescimento da participação adulta no total do percentual da população. Essa maior participação da população adulta na composição da população pode ser resultado de uma diminuição da taxa de natalidade e uma melhoria da qualidade de vida da população associada à redução da taxa de mortalidade.

A tabela a seguir (tabela 9) mostra a evolução percentual da população do município, por zona, no período compreendido entre 2000 e 2007, conforme dados do IDESP (2008), obtidos da contagem da população realizada pelo IBE em 2007. A tabela mostra que houve um acréscimo importante da população no período em questão: a população que era de 33.011 habitantes passou para 37.086 habitantes. A referida tabela apresenta, ainda, uma taxa de crescimento populacional total da ordem de 1,47%, sendo que no meio urbano, em especial na sede do município, o crescimento foi maior que o crescimento populacional total (2,81%), e muito superior ao crescimento populacional do meio rural (0,47%).

TABELA 9 – Taxa de crescimento anual da população residente no município de Augusto Corrêa, 2000 a 2007.

Município	Zona	Período		Taxa %
		2000	2007	2007/2000
Augusto Corrêa	Urbana	13.356	16.673	2,81
	Rural	19.655	20.413	0,47
	Total	33.011	37.086	1,47

Fonte: IDESP, 2008.

Conforme o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a população urbana (18.240) do município continua crescendo, apesar da maior parte da população, 22.257 habitantes, continuar localizada no meio rural. Na sede do município está concentrada mais de 60% de

toda a população urbana do município, ou seja 11.567 habitantes, dum total de 40.497 habitantes.

Sobre a distribuição, por faixa etária, o censo 2010, aponta para o seguinte: diminuição ainda maior da população jovem (0 a 19) e, conseqüentemente, crescimento da população adulta (20 a 59 anos). A população de município, de 0 a 19 anos, que, em 2000, era de 54,39% caiu para menos de 50% do total da população (49,36%), em 2010. Enquanto que a população adulta passou de 10.537 (34%) para 17.617 (43,5%) do total de habitantes do município, respectivamente, nos anos de 1991 e 2010.

Mas, o que chama mais atenção é que a população da sede mais que triplicou no período de 1991 a 2010. Passou de 3.836 pessoas, em 1991, para 7.783, em 2000, chegando a 11.567, em 2010. Ou seja, a população da sede, saltou de 44, 17%, em 1991, para mais de 60% (63,41%) do total da população urbana do município em 2010.

Neste sentido, dados do IDESP (2010) demonstram que, tanto o crescimento geométrico da população, quanto o crescimento urbano de Augusto Corrêa foram expressivos nos últimos 30 anos. O crescimento geométrico da população foi de 0,95% para 2,07%, entre 1991 e 2010. Já a taxa de crescimento urbano passou de 22,51% (1980), para 28,64% (1991), depois 40,46% (2000), e, em seguida, para 45,04% (2010).

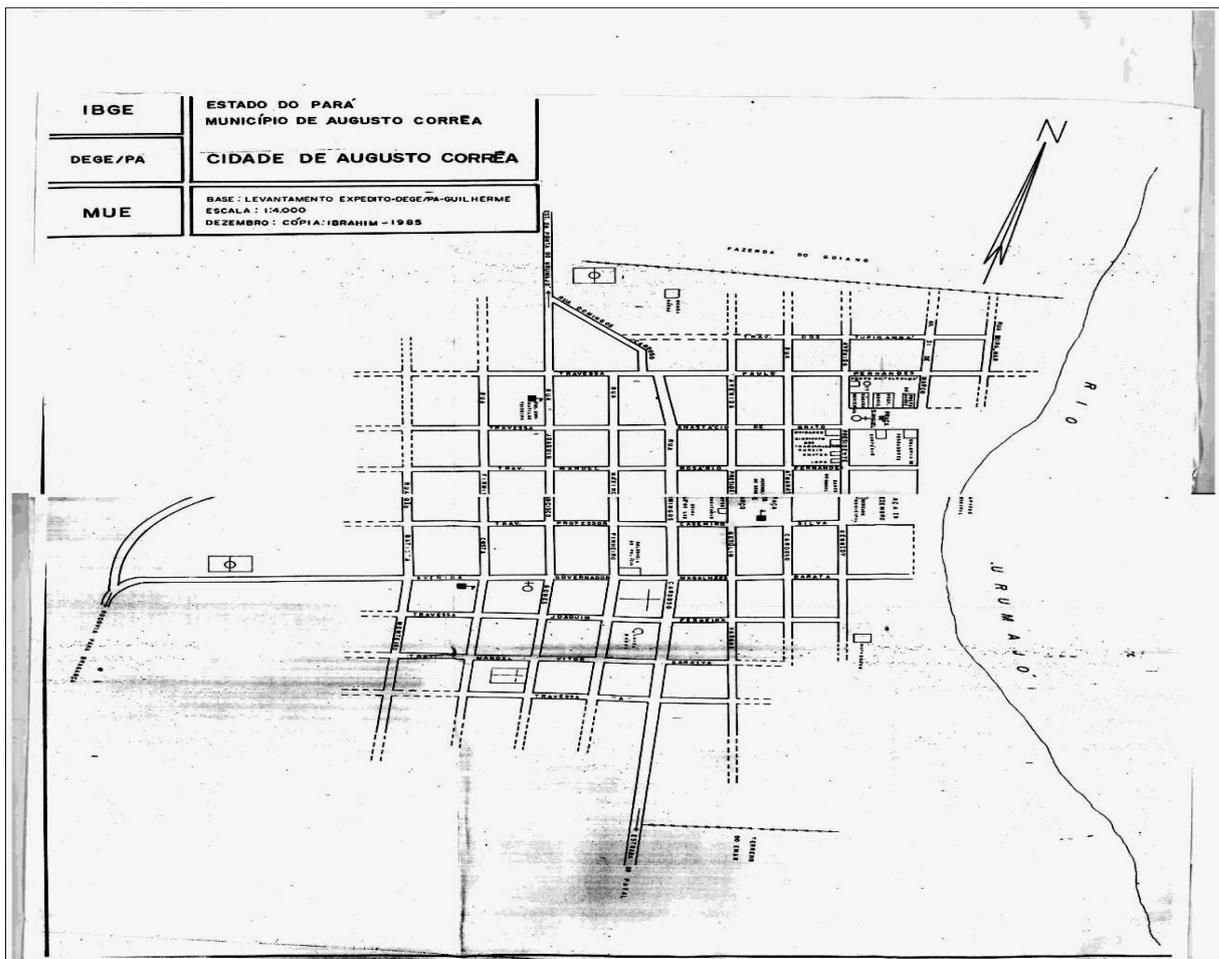
Cabe, portanto, tentar entender o por quê desta alteração tão representativa na população da sede do município. Estaria relacionado crescimento vegetativo elevado concentrado apenas na sede do município? Ou a uma dinâmica migratória? Se estiver relacionada a esta última, seria uma migração intra ou intermunicipal, intra ou interregional? E, mais, onde teria se localizado o contingente populacional migrante? Teria se localizado no centro da cidade ou ocupado áreas adjacentes, contribuindo, portanto, para o surgimento de novos bairros na sede do município?

A primeira pergunta parece estar respondida. Uma breve análise dos dados dos censos do IBGE, entre o período de 1991 a 2010, é suficiente para entender que o crescimento populacional urbano de Augusto Corrêa, entre os anos em referência, não pode ter sido motivado pelo crescimento vegetativo da população, pois a população jovem, ao invés de crescer, diminuiu, se considerarmos o período em questão, conforme pode ser constatado nos dados dos censos de 1991, 2000 e 2010, analisados anteriormente.

Resta-nos, então o fator migratório. Pois, a migração, conforme Aragón, funciona como um fator interveniente na composição da população. E, mais, resta-nos entender a origem e a localização do fluxo migratório que se deslocou para Augusto Corrêa nos últimos 20 anos.

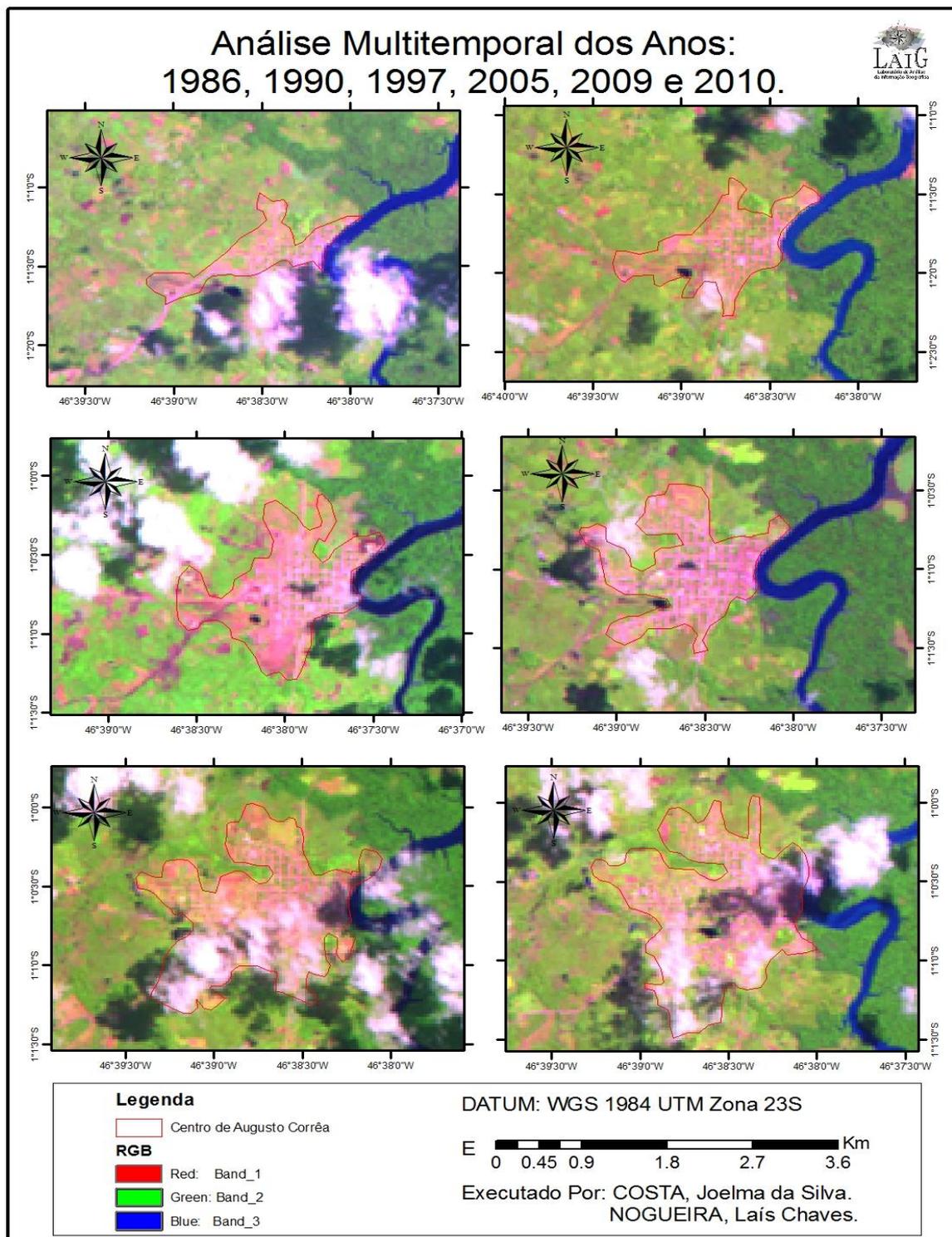
2.3 MIGRAÇÃO E EXPANSÃO URBANA EM AUGUSTO CORRÊA A PARTIR DE 1990

O crescimento da população urbana de Augusto Corrêa nos últimos vinte anos tem sido uma realidade, conforme já pode ser comprovado através dos dados do IDESP (2010), analisados no tópico anterior (População e crescimento urbano em Augusto Corrêa). De igual forma, o crescimento da área urbana da sede municipal também é uma realidade. Observar Planta 1 e análise multitemporal a seguir.



Planta 1: Planta baixa da sede do município de Augusto Corrêa, em 1985. Fonte: IBGE. Pesquisa de campo, 2011.

Associado ao crescimento populacional, a área urbana do município de Augusto Corrêa, também, foi ampliada. Tal afirmação pode ser confirmada, além da observação *in loco*, pela análise da cartografia elaborada pelo IBGE em 1985 e utilizada em 1991, durante o censo demográfico daquele ano, pela análise multitemporal de imagem de satélite sobre a expansão da área urbana da sede do município e pelos dados obtidos junto ao IBGE, durante a pesquisa de campo, que gerou uma cartografia atualizada, aqui apresentada (Planta 2), sobre a cidade de Augusto Corrêa, sede municipal.



Análise multitemporal das transformações espaciais ocorridas na sede do município de Augusto Corrêa entre 1986 e 2010. Pesquisa de campo, 2011. Elaborado por: Joelma Costa e Laís Nogueira.

A Planta 1, referente aos setores censitários da sede do município de Augusto Corrêa, foi elaborada em 1985 e utilizada pelo IBGE para a realização do censo demográfico de 1991. Em seguida está posta uma imagem da análise multitemporal sobre a expansão da mancha

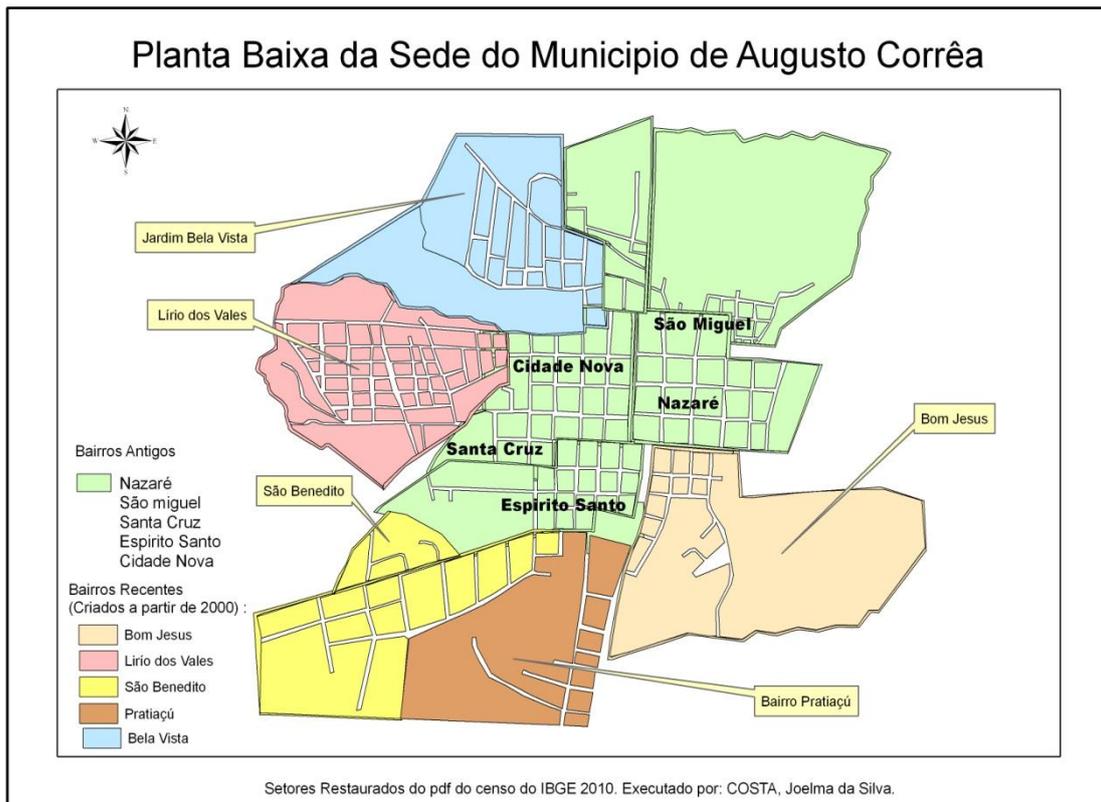
urbana da cidade de Augusto Corrêa, obtida através de imagens de satélite, desde 1986 até 2010.

Como já foi mencionado, além dos dados do IBGE, a análise multitemporal dos anos de 1986, 1990, 1997, 2005, 2009 e 2010 apresentadas anteriormente, contribuem para demonstrar o crescimento da área urbana da sede do município de Augusto Corrêa nos últimos vinte anos. De acordo com as imagens constantes da análise multitemporal a sede do município de Augusto Corrêa apresentou uma expansão expressiva da mancha urbana, o que nos leva a entender que a cidade de Augusto Correa apresentou um crescimento populacional e espacial importante a partir, principalmente, da última década do século passado. Período que coincide com a introdução da pesca da lagosta em Augusto Corrêa e, conseqüentemente, com a chegada de imigrantes nordestinos naquele lugar.

Uma comprovação objetiva dos dados do IDESP (2010) e da imagem apresentada acima é que nos últimos 20 anos novos bairros têm surgido na sede do município. Desde década de 1990 até 2010 surgiram cinco novos bairros em Augusto Corrêa. Os bairros são: Lírio dos Vales, São Benedito, Pratiaçú, Jardim Bela Vista e, mais recentemente, Bom Jesus.

A planta baixa atual (planta 2) da sede do município de Augusto Corrêa representada a seguir, confeccionada a partir dos dados obtidos junto ao IBGE e da diretoria de tributos da prefeitura do município, no decorrer da pesquisa de campo, em 2011, mostra a localização dos novos bairros. Localizados na área periférica, os novos bairros surgiram a partir de meados da década de 1990, período em que a sede do município passou a apresentar um maior crescimento populacional.

Os novos bairros são originários da espontaneidade do processo de ocupação. São bairros cujo traço marcante é a ausência eficiente do poder público, materializada na falta de infraestrutura básica, como saneamento básico, ruas asfaltadas, água tratada e regular e postos de saúde. Vários entrevistados, durante a pesquisa, informaram que a ausência do poder público, caracterizada na ineficiência ou inexistência dos serviços aqui mencionados, é a característica mais evidente vivenciada pelos moradores dos novos bairros de Augusto Corrêa, onde a pesquisa de campo foi realizada.



Planta 2: Planta baixa atual da sede do município de Augusto Corrêa. Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Joelma Costa.

Uma das hipóteses deste trabalho era que o surgimento desses bairros estava associado principalmente ao processo de migração de nordestinos (empresários, pescadores, familiares de pescadores – esposas e filhos, além de outras pessoas ligadas a pesca da lagosta). Hipótese esta que foi refutada pelos dados obtidos através da pesquisa de campo.

A pesquisa de campo, realizada no mês de outubro de 2011, nos bairros que surgiram em Augusto Corrêa a partir da década de 1990, no contexto da emergência da pesca da lagosta no município, foi fundamental para retratar a origem dos moradores desses novos bairros, um dos questionamentos iniciais deste trabalho. Na pesquisa foram entrevistadas, das 1.844 famílias que ocupam os novos bairros, conforme dados da Secretária de Saúde municipal, foram ouvidas 231 pessoas, representantes de suas respectivas famílias.

Levando em consideração que para ser confiável, de acordo com a ciência estatística, uma amostra precisa representar, no mínimo, 10% do universo que se quer representar, esta pesquisa entrevistou 12, 52% do total de famílias dos bairros Bom Jesus, Pratiacú, São Benedito, Lirio dos Vales e Jardim Bela Vista, o que contribui para a confiabilidade dos dados apresentados neste trabalho. A tabela 10 ajuda a esclarecer, através de números, a origem dos moradores dos bairros que surgiram em Augusto Corrêa no período de que trata esta pesquisa.

TABELA 10 – ORIGEM DAS FAMÍLIAS DOS BAIROS DA ÁREA DE EXPANSÃO DE AUGUSTO CORRÊA

BAIRRO	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE ENTREVISTADOS	ORIGEM DOS MORADORES				
			SEDE	ZONA RURAL	PARÁ	NE	OUTROS
BOM JESUS	140	20	7	6	4	3	-
PRATIAÇÚ	330	30	6	9	9	6	-
SÃO BENEDITO	494	60	22	12	18	8	-
LÍRIO DOS VALES	410	70	30	11	23	6	-
JARDIM BELA VISTA	460	51	21	8	15	4	3
TOTAL	1.844	231	86	36	68	27	3

FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Segundo os dados obtidos na pesquisa de campo, todos os novos bairros de Augusto Corrêa foram ocupados, principalmente, por pessoas originárias de outros bairros da própria sede do município; seguido de pessoas vindas de outros município do Pará, depois de pessoas cuja origem é a zona rural do município e, por último, pessoas de origem nordestina.

Assim, pode-se afirmar que 37,22% (86 famílias) dos moradores dos novos bairros de Augusto Corrêa, são de origem da própria sede do município; 29,43% (68 famílias) são oriundos de outros municípios do estado do Pará; 15,58% (36 famílias) moravam na zona rural do município; 11,68% (27 famílias) vieram do Nordeste; e três famílias vieram de outros destinos.

A causa do deslocamento dos moradores de seus lugares de origem para os novos bairros de Augusto Corrêa são múltiplas. A pesquisa mostrou que muitos dos moradores chegaram nos novos bairros movidos por desequilíbrios ambientais, outros por insegurança, outros porque os filhos precisavam estudar, outros por comodidade, e outros por trabalho.

Aqueles que responderam às entrevistas que vieram motivados pela necessidade de trabalho foram 63 pessoas, o que representa 27,27% do total de entrevistados. Os que justificaram terem vindo morar para o bairro para acompanhar a família foram 16 (6,92%). Os que vieram para a sede do município para possibilitar melhores condições de estudo aos filhos representam 3,03% dos moradores dos bairros pesquisados, o mesmo percentual representa os 7 moradores que responderam terem vindo para o bairro a fim de ter maior tranquilidade. Outros seis entrevistados (2,59%) responderam que vieram para o bairro porque foram vítimas de desastre ambiental onde moravam anteriormente. E 133 entrevistados preferiram não declarar a causa de terem se mudado para o lugar onde se encontram atualmente.

A segunda maior origem entre os moradores dos bairros pesquisados é o estado do Pará, 29,43% dos moradores. O que chama atenção com relação a este grupo é a preponderância de

migrantes de Bragança e Vizeu na sua composição. Dos 68 entrevistados oriundos de outros municípios do estado, 45 são dos dois município mencionados, sendo 28 de Bragança e 17 de Vizeu.

O grupo de migrante que veio da zona rural do município, 36 entrevistados, representa 15,58% dos moradores dos novos bairros de Augusto Corrêa. O que é interessante neste grupo é o fato de muitos deles terem se deslocado para a sede do município em virtude da necessidade dar continuidade aos estudos, ou do próprio entrevistado ou, quando tem filhos, de seus filhos. São exemplos disto o B.P., 52 anos, lavrador, que morava na localidade de Jutai e M.C.G.C, 22 anos, ex-moradora de Açaiteua, interior do município e que, agora, moram no bairro São Benedito. Da mesma forma, O Sr. P.T., lavrador e pescador, 48 anos, que morava em Nova Olinda e, hoje, mora no bairro Jardim Bela Vista. Assim como, os Srs. R.C.G, 51 anos, lavrador, N.C.C, 55 anos, também lavrador, que moravam nas localidade do Rio do Meio, Tijoca, respectivamente, e vieram para a sede do município, morar no bairro do Lírio dos Vales, afim de proporcionar escola para os seus filhos.

O desequilíbrio ambiental a que alguns entrevistados se referiram está relacionado ao quase total desaparecimento de uma praia do município de Augusto Corrêa, denominada Coroa Comprida, em virtude do avanço das águas do mar sobre a área habitada, o que levou a população que lá residia a migrar para a sede do município. A maioria das pessoas que saiu da praia de Coroa Comprida reside atualmente no bairro Bom Jesus, conforme informou o Sr. J. V. F. R, 36 anos, ex-morador da praia de Coroa Comprida.

Dentre os moradores cuja razão declarada para estarem em Augusto Corrêa, morando nos novos bairros da sede do município, foi o trabalho, estão principalmente os nordestinos. Dos 27 nordestinos entrevistados, 100% vieram para Augusto Corrêa motivados pelo trabalho, mais especificamente para trabalhar na pesca da lagosta e do pargo, conforme informaram vários entrevistados, como a sra. F.R.S, 33 anos, originária de Natal/RN, que veio para Augusto Corrêa em 2000 e mora no bairro Jardim Bela Vista há 8 anos. Assim como a entrevistada M.S.O., 60 anos, aposentada, natural de Fortaleza/CE, moradora também do bairro Jardim Bela Vista, que chegou em Augusto Corrêa em 1999, após o seu esposo, que veio pescar lagosta e pargo, ter chegado e se estabelecido no lugar (o esposo da entrevistada já faleceu e ela preferiu ficar morando em Augusto Corrêa, ao invés de voltar para seu lugar de origem).

Outros nordestinos que atualmente residem em Augusto Corrêa também confirmam a informação prestada acima. Por exemplo, o entrevistado R.F.S.L., de 33 anos, natural de

Aracatí/CE, que é pescador e chegou em Augusto Corrêa, no bairro Lírío dos Vales, no ano de 1997, a convite do patrão, que é dono de barco, para pescar lagosta. Da mesma forma, a sra. F.M.S., cearense, natural de Acaraú, moradora do bairro São Benedito, veio para Augusto Corrêa, juntamente com os filhos, em 1998, também em virtude da pesca da lagosta e do pargo. E, ainda, a sra. J.C.S.R., 30 anos, costureira, moradora do bairro Bom Jesus, natural do município, mas casada com um cearense, que chegou em Augusto Corrêa em 1999, para trabalhar na pesca da lagosta.

A composição profissional dos entrevistados é muito variada. A pesquisa mostra que a população dos novos bairros da sede do município de Augusto Corrêa é composta principalmente por pescadores e lavradores. As profissões ou ocupações dos moradores desses bairros estão assim distribuídas: 56 lavradores, 31 pescadores, 18 aposentados, 12 comerciantes, 11 pedreiros, 8 servidores públicos, 7 autônomos/ambulantes, 4 professores, 2 vigilantes, 2 motoristas, 2 técnicos em informática, além de outras profissões como: técnico em informática, empregadas domésticas, locutor, costureira, carpinteiro, pintor, motorista, artesão.

Dessa forma, conforme esta análise, realizada a partir dos dados obtidos através da pesquisa de campo, a expansão urbana que Augusto Corrêa vivenciou nos últimos 20 anos, com o surgimento de cinco novas áreas de ocupação nas adjacências da sede do município, que, atualmente, são conhecidos como novos bairros (Bom Jesus, Pratiacú, São Benedito, Lírío dos Vales e Jardim Bela Vista), não está diretamente relacionada a migração de nordestinos (armadores de pesca, comerciantes, pescadores, pessoal de apoio e seus familiares), que vieram para Augusto Corrêa, a partir da década de 1990, em função da pesca da lagosta, conforme pode ser visualizado no gráfico 3.

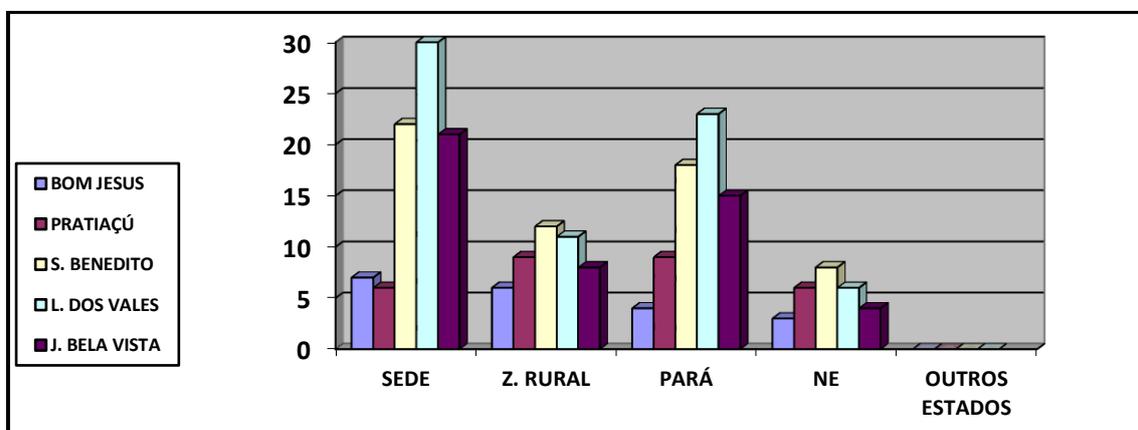


Gráfico 3: Procedência dos Migrantes em Augusto Corrêa.

FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Neste sentido, se confirma a informação obtida nas entrevistas junto a armadores de pesca, pescadores e outros nordestinos, que afirmaram que grande parte dos mirantes oriundos do Nordeste alugou e/ou comprou casas nos bairros mais antigos, em especial, no centro da cidade, em virtude da proximidade do local de trabalho, o porto e a as fábricas de gelo, onde os barcos ficam ancorados.

Porém, a pesquisa comprovou a importância da migração na composição da população da sede de Augusto Corrêa na atualidade. Pois, a maior parte dos moradores dos novos bairros da área de expansão urbana da sede do município tem na migração a sua origem. Somando, as famílias dos moradores que migraram da zona rural do município (36), mais aquelas que migraram de outros municípios do Pará (68), juntamente com as que vieram do Nordeste (27) e de outras origens (3), tem-se que 134 famílias, das 231 entrevistadas, levando em consideração que cada morador entrevistado, conforme já foi mencionado anteriormente, são migrantes. Ou seja, 58% dos moradores desses novos bairros são oriundos de fluxos migratórios.

2.4 POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO NO NORDESTE PARAENSE: O NE NO NORDESTE

A Amazônia, de acordo com dados da SUDAM/PNUD (2001), mesmo não crescendo no mesmo ritmo que cresceu entre 1950 a 1990 (com média superior a 3,0% para esse período), tem apresentado um crescimento populacional superior a taxa de crescimento populacional nacional (2,94% para a Amazônia, contra 1,93% para o Brasil). Segundo Rocha (2005, p 143) esse crescimento pode ser explicado pelas políticas públicas de integração nacional implantadas na região. Vale ressaltar que tal crescimento não se manifesta de maneira uniforme sobre a região.

Nesse novo contexto de expansão do capitalismo via globalização, a região passa a ser pensada estrategicamente, enquanto estoque de capital natural a ser preservado para o futuro, uma vez que, conforme Becker (2004, p.35), no tempo presente:

[...] os fluxos financeiros são globais, os estoques da natureza estão localizados em territórios de Estados ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente. A apropriação da decisão sobre o uso de território e ambientes como reservas de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro.

Conforme Rocha (2005, p 146), “Na Amazônia, os fluxos migratórios foram importantes não somente no crescimento populacional como igualmente no redirecionamento do povoamento e da ocupação do espaço regional.” Assim, além da natalidade, a migração tem grande importância na compreensão da demografia regional e na organização espacial.

Neste sentido, é compreensível a diferença dos índices de crescimento populacional internos do espaço amazônico, haja vista o direcionamento dos fluxos migratórios induzidos, oficialmente ou não, nos últimos anos.

Os fluxos migratórios tendem a ocorrer, via de regra, e por razões óbvias, das *áreas de repulsão* para as *áreas de atração populacional*. Como áreas de repulsão populacional entende-se aquelas que apresentam um quadro de depressão ou decadência gerado por diversos fatores, na maioria das vezes econômicos. Nesse sentido, Sawyer (1984) apud Rocha (2005, p 141) assevera que “A dinâmica demográfica de uma determinada região acompanha, em geral, as transformações que ocorrem na economia, na sociedade e na política não só internas à região, mas também em decorrência de alterações nacionais.”

A realidade paraense, quanto ao crescimento e distribuição da população sobre o espaço não é diferente da realidade Amazônica. Nos últimos anos a área objeto do planejamento governamental, através da implementação de políticas públicas com vistas à infra-estruturação do espaço para fins de exploração dos recursos naturais pelo grande capital nacional e internacional, tem recebido um quantitativo maior de imigrantes. O Sudeste paraense tem recebido um incremento populacional substancial relacionado à imigração.

A demografia do nordeste paraense também tem sofrido alterações importantes nos últimos anos, especialmente pós-1990. Essa parte do território paraense tem recebido o incremento populacional considerável, oriundo de movimento migratório intra e inter-regionais.

Os dados a seguir atestam esse incremento populacional, viabilizado pela migração. De acordo com o IBGE, através do Censo Demográfico de 1991, a mesorregião Nordeste Paraense recebeu um total de 36.334 pessoas, equivalente a 3,06% do total da população desta mesorregião (1.187.664 habitantes). Do total de migrantes (36.334), 35.748 são brasileiros de todos os estados da federação, exceto paraenses, 175 brasileiros naturalizados e 411 estrangeiros. Nesse contexto, a microrregião Bragantina recebeu 21.060 migrantes (1,77%, do total da população residente no nordeste paraense), sendo 20.874 brasileiros natos das diversas regiões brasileiras, exceto paraenses, 85 brasileiros naturalizados, e 101 estrangeiros.

Para 2000, o Censo Demográfico daquele ano apresenta uma participação ainda maior da migração na composição da população do nordeste paraense. Do total da população do nordeste paraense (1.145.673 habitantes), 5,8% é fruto da migração (85.684). A microrregião bragantina recebeu 17.420 migrantes, 20,3% do total de migrantes recebidos pela mesorregião

nordeste do Pará. Augusto Corrêa, por sua vez, recebeu 405 migrantes, dos quais 96,8% (392) de origem nordestina.

Vale ressaltar a participação destacada de migrantes de origem da região Nordeste do Brasil nos fluxos migratórios para o nordeste paraense nos Censos de 1991 e 2000. Em 1991 o total de migrantes de origem nordestina foi de 28.429 pessoas (78,24% do total de migrantes recebidos pela mesorregião do nordeste paraense naquele período). Em 2000, essa participação passou para 87,3% (85.684) do total de migrantes recebidos pelo nordeste paraense.

Em 1991, a participação, por naturalidade, dos nordestinos no total da migração recebida pelo nordeste paraense, por ordem quantitativa, foi a seguinte: maranhenses, 18.575 (51,1% do total de migrantes); baianos, 2.233; piauienses, 2.413; norte-riograndenses, 1.714; 1.309 pernambucanos, e 1.028 cearenses. Estes os seis primeiros. E, ainda, nesse período, a microrregião bragantina recebeu mais da metade do total de migrantes nordestinos (NE), cujo destino foi a mesorregião do nordeste paraense.

Ainda sobre a participação destacada de nordestinos do Nordeste brasileiro na composição da população migrante para o nordeste paraense, o Censo Demográfico 2000 apresentou os seguintes dados: 31.288 cearenses; 30.845 maranhenses; 3.582 piauienses; 2.782 baianos; 2.120 pernambucanos; e 1.837 paraibanos. Estes os seis primeiros. Nota-se que cearenses e maranhenses representam, respectivamente, 36,5% e 35,9% do total de migrantes que o nordeste paraense recebeu. Ou seja, 71,4% do total da migração é originária do Ceará e do Maranhão. A microrregião bragantina recebeu 20,3% do total de migrantes cujo destino foi o nordeste paraense; sendo 89,8% oriundos do nordeste brasileiro.

Curiosamente, houve uma mudança muito significativa na participação de cearenses no total da migração destinada ao nordeste paraense na última década do século XX. A participação do Ceará na composição da população do nordeste paraense passou de 1.028 pessoas, conforme o Censo Demográfico de 1991, para 31.288 pessoas identificadas pelo Censo de 2000. Já o estado do Maranhão passou de primeiro para segundo lugar no fornecimento de migrantes para o nordeste paraense. No entanto, em termos absolutos, a participação deste estado (MA) na composição da população do nordeste paraense, cresceu significativamente: de 18.575, em 1991, para 30.845, em 2000.

Curioso, ainda, é atentar para o fato de que o estado do Ceará, desde o início da atividade lagosteira no Brasil, sempre se destacou na exploração do recurso lagosta, em especial as espécies *P. argus* e *P. laevicauda*, conforme destaca Fonteles Filho e Silva (2011,

p. 49 e 50) no livro denominado “Avaliação do defeso aplicado à pesca da lagosta no Nordeste do Brasil. E mais, que a partir da década de 1990, as sucessivas crises que resultaram em quedas significativas da produção de lagosta no Nordeste, grande parte do setor lagosteiro se deslocou para a região Norte, em especial para o nordeste paraense, conforme atesta em entrevista o Dr. Israel Hidenburgo Aniceto Cintra⁴.

2.5 POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO EM AUGUSTO CORRÊA PÓS-1990: O NE EM AUGUSTO CORRÊA

A pesquisa de campo realizada em Augusto Corrêa, na qual foram ouvidos pescadores e seus familiares, autoridades municipais e parte da população da sede do município, além de trabalhadores de apoio à pesca, empresários e armadores de pesca migrantes, num total de 260 entrevistados, dos quais 45 (17,34%, do total de entrevistados) eram nordestinos, revelou, que, para Augusto Corrêa, esse movimento está totalmente relacionado à atividade pesqueira.

A pesquisa contribui, ainda mais, para consolidar a tese de que a atividade pesqueira possui, no Pará, relevância socioeconômica significativa na ocupação da mão-de-obra, na geração de renda e na produção de alimentos, especialmente para a população dos municípios localizados na costa litorânea do estado, como aqueles pertencentes a mesorregião do nordeste paraense.

Além da relevância socioeconômica, a atividade pesqueira assume importância, também, conforme pode ser constatado na pesquisa, como fator de repulsão e atração populacional. Portanto, funciona como elemento indutor de fluxos migratórios, importante fator na composição da população de um dado lugar ou região. Principalmente em municípios cuja atividade econômica principal está relacionada à pesca, como Augusto Corrêa e Bragança, dentre outros.

É marcante nesses municípios a presença de pescadores nordestinos que vêm para trabalhar nos barcos de empresários também nordestinos. Além dos pescadores, a família destes, também, é chamada posteriormente a acompanhá-los. Assim como outros componentes do processo: consertadores de rede, mecânicos de motor, produtores de manzuas, bem como outros grupos de profissionais, como profissionais do sexo, conforme atestam várias entrevistas realizadas no município de Augusto Corrêa, no decorrer de 2011.

⁴ Professor do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos, da Universidade Federal Rural da Amazônia e membro do Subcomitê Científico do Comitê de Gestão do Uso Sustentável de Lagosta (CGSL).

Em 1991, conforme o censo demográfico (IBGE), a população augustocorreense era de 30.323 habitantes e o número de imigrantes que a compunham era de 89 habitantes: 72 maranhenses, 6 paraibanos, 5 cearenses e 4 baianos.

Já o censo demográfico publicado em 2000, afirma que o contingente populacional de Augusto Corrêa era de 33.011 habitantes. Do total dessa população 405 tinha a sua origem em outros estados, ou seja, eram imigrantes que chegaram no município nos últimos 10 anos antes da ocorrência do censo. E, do total de imigrantes que Augusto Corrêa recebeu no período coberto pelo referido censo, 392 (96,8%) era de origem nordestina.

A origem, por naturalidade, dos imigrantes em Augusto Corrêa, para o ano de 2000, segue a seguinte ordem: 178 maranhenses, 79 norte riograndeses, 57 paraibanos, 41 cearenses, 18 piauienses, 10 baianos, 9 pernambucanos, 8 paulistas e 5 amazonenses (IBGE, 2000). Ver gráfico 4 e mapa 3.

A migração extrarregional em Augusto Corrêa, dessa feita, segue a mesma lógica, quanto a origem dos migrantes, que a migração no nordeste paraense e na microrregião bragantina: o predomínio de nordestinos (NE), em especial, cearenses e maranhenses, na composição do fluxo migratório que essa regiões tem acolhido nos últimos 20 anos.

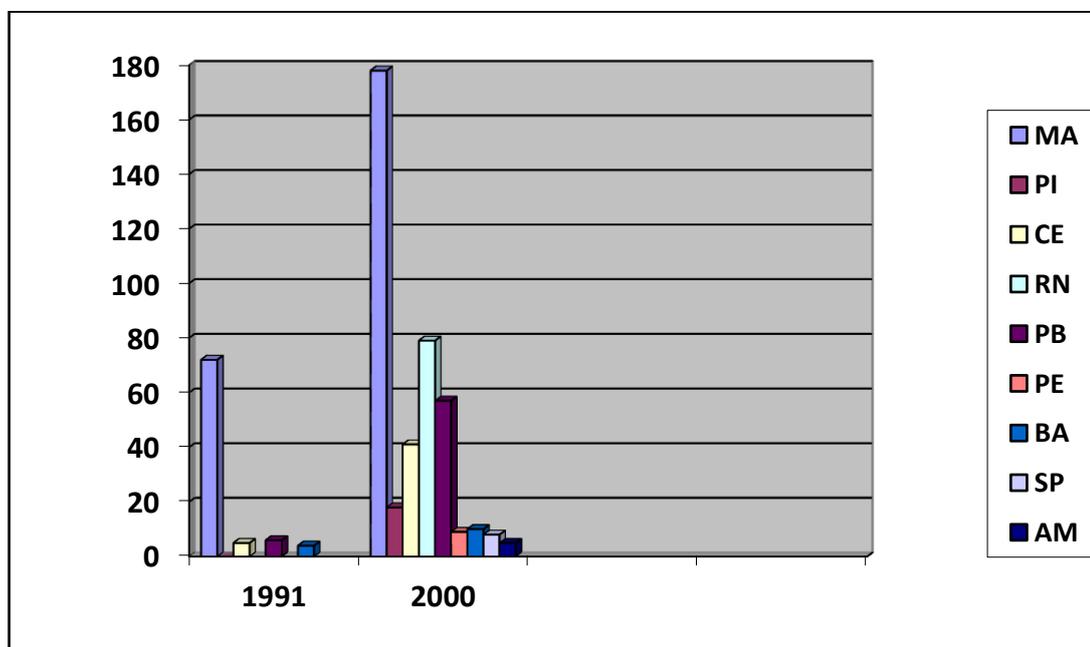


Gráfico 4 – Origem, por naturalidade, dos imigrantes em Augusto Corrêa: 1991 e 2000.
Fonte: IBGE, Censos Demográficos: 1991 e 2000.

Neste sentido, a pesquisa de campo serviu para confirmar tal informação. Foram entrevistadas, 260 pessoas, em seis bairros da sede do município de Augusto Corrêa: Centro,

Bom Jesus, Pratiacú, São Benedito, Jardim Bela Vista e Lírio dos Vales. A tabela 11 sintetiza os dados da pesquisa.

TABELA 11 – ORIGEM DOS ENTREVISTADOS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO EM AUGUSTO CORRÊA

BAIRRO	TOTAL	DA PRÓPRIA SEDE DO MUNICÍPIO	DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO	DE OUTROS MUNICÍPIOS DO PARÁ	DO NORDESTE DO BRASIL	DE OUTRAS ORIGENS
CENTRO	29	10	-	-	18	1
BOM JESUS	20	7	6	4	3	-
PRATIAÇÚ	30	6	9	9	6	-
SÃO BENEDITO	60	22	12	18	8	-
BELA VISTA	51	21	8	15	4	3
LÍRIO DOS VALES	70	30	11	23	6	-
TOTAL	260	96	46	69	45	4

FONTE: Pesquisa de campo realizada nos meses de maio e outubro de 2011.

As entrevistas revelaram, que 45 pessoas, ou seja 17,3%, do total de entrevistados possui origem nordestina. E, ainda, de acordo a tabela 12, que os cearenses representam a maioria dos migrantes nordestinos, pois dos 45 nordestinos entrevistados, 19 (42,2%) são originários do estado do Ceará, 7 são maranhenses, 1 é piauiense e 1 tem como origem o estado de Pernambuco.

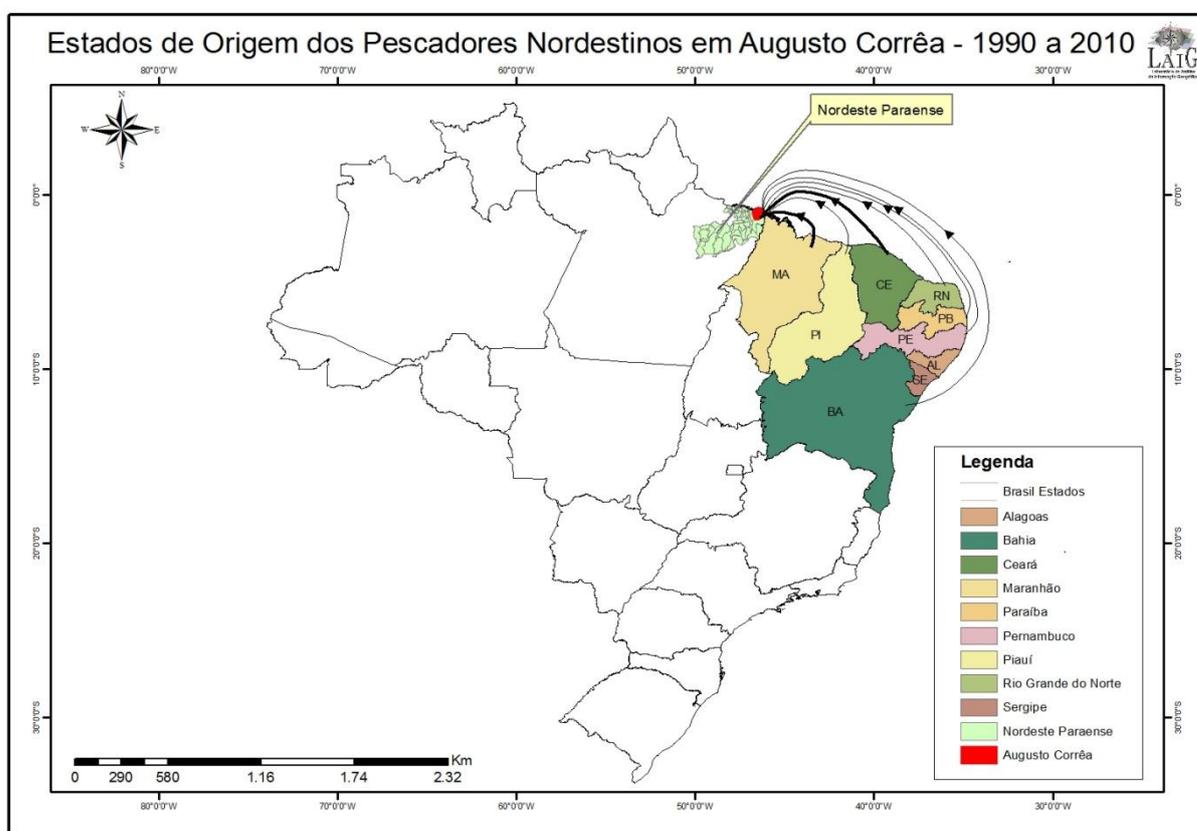
TABELA 12 – ORIGEM DOS MIGRANTES NORDESTINOS EM AUGUSTO CORRÊA, NO PERÍODO DE 1990 A 2010

BAIRRO	TOTAL	NORDESTINOS	MA	PI	CE	RN	PE	PB	SE	AL	BA
CENTRO	29	18		1	16	1					
BOM JESUS	20	3			3						
PRATIAÇÚ	30	6	1		5						
S. BENEDITO	60	8	3		5						
BELA VISTA	51	4	1		2	1					
LÍRIO DOS VALES	70	6	2		4						
TOTAL	260	45	7	1	19	1					

FONTE: Pesquisa de campo realizada nos meses de maio e outubro de 2011.

Assim, os dados da pesquisa refletem aquilo que o Censo Demográfico de 2000 já apontava, que a maioria dos migrantes nordestinos que se localizaram na mesorregião do nordeste paraense são originários do estado do Ceará (31.288), o que representou 36,5% do total dos migrantes oriundos do Nordeste brasileiro. Da mesma forma, os maranhenses, que ocupam a segunda colocação no total dos migrantes cujo destino foi a sede do município de Augusto Corrêa no período de 1990 a 2010, conforme a tabela a cima comprova, também ocuparam a segunda colocação no número de migrantes encontrados no nordeste paraense: 30.845, o que representou mais 35% do total dos migrantes saídos do Nordeste.

O mapa 3, sobre os estados de origem dos pescadores em Augusto Corrêa, que chegaram naquele município a partir da última década do século passado, foi produzido a partir dos dados obtidos junto aos dados relativos à migração, constante nos censos demográficos de 1991 e 2000, do IBGE e através da pesquisa de campo. Ele é a representação gráfica dos dados dos censos supracitados e do que foi informado por vários entrevistados, como o Sr. C.A.R, 63 anos, armador de pesca, o prefeito municipal, o Sr. F.A.N.A, 60 anos, ex-funcionário da prefeitura, além de vários moradores do lugar e migrantes nordestinos, que afirmam que o fluxo migratório que a sede do município recebeu, a partir da introdução da pesca da lagosta em Augusto Corrêa, foi bastante expressivo.



Mapa 3: Estados de origem dos pescadores nordestinos em Augusto Corrêa (1990-2010). Fonte: pesquisa de campo, 2011. Elaborado por Joelma Costa.

O Sr. C.A.R, afirma que, quando a pesca da lagosta começou a ser desenvolvida em Augusto Corrêa vieram para a cidade, aproximadamente, 1.200 pescadores, além de familiares e outros profissionais relacionados ao artesanato dos equipamentos utilizados na captura da lagosta. O prefeito municipal declara que em virtude da pesca da lagosta vieram para Augusto Corrêa entre 400 e 500 famílias. O Sr. F.A.N.A, menciona aproximadamente, 60 a 80 barcos juntamente com pescadores, além de familiares. Além do que, todos os migrantes de origem nordestina entrevistados, que chegaram à sede do município nos últimos

20 anos, declararam ser armadores de pesca ou pescadores ou familiares de pescadores ou trabalhadores em geral, que vieram para Augusto Corrêa trabalhar na pesca da lagosta e do pargo.

Dessa forma, pode-se afirmar que a atividade pesqueira foi o principal vetor indutor da migração de nordestinos para Augusto Corrêa, nos últimos vinte anos. Os dados da pesquisa expostos neste trabalho atestam esta afirmação. Pois, todos os nordestinos moradores dos novos bairros de Augusto Corrêa, entrevistados durante a pesquisa de campo, são ou armadores de pesca, ou pescadores, ou familiares de pescadores, ou atravessadores ou outros trabalhadores relacionados à pesca.

2.6 PESCA DA LAGOSTA E MIGRAÇÃO EM AUGUSTO CORRÊA: IBGE *VERSUS* ARMADORES

Contudo, o quantitativo migrante apontado pelo IBGE, no censo de 2000, é dissonante daquele indicado pelos vários atores sociais envolvidos na pesquisa de campo que fundamenta este trabalho, tanto nordestinos quanto augustocorreenses. Enquanto o IBGE afirma que o total de imigrantes que o município recebeu entre 1991 e 2000 é, apenas, de 392 nordestinos, as autoridades municipais e os armadores de pesca nordestinos, responsáveis por grande parte dos deslocamentos de pescadores nordestinos para Augusto Corrêa, afirmam que o quantitativo migrante que o município recebeu é muito maior.

Uma autoridade pública local ressalta que a população da sede do município foi acrescida em aproximadamente 400 ou 500 famílias, o que levou a administração municipal a fazer um esforço maior no sentido de garantir escola para as crianças que faziam parte desse fluxo populacional. Isto é, não apenas indivíduos, mas famílias, conforme transcrição abaixo:

[...] tem vários [...] ficaram aí, eu diria, que desses 80 barcos que chegaram aqui, eu diria que chegaram umas 400 ou 500 famílias [...] é tanto que eu me lembro que quando eu era vice-prefeito nós tivemos que improvisar o barracão aqui, a sede da Acrópole, para abrigar o número de aluno que aumentou, assim, fora do normal [...] quando eles chegara, no ápice dessa migração em 2000, eu tive que alugar a Acropóle, fazer umas divisórias geral ali eu dividi, foram 8 salas de aula, para fazer a escola Manoel Sadi, fundar a escola Manoel Sadi, que posteriormente foi a sede da escola. Mas, realmente, abarrotou todas as escolas, não tinha vaga [...] era assim [...] foi um crescimento... (A. B., autoridade pública local).

É interessante na declaração da autoridade pública citada a menção feita ao número de embarcações, pois cada embarcação traz consigo um número de, aproximadamente, 7 a 8 pessoas, que compõem a sua tripulação. Neste sentido, multiplicando o número de embarcações pelo número de tripulantes teríamos entre 560 e 660 pessoas que chegaram em

Augusto Corrêa a partir do período em que a lagosta começou a ser explorada na costa paraense e escoada por Augusto Corrêa.

O Sr. C. A. R., 63 anos, armador de pesca nordestino, que veio para Augusto Corrêa no final da década de 1990, afim de pescar e exportar lagosta a partir dos portos do município, confirma a informação dada pela autoridade pública local. E vai além, para ele, o número de embarcações que aportaram em Augusto Corrêa, no contexto da pesca da lagosta, foi de, aproximadamente, 150 embarcações, o que se traduz num fluxo de 1.050 a 1.200 pessoas, aproximadamente. Isto contando apenas pescadores, sem levar em consideração os familiares, que em sua grande maioria, acompanharam esses trabalhadores. Vejamos um trecho da entrevista do Sr. C. A. R.:

No meu caso, como proprietário de barco, eu trouxe sete barco, nesses sete barco deve ter vindo quase 50 pessoas e veio mais, porque, além dos pescadores veio outras pessoas que trabalhavam comigo no artesanato das redes e outras coisas. Porque, nada, nada, veio uns 150 barco pra cá, cada barco com 7, 8 pessoas, fora os que agente trazia pra cuidar dos material...

Outras pessoas entrevistadas confirmam o que foi exposto. Por exemplo, a sra F.M. S, cearense, natural de Acaraú, veio para Augusto Corrêa, juntamente com o esposo e os filhos, em 1998, também em virtude da pesca da lagosta, do pargo e do serra. A atividade desenvolvida por ela e seus filhos era prestar serviço de conserto de redes de pesca para os proprietários de embarcações, também cearenses que vieram para o município para pescar as espécies mencionadas.

Da mesma sorte, o Dr. Israel Hidenburgo Aniceto Cintra, professor do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos, da Universidade Federal Rural da Amazônia e membro do Subcomitê Científico do Comitê Gestor do Uso Sustentável da Lagosta (CGSL) afirma em entrevista realizada em 10 de janeiro de 2012, afirma com base em suas experiências e pesquisas sobre o setor lagosteiro, que no final dos anos 90, do século XX, 1998, 1999, o capital lagosteiro nordestino desembarcou no nordeste paraense, especialmente em Augusto Corrêa e Bragança, trazendo consigo um grande contingente populacional, oriunda, principalmente, da região Nordeste.

Uma das razões que precisam ser levadas em consideração para a diferença entre o número de imigrantes que o IBGE afirma que o município recebeu e o número de imigrantes que os entrevistados apontam na pesquisa de campo é que o maior ou menor contingente populacional esteja relacionado à sazonalidade que caracteriza a pesca da lagosta, tanto em relação à fartura ou escassez da produção, quanto ao período do defeso, o que se traduz em

maior ou menor lucratividade. Esses fatores contribuem para que haja uma constante migração dos atores sociais que compõem a pesca da lagosta.

Neste sentido, afirma o prof. Dr. Israel Cintra:

Até 1970, a captura da lagosta era constante e abundante no estado do Ceará. A partir dos anos 80, do século passado, a lagosta começa a se tornar escassa naquele estado e então os donos de barco e pescadores começam a explorar a lagosta em outros estados nordestinos, como Pernambuco, Rio Grande do Norte, chegando, nos anos de 1990, até o sul da Bahia. Foi também na última década do século XX que a pesca de lagosta começou a ser explorada na região Norte. Assim, conforme a pesca da lagosta ia ficando mais distante, os pescadores atracavam nos portos de determinadas cidades dos referidos estados, como, por exemplo, Touros (RN), Valencia (BA), Augusto Corrêa (PA) e Bragança (PA), de onde a lagosta era transportada através de caminhão para Fortaleza.

Assim como o armador de pesca C. A. R, 63 anos, cearense, quando perguntado sobre a razão dos constantes deslocamentos dos sujeitos sociais envolvidos na atividade da pesca da lagosta afirma:

Esses deslocamentos em virtude das circunstâncias de diminuição de produção. Porque vamos dizer que hoje se pegava 300 quilos de lagosta, descia aqui pro mar da Barreirinha pegava 500, descia aqui pro Maranhão, pegava 600, e lá cada vez mais diminuindo, lá agente passava pra 100, 150, 130 e aqui a produção era mais, era 400, era 500, era 600 [...] aqui a produção de barco varia muito, você hoje pega 400 quilos, amanhã só pega 200 [...] ninguém tem uma produção definitiva.

Há, também, o fato destacado pelo senhor J. M., 60 anos, armador de pesca nordestino, que afirma que a grande maioria dos pescadores de lagosta nordestinos já tenham retornado para o Nordeste, em virtude de eles, os armadores, já encontrarem no município, mão de obra especializada (eletricistas, pintores, calafates, artesãos de manzuas e redes, etc.), além dos pescadores locais já terem aprendido as técnicas de pesca características da atividade lagosteira, de modo que se tornou oneroso a manutenção de pessoal de apoio, pescadores e seus familiares em Augusto Corrêa.

Segundo o entrevistado, no início era necessário

[...] o gerente, tem o eletricista, o pintor, o calafate, o mecânico, o consertador de rede. Mas, todo esse pessoal é daqui, hoje. Não tem mais ninguém de lá aqui. Foram todos embora. O próprio pescador agente descartou, porque o custo para mantê-los aqui era muito alto. O pescador daqui, chega do mar e vai pra casa dele. O de lá não, ficava dentro do barco. Se era um mecânico, tinha que acomodar. Então ficou muito alto a manutenção desse pessoal aqui. Mas no início era necessário, eram eles é quem entendiam daquele tipo de pescaria. Eles é que ensinaram o pessoal daqui a trabalhar, hoje já sabem. O pessoal daqui já sabe trabalhar, já, não precisa mais deles (J. M, armador de pesca).

Outra razão importante, que precisa ser considerada para a explicação do fato em questão, é o estabelecimento, por parte da prefeitura municipal, em 1999, de uma taxa sobre o desembarque de lagosta na orla marítima de Augusto Corrêa, no valor de R\$ 0,35 por quilo de

lagosta, o que, conforme, o Dr. Israel Hidenburgo Aniceto Cintra, professor do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos, da Universidade Federal Rural da Amazônia e membro do Subcomitê Científico do CGSL, teria contribuído para que grande parte dos empresários e, em conseqüência, muitos pescadores nordestinos tenham migrado para outro município.

Embora, conforme o Sr. F. A. N. A., 59 anos, ex-diretor de tributos da prefeitura municipal de Augusto Corrêa, essa taxa, praticamente, não tenha sido cobrada. Alegando a ilegalidade da taxa criada, um empresário local, proprietário da empresa de pesca J.F. Ind. E Comércio Ltda, juntamente com a EMPESCA ALIMENTOS S/A, entrou na justiça pedindo a suspensão da referida taxa, o que lhes foi concedido, conforme Mandato de Segurança nº.148/2000, expedido pelo juiz de direito da Comarca de Augusto Corrêa, em 11 de maio de 2000, e, posteriormente, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em 28 de junho de 2004.

Esses fatores contribuem para que haja um fluxo e refluxo populacional de pescadores constante na(s) área(s) onde se concentra a pesca da lagosta, isto é, onde se concentram os empresários, armadores e, conseqüentemente, as embarcações adequadas à pesca da lagosta. Conforme uma autoridade pública local

Hoje [...] eles saíram, esse pessoal mudou de Augusto Corrêa porque não teve, não tinha, não teve um empresário do setor com uma visão futurista e acabou afugentado esse pessoal sem que eles tenham deixado nada aqui. Poucos se radicalizaram aqui, poucos vieram morar em Augusto Corrêa, poucos,...alguns fizeram alguns prédios e deixaram inacabado e foram embora...tem gente que o prédio está aí por terminar, outros venderam a preço de banana..., de forma que a maioria desses pescadores foram para Bacuriteua. Mas eu não sei como é que acontece em Bacuriteua, se eles moram, se já fixaram residência [...] se já estão incorporados à vila. Mas, aqui houve só uma passagem. Porque, eu considero assim: era apenas um porto, Augusto Corrêa foi um porto de desembarque de pescado (A. B. , autoridade pública local).

Dessa forma, é possível que o quantitativo populacional que os entrevistados afirmam ter chegado em Augusto Corrêa, no contexto da pesca da lagosta, tenha se deslocado do município para outros lugares, como Bacuriteua, no município de Bragança, ou mesmo para seus estados de origem, em virtude de um dos fatores mencionados anteriormente, antes da contagem da população realizada pelo IBGE, para subsidiar o censo 2000, que ocorreu entre 01 de agosto a 30 de novembro do mesmo ano.

O certo é que o impacto da migração na composição da população municipal foi bastante significativo.

2.7 PESCA DA LAGOSTA E FORÇA DE TRABALHO EM AUGUSTO CORRÊA: MIGRAÇÃO COMO MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO

Segundo Aragón (2005), Rocha Trindade (2007) e Salim (1992), além de outros teóricos que discutem a migração e seus desdobramentos, os fatores motivadores da migração são múltiplos: vão desde os condicionantes sociais, políticos, econômicos, culturais até os de natureza ambiental. Sobre os fatores ou causas que desencadearam o processo de migração de contingente populacional do Nordeste para o município de Augusto Corrêa, a pesquisa de campo mostra que eles são prioritariamente de ordem econômica.

A predominância da natureza econômica como fator decisivo da migração de nordestinos para Augusto Corrêa se manifesta quando analisadas as entrevistas gravadas e os questionários aplicados durante a pesquisa de campo. No momento em que eles são perguntados sobre a razão/causa de sua migração, a maioria absoluta dos entrevistados (93,33%) respondeu que chegou no município a partir da década de 1990, e, que seu deslocamento está, direta ou indiretamente, relacionadas à pesca da lagosta no município de Augusto Corrêa. A tabela 13 detalha em números, o resultado da pesquisa de campo.

TABELA 13 – FATOR/CAUSA DA MIGRAÇÃO DE NORDESTINOS PARA AUGUSTO CORRÊA, NO PERÍODO DE 1990 A 2010.

FATOR/CAUSA DA MIGRAÇÃO DE NORDESTINOS PARA AUGUSTO CORRÊA, NO PERÍODO DE 1990 A 2010.					
BAIRRO	TOTAL	NORDESTINOS	TRABALHO	PESCA DA LAGOSTA OU ATIVIDADE ASSOCIADA A ELA	OUTRA
CENTRO	29	18	18	18	
BOM JESUS	20	3	3	3	
PRATIAÇÚ	30	6	6	4	2
S. BENEDITO	60	8	8	8	
BELA VISTA	51	4	4	4	
LÍRIO DOS VALES	70	6	6	5	1
TOTAL	260	45	45	42	3

FONTE: Pesquisa de campo realizada nos meses de maio e outubro de 2011.

Ao serem perguntados se a decisão de migrar foi autônoma ou por influência de familiares, amigos ou dos patrões, as respostas revelam o seguinte quadro: dos 45 migrantes nordestinos (NE), 1 veio a convite de amigos, 32 influenciados pela vinda anterior de parente/familiares, 11 a convite do patrão e 1 por outros motivos. Vejamos a tabela abaixo:

TABELA 14 – INFLUÊNCIA DE AMIGOS, PARENTES E PATRÕES NO PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE NORDESTINOS PARA AUGUSTO CORRÊA, NO PERÍODO DE 1990 A 2010.

BAIRRO	TOTAL	NORDESTINOS	INFLUÊNCIA			
			AMIGOS	FAMÍLIA/PARENTE	PATRÃO	OUTROS
CENTRO	29	18	1	9	7	1
BOM JESUS	20	3		2	1	
PRATIAÇU	30	6		6		
S. BENEDITO	60	8		7	1	
BELA VISTA	51	4		3	1	
LÍRIO DOS VALES	70	6		5	1	
TOTAL	260	45	1	32	11	1

FONTE: Pesquisa de campo realizada nos meses de maio e outubro de 2011.

A tabela 14 mostra o peso da influência de familiares e patrões na decisão de migrar. Aparentemente o grau de parentesco ou os laços familiares seriam os principais influenciadores na decisão de migrar. A migração para Augusto Corrêa se inscreveria, portanto, num processo marcado pelo estabelecimento de redes de relacionamentos e afinidades entre o grupo de migrantes e outro grupo previamente estabelecido naquele município. Mas, quando comparamos esta tabela com a anterior e os relatos obtidos durante as entrevistas, constatamos que, mais do que o grau de parentesco, o envolvimento do pescador migrante com sua atividade econômica e, conseqüentemente, com o seu patrão formam o par mais influente na decisão dos migrantes nordestinos de saírem de seus lugares de origem e se estabelecerem em Augusto Corrêa.

Nesse sentido, as palavras de armador de pesca (C.A.R. 63 anos), que chegou em Augusto Corrêa em 1999, são reveladoras. Ele afirmou que, além dele, muitos outros pescadores, que trabalhavam para ele lá no Ceará, vieram para Augusto Corrêa em decorrência da pesca da lagosta. E, ainda, ao ser perguntado se ele e os outros pescadores e pessoal de apoio que o acompanharam tinham parentes em Augusto Corrêa, afirmou que “[...] alguns não conheciam o Pará, nem em retrato, talvez nem em retrato, não conhecia o Pará. Só na televisão, quando passava.”

Assim, diante da necessidade de manutenção da renda e do suprimento das carências econômicas pessoais e familiares, a convite do patrão ou em virtude da especificidade da pesca da lagosta, e da dinâmica do modo de produção capitalista, que remaneja a tudo e a todos, conforme seu interesse, o migrante de pesca nordestino desembarcou em Augusto Corrêa e posteriormente, trouxe mulher e filhos.

Alguns relatos de migrantes nordestinos a seguir corroboram o que está posto. Vejamos o que diz a Sra. S.S.S.S, 37 anos, natural de Acaraú – CE, esposa de um pescador de lagosta nordestino ao ser questionada sobre o porque de ter migrado para Augusto Corrêa:

É, porque o meu marido é pescador e a pesca pra lá tava muito fracassada e a gente tinha um barquinho e aí a gente veio pra cá, porque a pesca lá tava mais ruim [...] porque realmente lá só que a gente achou que aqui dava melhor...primeiramente o meu marido veio trabalhar com um dono de barco aqui, né?

Noutra entrevista o Sr. J.R.T., 36 anos, natural de Acaraú – CE, pescador de lagosta, quando perguntado se a sua vinda para Augusto Corrêa havia sido por iniciativa própria, respondeu veio a convite do “[...] dono de embarcação [...] que aí a gente vem pescando, né? E o porto mais perto era aqui. Porque pra pescar aqui e voltar pra lá [...] era longe e aí a gente fez porto aqui e por aqui a gente tá.” Outro entrevistado (W.B.C, 38 anos, natural de Aracati – CE) destaca que “[...] o patrão me convidou pra gente vim trabalhar aqui com ele e a gente veio [...] pescava lá, aí ele convidou pra vim pra cá e a gente veio e ficamos aqui, né?” Por outro lado, “[...] eu vim fazer trabalho pra uns clientes meus [...] empresários de pesca, que era de lá e vieram pra cá e me chamaram, aí eu vim até aqui fazer o trabalho” afirmou o Sr. A.J.S (cearense, 53 anos, mecânico de motor a diesel).

Mas, além das informações obtidas junto aos pescadores, as declarações dos armadores de pesca são conclusivas para a compreensão de que o fluxo populacional de nordestinos recebido por Augusto Corrêa, nos últimos 20 anos, se inscreve na dinâmica da estrutura capitalista de mobilizar força de trabalho a fim de atender sua necessidade de produção e reprodução.

Nesse sentido, atente-se para o que informou o Sr. C.A.R., (63 anos, armador de pesca, natural de Icapuí – CE) que além dele muitos outros donos de barco tiveram influência na migração de pescadores nordestinos para Augusto Corrêa:

No meu caso, como proprietário de barco, eu trouxe sete barco, nesses sete barco deve ter vindo quase 50 pessoas e veio mais, porque, além dos pescadores veio outras pessoas que trabalhavam comigo no artesanato das redes e outras coisas. Porque, nada, nada, veio uns 150 barco pra cá, cada barco com 7, 8 pessoas, fora os que agente trazia pra cuidar dos material...

Outro armador de pesca, que chegou em Augusto Corrêa em 1997, afirmou o seguinte:

Ah, veio muita gente! Naquele ano de (19)92 saiu bastante pessoas de lá, de Fortaleza, porque meu porto era fortaleza. Mas saiu do Acaraú, Aracati, que fica mais ao sul de Fortaleza. Até de Natal, Recife, veio muita gente pro Norte. Tu vê, que aí em Bragança, se você for olhar tem gente até do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo, tem gente pescando aqui. (J.M., 60 anos, armador de pesca, natural de Beberibe- CE).

Assim, os dados constantes das tabelas e os trechos das entrevistas transcritos, ajudam, no nosso entendimento, a compreender que longe de ter sido um processo autônomo, cuja decisão parte de uma atitude autônoma e racional de um determinado indivíduo ou grupo que, diante da “[...] posse de informações sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais respeitantes à sua situação e grupal...decide pela permanência ou pela migração” (PEIXOTO, 2004, p. 5), o fluxo migratório originário do Nordeste brasileiro em direção à Augusto Corrêa ocorreu por influência direta de agentes externos, independentemente, muitas vezes do querer e da aceitação do indivíduo envolvido na migração. Como afirma a sra. M. L. S., 30 anos, natural de Acaraú – CE:

aqui não era bom. E eu sempre quis voltar e ele disse que não, que tinha que ficar era aqui...ainda hoje ainda quero ir embora pra lá...porque é longe da família, gente fica sozinha e ele vai pro mar e gente fica só. Quando ele chega só passa 4 dias e volta de novo, aí passa outra temporada no mar pra poder vim. Aí é tudo de novo, aí não é bom a gente ficar só.

Da mesma forma o Sr. J.A.S, 33 anos, mestre de barco, que chegou em Augusto Corrêa em 1999, no auge da pesca da lagosta, conforme ele próprio declara, quando perguntado sobre o que o tinha motivado a vir para o município, responde: “Não, eu trabalhava numa firma, né? Aí os barco veio, aí lá o nosso ramo de pesca lá fracassou aí agente teve que vir também...não foi de bom gosto, não, mas agente chegemo aqui e se acostumemo e, graças a Deus,nós tamos por aqui, ainda”.

Não que o processo migratório de nordestinos para Augusto Corrêa tenha sido produto da insanidade do grupo migrante, ou que determinados fatores como distância e recursos não tenham sido levados em consideração no processo. Mas, certamente, a pressão exercida pelo contexto econômico em que essa migração se desenvolve leva-nos a afirmar que ela é produto de um fenômeno subordinado às determinações capitalistas gerais. Ou seja, a migração de nordestinos para Augusto, dentro do contexto capitalista em que a pesca da lagosta se encerra, pode, e deve, no nosso entendimento, a partir dos dados obtidos com a pesquisa, ser compreendida como uma verdadeira “mobilidade da força de trabalho”.

A interpretação dada por este trabalho ao processo fundamenta-se na tese de que a migração não é uma determinação da liberdade individual dos sujeitos ou grupos sociais, mas um processo condicionado ou forçado pelas forças produtivas capitalistas dominantes. A força de trabalho “livre” é impelida a migrar pela dinâmica da estrutura capitalista que arrasta a tudo e a todos e os conforma ao atendimento de seus interesses. Os deslocamentos, fluxos e refluxos populacionais no espaço não são, portanto, um processo espontâneo. Eles são, sim,

parte da estratégia do capital de atender as suas necessidades centrais (GALDEMAR, 1977; SALIM, 1992; ROCHA, 2005).

Neste sentido, a razão maior da migração em direção ao nordeste paraense está relacionada, assim como no caso do sudeste do Pará, embora, talvez, sem a mesma intervenção estatal, a fatores econômicos, conforme pode ser comprovado também pela pesquisa de campo. O que confirma que “os fluxos migratórios, em geral, seguem as determinações econômicas, constituindo-se a migração verdadeira mobilidade do trabalho” (ROCHA, 2005, p. 146).

CAPÍTULO III: MIGRAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E PESCA: dinâmica sócio-econômica da atividade pesqueira em Augusto Corrêa – PA

Este capítulo tem por objetivo discutir o processo de territorialização da pesca da lagosta em Augusto Corrêa, além de buscar compreender e analisar as diferentes perspectivas dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo. Para tanto, aqui são apresentadas as contradições e diferenças existentes entre a pesca praticada pelos pescadores nordestinos e os pescadores locais. Aponta as causas que levaram o capital lagosteiro a escolher a cidade de Augusto Corrêa como porto para o desembarque de sua produção e apresenta uma caracterização geral do ambiente onde a lagosta se reproduz. Mostra, ainda, o percurso seguido pelos pescadores de lagosta até chegar em Augusto Corrêa. Em seguida aborda as questões territoriais envolvendo migrantes nordestinos e população local. E, finalmente, apresenta os principais impactos gerados pela atividade pesqueira comandada pelo empresários e armadores de pesca nordestinos.

3.1 A PESCA EM AUGUSTO CORRÊA: DIFERENÇAS E CONTRADIÇÕES

Assim como para o estado do Pará e para a mesorregião do nordeste paraense, a pesca historicamente desenvolve um papel importante na dinâmica social, econômica, cultural e espacial do município de Augusto Corrêa. Socioeconomicamente falando, a pesca, juntamente com a agricultura e, mais recentemente, o setor de serviços (IDESP, 2009 e 2010), formam a base da economia municipal.

Apesar da ausência de estatísticas pesqueiras e de outros dados sobre a participação da pesca na economia municipal, o que se traduziu em uma das dificuldades constatadas no decorrer da pesquisa de campo e bibliográfica deste trabalho, não é difícil constatar a importância da pesca na economia municipal. Basta uma breve visita ao porto da sede do município e acompanhar a constante chegada de embarcações vindas do mar para descarregar as suas respectivas produções, cujo destino é, na sua grande maioria, conforme informação de pescadores, população em geral e donos de embarcações, destinada ao mercado externo, nacional principalmente. As fotos a seguir, de um caminhão frigorífico de Ubatuba, São Paulo, a espera de ser carregado com peixe, tirada em um porto particular, na orla da cidade de Augusto Corrêa, comprova a informação aqui anotada.



Fotografias 1 e 2: Caminhão frigorífico paulista a espera do carregamento de peixe em Augusto Corrêa. Fonte: Glauco Araújo, Pesquisa de campo, 2011.

Desde as suas origens, de acordo com informações obtidas em entrevista junto ao Sr. Olavo Tobias Monteiro de Seixas, 75 anos, neto do primeiro estrangeiro (português), Sr. João

Batista Monteiro, a habitar o lugar que viria a ser chamado de vila de Urumajó; e filho do Sr. Joaquim Monteiro de Seixas, cujo nome consta como um dos pioneiros a reivindicar a emancipação de Urumajó em relação ao Município de Bragança, o rio Urumajó e a maré funcionaram como o ponto de contato com outros lugares, assim como a base da produção alimentícia da população local.

Desse modo, a cidade de Augusto Corrêa tem o rio, a maré e a pesca como importantes elementos estruturadores do espaço. É à margem do rio que a cidade emerge e é a partir dele que ela se expande em direção ao interior do continente. Em função da pesca, abundante até determinado momento, conforme afirma o Sr. Benezinho, 69 anos, pescador artesanal, realizada no rio Urumajó, a população originária, formada em sua grande maioria por pescadores e lavradores, ocupou inicialmente o espaço.

O peixe, parte fundamental da dieta alimentícia da população local, é capturado através da atividade pesqueira desenvolvida há décadas, ou, quem sabe, há séculos pelos primeiros habitantes do lugar, os índios tupinambás, segundo informação do Sr. Olavo Tobias Monteiro de Seixas, cuja relação com a história do município e ascendência genealógica já foi anteriormente mencionada.

Apesar das transformações por que tem passado a economia e a atividade pesqueira juntamente, com a introdução de novos equipamentos e mecanismos de captura trazidos pelos pescadores de lagosta, a partir da década de 1990, do século passado, a modalidade de pesca predominante em Augusto Corrêa, ainda, é a pesca artesanal.

Ainda predominam as técnicas rudimentares e os trastes simples (como são chamados os equipamentos de pesca pelos pescadores locais) na cena pesqueira local. A observação dos tempos lunares (quarto crescente, lua cheia ou minguante), a maior ou menor transparência da água da maré, assim como as superstições ainda exercem forte influência na pesca local.

Sobre a influência das fases da lua no cotidiano do pescador artesanal em Augusto Corrêa, assim se expressou A. M. R., 40 anos, pescador artesanal local: “A pesca da gozeira é semanal. É só na marezada. Por exemplo, essa semana agora, que é quarto, é boa pra ela. Os barcos já até saíram.”

Na atividade pesqueira em Augusto Corrêa, como é próprio da pesca artesanal, ainda prevalece a imprevisibilidade, o espírito aventureiro do pescador. Nas palavras de um pescador local, que pesca desde os 14 anos de idade, quando perguntado sobre a sua atividade e a sua renda, responde o seguinte: “...pesca artesanal. Varia, né? É imprevisível, né? As vezes agente sai, agente pesca, cê sabe que a pescaria é uma aventura, né? As vezes dá...as

vezes não dá, as vezes agente traz...as vezes não traz.” (G. B., 49 anos, pescador artesanal). Outro pescador local, o sr. Benezinho (B. M. C.), 69 anos de idade, pescador artesanal, respondeu o seguinte sobre a sua atividade: “É, é um prazer que agente tem...num jogo bola, num danço, então o prazer que agente tem é pescar.”

Mas, as coisas estão mudando. As relações capitalistas de produção, bem como os novos hábitos e valores que têm sido introduzidos na pesca em Augusto Corrêa, tem alterado o comportamento e a relação entre donos de embarcações (de pequeno ou de médio porte, e até de canoas), que contratam pescadores para realização de uma pescaria (pescaria aqui se refere ao período entre a saída e o retorno de uma viagem à maré, ou seja, período que, conforme os pescadores locais, é de uma semana ou mais, dependendo, da produção, da manutenção despesa, do gelo, ou das circunstâncias ou imprevistos, como problemas mecânicos, perda de trastes – redes, anzóis, âncora, etc.) e os pescadores contratados.

Atualmente, afirma o sr. Benezinho, 69 anos, dono de uma canoa e de um pequeno barco,

... Meu irmão, agora, tu já pensô, que o caboco não vai. Tu sabe por cadeque? O vale é...pro Arrais (mestre de barco) é R\$ 100,00 e pros outro trabalhador é R\$ 50,00. Vai pra uma pescaria, quando ele chega dá mal para pagar o vale, o que é que ele vai fazer? Nada. Ele não vai pra sofrer necessidade. Olha essas canoinhas, todas tem rabeta (motor móvel, adaptado na parte de trás da canoa), se você não tiver uma rabeta ninguém vai contigo pescar. Ninguém que mais remar. Eu to te dizendo que hoje tá tão moderna as coisas...Porque naquela época, que agente pescava ali pra fora, levava farinha na garrafa, levava água, levava o caqueiro, lá agente fazia a bóia. Hoje, não...Eu não digo no dos outros, mas no meu barco: é papel higiênico, é galinha pa comer lá, no dia que sai, leva leite, leva bulacha, meu irmão, leva tudo. Como é que pode dar? Não dá...o cara mata poquinho, aí o cara não tem condição de ganhar nada. E se não tiver isso, não vai. Compra um barco e não bota isso, pra ti vê se vai alguém no teu barco?

Mas, a introdução das relações capitalistas de produção na atividade pesqueira de Augusto Corrêa não significa de que ela deixou de ser artesanal ou tradicional. Seria impossível que uma atividade econômica desenvolvida no contexto do modo de produção capitalista não fosse impregnada, senão na totalidade, mas em parte, de determinadas características inerentes ao sistema.

Neste sentido, este trabalho não parte da premissa de que a pesca tradicional ou artesanal seja uma atividade isenta de determinadas práticas capitalistas. Mas, pelo contrário, segundo Diegues (1983, 1988) apud Cardoso (2001, pág. 81), a pesca artesanal é aquela “[...] realizada dentro dos modelos de pequena produção mercantil, que comporta ainda a produção de pescadores-agricultores.” E, ainda, refere-se “[...] a pesca realizada com tecnologia de baixo poder predatório, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança.”

O secretário municipal de meio ambiente, em entrevista realizada durante a pesquisa de campo, sustenta a tese de Diegues (1983, 1988) apud Cardoso (2001) a respeito da concomitância da realização da pesca e da agricultura por pescadores artesanais. Nas palavras do secretário, sobre o pescador local

[...] ele é artesanal, geralmente que pesca de canoa ele, geralmente, ele se divide em duas funções: ele é agricultor e pescador. Ele não é apenas só pescador. Porque quando o pescador, mesmo artesanal, ele tem o barquinho dele, ele tem uma condição financeira bem melhor... já aquele que pesca de canoa, ele tanto agricultor como pescador, ou seja, aquele trabalho de subsistência, tanto na pesca como na agricultura; e eles sente... (L.S.C, secretário municipal de meio ambiente).

Assim, para o secretário, além da pescaria, o pescador artesanal, principalmente aquele que não possui embarcação motorizada, normalmente, também desenvolve outra atividade, como a agricultura de subsistência.

Outra característica da pesca artesanal ou tradicional é a simplicidade tecnológica dos petrechos ou trastes utilizados pelos pescadores. A base técnica da pesca artesanal é elaborada a partir de conhecimentos práticos adquiridos e produzidos histórica e culturalmente na dinâmica cotidiana, produto do labor e do contato constante e direto do pescador com o meio.

Dessa forma, conforme Diegues (2004) apud Germani e Kuhn (2009, p. 5), a pesca artesanal pode ser definida como “Um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida.” Neste sentido, apesar de não definir como pesca artesanal, por não ser objeto de seu trabalho fazer uma diferenciação entre modalidades de pesca, Moraes (2007, p. 31) destaca que a pesca (artesanal, de acordo com a caracterização definida pelo autor) está relacionada a “[...] um conjunto de relações e domínios variados como a classificação, a ordenação e a diferenciação das espécies capturadas e dos instrumentos utilizados”. Relações e domínios que são estabelecidos e adquiridos através de “[...] conhecimentos transmitidos das gerações mais experientes para as mais jovens, principalmente pela oralidade e pelas práticas do cotidiano.” (MORAES, 2007, p. 19).

O que está posto, portanto, certifica a atividade pesqueira predominante em Augusto Corrêa como artesanal ou tradicional. A maioria dos pescadores entrevistados possui escolaridade muito baixa, geralmente frequentaram apenas até o ensino fundamental, e começaram a trabalhar na pesca muito cedo, o que lhes possibilitou aprender desde muito cedo a arte da pesca. Para citar alguns exemplos: Benezinho, 69 anos, pesca desde criança e estudou até a 5ª série do ensino fundamental; A. M. R., 40 anos, pesca desde os 14 anos e

estudou até o ensino fundamental; G. B., 49 anos, pesca desde os 15 e estudou até a 5ª série do ensino fundamental; M. S., mestre de barco, nascido e criado na paria, começou a pescar desde criança e estudou até a 3ª série do ensino fundamental; R. B. S., 69 anos, pescador, estudou até a 4ª série; J. R. S., 47 anos, pescador desde a idade de 10 anos e estudou apenas até a 3ª série.

A respeito do uso de tecnologias de baixa capacidade predatória, como elemento identificador da pesca artesanal ou tradicional, a pesca em Augusto Corrêa também pode ser enquadrada nesta classificação. Durante a pesquisa de campo foi constatado que os principais técnicas de pesca e instrumentos utilizados pelos pescadores locais são: a pesca de rede de emalhar, a pesca de tarrafa, a pesca de puçá, a pesca de anzol, a pesca de espinhel, a pesca de arpão e a pesca de curral⁵.

Sobre isto, Sérgio Cardoso de Moraes, em trabalho publicado em 2007, denominado “Uma arqueologia dos saberes da pesca”, faz uma descrição minuciosa das principais técnicas e instrumentos utilizados na pesca em certas regiões do Brasil, como a Amazônia e o Nordeste.

É importante destacar que não é, necessariamente, a técnica e nem o instrumento utilizado que define se a atividade é predatória ou não. O uso da rede de emalhe, em si, por exemplo, não se traduz em uma atividade predatória. Porém, quando levamos em consideração o tamanho ou extensão da rede, então já não se pode afirmar que a pesca de rede de emalhe, seja utilizando malhas grandes (40mmx40mm, 40mmx50mm, 50mmx60mm) ou pequenas (20mmx25mm, 25mmx25mm, 30mmx30mm), não é predatória.

⁵ **Malhadeira:** rede deriva, colocadas na superfície em meia água e no fundo. Dessa forma, a malhadeira não é considerada predatória, sua atuação ocorre apenas na superfície acompanhando o movimento da maré. Apesar de utilizar um sistema de chumbos, não se mantém fixa ao fundo, pois um conjunto de bóias a mantém flutuando. Mas, quando fixa ao fundo, através de ganchos e pedras, num processo denominado “apoiagem”, a malhadeira passa a ser predatória; **Tarrafa:** rede de nylon em formato cônico, com um sistema de chumbos, sem bóias, para que ela vá afundando lentamente sobre o cardume. Sua operação é realizada por um único pescador, que com habilidade consegue, através de um giro de, aproximadamente, 180⁰ no próprio corpo lançar e fazer com que a rede se abra antes de chegar à água; **Puçá:** rede em forma de cone. A puçá apresenta malha variada e é operada por dois pescadores que a arrastam pelo fundo da maré. É muito utilizada na pesca artesanal de camarão; **Espinhel:** sistema de anzóis pendurados em um cabo através de fios de nylon. O espinhel pode ser fixo ou flutuante. O fixo é mantido no mar através de pesos colocados no fundo. Ambos possuem uma ou mais bóias que indicam ao pescador a sua localização; **Arpão:** instrumento pontiagudo, com uma ou duas “barbas” (pontas em forma de setas dispostas em sentido contrário da ponta principal), que não permitem a saída fácil do arpão do corpo do peixe. O arpão é, normalmente, utilizado na pesca de grandes peixes, como o mero; **Curral:** armadilha fixa confeccionada de varapaus ou rede de nylon ou cordas. O curral é cercado que possui vários formatos, mas sempre é acompanhado de uma ou duas “espias”, dependendo de sua localização. A “espia” é uma cerca posicionada em sentido diagonal. Assim, se o curral estiver localizado próximo à beira, possui apenas uma “espia”; se estiver posto no meio da maré, possui duas espias que encaminham o peixe para uma passagem pequena que dá acesso ao interior do mesmo, de onde o peixe não consegue sair.

Outro elemento importante, que caracteriza a pesca artesanal em Augusto Corrêa é o tipo, o tamanho e a capacidade das embarcações. As canoas e os barcos de pequeno porte conforme pode ser percebido nas fotografias abaixo, tiradas durante a pesquisa de campo, predominam na paisagem da pesca local ⁶.



Fotografia 3: Canoas e barcos de pesca de pequeno porte em Augusto Corrêa. Fonte: Glauco Araújo, pesquisa de campo, 2011.

⁶ Conforme o Relatório Técnico do Projeto de Cadastramento das Embarcações Pesqueiras no Litoral das Regiões Norte e Nordeste do Brasil, publicado pelo IBAMA, as embarcações são classificadas em: **MONTARIA (MON)**: capacidade: até 0,5 ton, casco em madeira, propulsão: remo, comprimento: até 10 metros, tripulação: 1 a 4 pescadores, autonomia: 1 dia de mar, conservação do pescado: “in natura” ou caixas isotérmicas. Outras denominações: bote a remo, casquinho, reboque ou reboquinho; **CANOVA A VELA (CAN)**: capacidade: até 3 ton, casco em madeira, propulsão: vela, remo ou a remo e vela, comprimento: até 12 metros, tripulação: 1 a 6 pescadores, autonomia: até dois dias de mar, conservação do pescado: “in natura” ou conservado em pequenas caixas isotérmicas com gelo. Outras denominações: canoa ou bote a vela; **CANOVA MOTORIZADA (CAM)**: capacidade: até 5 toneladas, material do casco: madeira, propulsão: motor ou motor e vela, potência: de 11 a 22 hp, comprimento: menor que 8,00 metros, tripulação: de 2 a 6 pescadores, autonomia: até 5 dias de mar, conservação do pescado: em caixas ou urnas isotérmicas com gelo. Outras denominações: bote motorizado, bastardo ou lancha; **BARCO DE PEQUENO PORTE (BPP)**: capacidade: até 8 toneladas, material do casco: madeira, propulsão: motor, potência: de 11 a 69 hp, comprimento: entre 8,00 e 11,99 metros, tripulação: de 3 a 8 pescadores, autonomia: para até 10 dias de mar, conservação do pescado: em urnas isotérmicas com gelo, Outras denominações: iate motorizado, barco ou lancha; **BARCO DE MÉDIO PORTE (BMP)**: capacidade: até 18 toneladas, material do casco: madeira, propulsão: motor, potência: de 36 a 114 hp, comprimento: igual ou maior que 12,00 metros, tripulação: de 5 a 17 pescadores dependendo do tipo de pescaria, autonomia: até 25 dias de mar, conservação do pescado: em urnas isotérmicas com gelo. Denominações: barco ou lancha. Para efeito do cadastramento as embarcações do tipo BMP e BPP foram classificadas como barco a motor; **BARCO INDUSTRIAL (BIN)**: capacidade: até 80 toneladas, material do casco: aço, comprimento: de 17 a 26 metros, propulsão: motor, potência: de 236 a 425 hp, dotada de equipamentos de apoio a Navegação, tripulação: de 5 a 22 pescadores, dependendo do tipo de pescaria, conservação de pescado: em urnas isotérmicas com gelo ou frigorífico, autonomia: até 70 dias. Pescarias: utiliza rede de arrasto para camarão ou para peixe, caique/pargo, espinhel/atum, manzuá/peixe, pargueira; conhecida vulgarmente como barca ou barco de ferro.

As tecnologias, a capacidade de carga e as despesas (a despesa do barco está relacionada a todo o custo de uma pescaria, envolve combustível, alimentação da tripulação, gelo, etc.) dos barcos de pesca originários de Augusto Corrêa são muito diferentes das tecnologias e da capacidade e das despesas dos barcos de pesca nordestinos que ali atuam.

Sobre esta diferenciação, o secretário municipal de meio ambiente de Augusto Corrêa fez o seguinte comentário:

O pescador local, ele tem um tipo de forma de pescar, por exemplo. Já o pescador nordestino, ele já não pesca a pesca artesanal, já é mais comercial, que ele busca mais o mar aberto. Por exemplo, se um pescador local ele pesca com um barco do tamanho de cinco a seis metros, já o pescador nordestino ele já não pesca com essa mesma proporção de tamanho do barco; a proporção dele é de 30, 40, 50, 80 toneladas; até o valor de despesa que ele gasta é diferente, por exemplo, um pescador que é considerado aqui no nosso local, que gasta, por exemplo, pra despesa de mil reais, um pescador desse nordestino, que é considerado industrial ele gasta 30, 40, 50 mil reais de despesa (L.S.C, secretário municipal de meio ambiente).

Corroborando com ele, um armador de pesca nordestino, dono de barco de pescar lagosta, quando perguntado sobre a diferença entre o tamanho e a capacidade das embarcações nordestinas em relação as locais, afirma: “É maior um pouco, né? Cê vê que as embarcações daqui são de pequeno porte. As nossas são maiores. Possuem uma média de 13m de comprimento, com capacidade média entre 12 e 13 toneladas de gelo.” (J. M., 60 anos, natural de Beberibe-CE). Também confirma a afirmação do secretário, o sr. A. M. R., 40 anos, pescador e dono de barco do município, que afirmou em entrevista, durante a pesquisa de campo, que a despesa de seu barco gira em torno de R\$ 600,00.

Sobre as tecnologias, os barcos de pesca nordestinos são muito mais equipados que os barcos de Augusto Corrêa. Os barcos de pesca dos “cearenses” são dotados de GPS, localizador de cardumes, sondas, rádios de comunicação VHF e rastreadores via satélite, ao passo que os pescadores locais, salvo raras exceções, não fazem uso de tais tecnologias. Sobre esta diferença existente entre a pescaria realizada pelos “cearenses” e a pesca desenvolvida no lugar, um entrevistado cearense, proprietário de embarcações, assim se expressou:

É maior um pouco, né? Cê vê que as embarcações daqui são de pequeno porte. As nossas são maiores. Possuem uma média de 13m de comprimento, com capacidade média entre 12 e 13 toneladas de gelo. Todas são equipadas com equipamentos de navegação: o GPS, a sonda, que mede a profundidade, o rádio de comunicação VHS, e o rastreador, que daqui de terra é possível saber onde a embarcação está navegando. Com o rastreador você consegue, vamos dizer assim, ver a embarcação lá fora. Você sabe onde é que ela está navegando, de hora em hora, você tem a posição dela (J. M., armador de pesca, natural de Beberibe – CE).

O comentário do Sr. G. L. S., 40 anos, morador de Augusto Corrêa, reforça a citação acima. O referido entrevistado, por ser uma autoridade municipal, informou que recebeu

inúmeras reclamações sobre os prejuízos causados aos pescadores locais pela pesca dos “cearenses”. Segundo ele

Muita reclamação, muita reclamação. Até a chegada dessas barcas aqui em A. Corrêa, ninguém sabia, nem conhecia a palavra navegador. Não conhecia, ninguém sabia. Falava em navegador, ninguém sabia o que era: o que é navegador? O que é navegador? Eu mesmo perguntava. Aí uma vez eu procurei um pescador e perguntei: o que é o navegador? Que eles falam em consertar o navegador. Então navegador é um aparelho no barco que é pra localizar o cardume do peixe lá numa profundidade considerável. E os barcos de A. Corrêa não tinham isso aí.

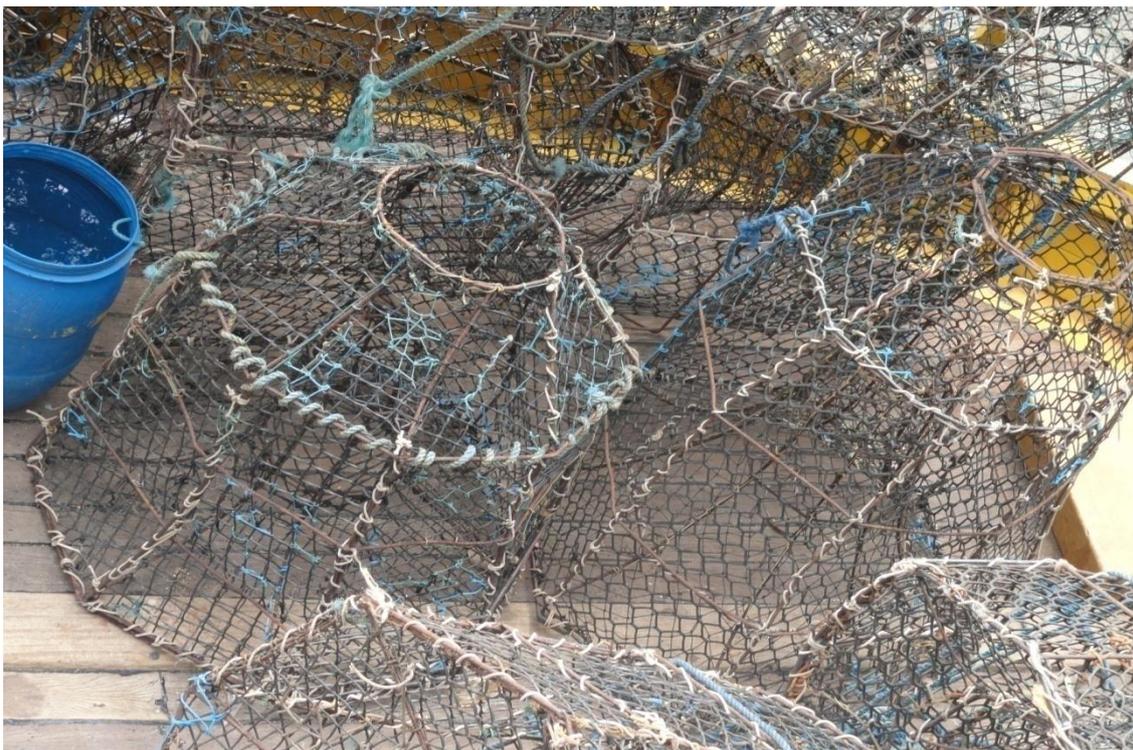
E, ainda

É. Tipo GPS. A pesca dos moradores de A. Corrêa era assim: com...eles (os pescadores tradicionais) viam o movimento da sardinha, iam lá e colocavam a sua rede. E a barca dos lagosteiros, porque na época que eles estão pescando lagosta é um tipo de rede, parou a lagosta, quando a lagosta fracassou, eles foram pro serra, e os pescadores de A. Corrêa já pescavam serra, mas uma pesca sem nenhum conhecimento técnico...ainda sem utilizar da tecnologia, e as pessoas de A. Corrêa simplesmente saíram perdendo. Enquanto uma barca chegava com toneladas, os barcos de A. Corrêa, por não terem os mesmos equipamentos, não chegavam... as vezes, com nada...com o mesmo gelo que levava...retornava para A. Corrêa (G. L. S., 40 anos).

É importante notar que o emprego de tais tecnologias, bem como os expressivos custos na equipagem e nas despesas das embarcações dos “cearenses” rompe com o padrão característico da pesca artesanal ou tradicional, no que diz respeito a simplicidade dos equipamentos de pesca e na imprevisibilidade da produção. O que aprofunda significativamente a diferença entre a pesca desenvolvida por pescadores locais e aquela desenvolvida pelo capital pesqueiro nordestino em Augusto Corrêa.

Outra diferença importante diz respeito ao tamanho e ao tipo de instrumentos utilizados na captura do pescado. Durante a pesca da lagosta (*P. Argus* e *P. Leavicauda*) e do pargo (*Lutjanus purpureus* Poey, 1875) as diferenças estão relacionadas aos instrumentos de captura. A pesca da lagosta e do pargo são atividades que não são realizadas pelos pescadores de Augusto Corrêa. Apenas os “cearenses” trabalham com esse tipo de pescaria. O local da pesca (o pesqueiro) não é o mesmo. Os instrumentos de pesca não são os mesmos.

A pesca da lagosta no litoral paraense é realizada, segundo o prof. Dr. Israel Cintra a aproximadamente, a 100 milhas náuticas de Belém, a uma profundidade de, aproximadamente, de 90m. Além disso, a corrente marítima sul-equatorial, que atua no local onde está situado o banco de lagosta no litoral paraense, é muito forte. Tanto a lagosta, quanto o pargo são capturados, ou pelo menos deveria ser, através de manzuás.



Fotografia 4 : manzuá de ferro, utilizado na captura de lagosta. Fonte: Glauco Araujo, pesquisa de campo.

Porém, no Pará, embora os donos de embarcações lagosteiras afirmem que utilizam apenas manzuás, os pescadores locais denunciam a predominância da rede caçoeira⁷ como instrumento de captura da lagosta. O prof. Dr. Israel Cintra, pesquisador do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos, da Universidade Federal Rural da Amazônia, confirma a informação dos pescadores locais. Apesar de, segundo o pesquisador, a pesca da lagosta com rede caçoeira está proibida no Norte pelo IBAMA desde 2001.

A transgressão à determinação do IBAMA, segundo o prof. Dr. Israel Cintra, decorre da precariedade da fiscalização e da incipiente organização profissional e sindical do setor pesqueiro no Pará. Para ele, o empresariado regional está mais preocupado com a pesca do camarão rosa (*Fartantepenaeus Subtilis* – Pérez Fartante, 1967, *Fartantepenaeus Brasiliensis* – Latreille, 1817) e do camarão sete barbas (*Xiphopenaeus Kroyeri* – Heller, 1862), sua principal fonte de lucro. O que contribui para que o seu posicionamento em relação a pesca da lagosta através de rede caçoeira seja indiferente.

Ainda assim, quando se trata da pesca da lagosta e do pargo, segundo os pescadores locais, não há conflito entre pescadores locais e pescadores nordestinos.

⁷ Caçoeira: rede de espera utilizada de forma ilegal na captura de lagosta na região Norte. É uma rede formada por uma panagem de malha de nylon, que se mantém aberta e próxima ao fundo marinho através de um sistema de pesos (chumbos, pedras, ganchos de ferro, dentre outros) e bóias. A caçoeira é arrastada através de cabos pelos barcos lagosteiros.

Agora a pescaria de lagosta, pra nós, não influencia nada, né? Eles pescam muito fora. Só prejudicam eles mesmo, os que eles pescam de rede (fazendo referência a rede caçoeira)...o pessoal aí falam, né? Aí espanta, né? A lagosta daquela área que eles tão pescando ali, né? A lagosta tem que ser pescada de manzuá, que não destrui a casa da lagosta, né? Mas, de rede escangalha tudo, acaba tudo o que tem aí (J. R. S. 47 anos, pescador artesanal).

As principais espécies capturadas em Augusto Corrêa, pelos pescadores locais, não são as mesmas que despertam o interesse dos pescadores nordestinos. Com exceção, recentemente, do serra (*Scomberomorus brasiliensis*, Collette, Russo & Zavala, 1978).

Sobre as espécies de peixes capturadas pelos pescadores locais, vejamos o que dizem alguns entrevistados:

Olha, pra te coisar [...] neste rio aqui (apontando para o rio Urumajó, que passa em frente a sede do município de Augusto Corrêa), bem daquela curva pra cá, a gente lanceava, pegava era muito cangatã, siri era muito, pegava em quantidade, sururu, mulher tirava, aqui (B. M. C., 69 anos, pescador artesanal).

Olha, aqui tirando da pesca de berada, como a gente chama, que o bagre, a tainha [...], o que pesca mais fora é o serra e a pescada amarela, né? É o que mais eles pescam aqui em Augusto Corrêa [...] com barco mais pequeno aqui na berada [...] só é barco pequeno com duas toneladas e meia de gelo, de duas tonelada [...] pesca mais na beira [...] então a outra atividade da outra pescaria é como você ta vendo...era bom até tu te chegado aí na berada pra ti vê o movimento da gó [...] (risos) [...] é safra da gó. E com isso aí, é junho, é julho, vai até agosto a safra da gó (A.R.B, 58 anos, presidente da Colônia de Pescadores local).

[...] o pescador local ele pesca no nosso berçário, é um tipo de pescado que é, tipo assim, por exemplo, a caíca, como é conhecida aqui, que na capital é conhecida como pratiqueira, ela é dessa região, ela se cria e cresce aqui, né? [...] os nossos pescadores locais [...] pesca a pescada que ela dá em área de cascalho, aqui próximo, que agente é produtor, a caíca, a gó, o bagre [...] são o pescado de berçário mesmo, que tem um tamanho definidos mesmo pequeno (L.S.C, secretário municipal de Meio Ambiente).

Outras espécies de peixe, além das já mencionadas pelos pescadores locais, que também são capturadas no litoral de Augusto Corrêa são: arraia (*Dasyatis geijkesi* Boeseman, 1948), bandeirado (*Bagre bagre*, Linnaeus, 1766), bagre (*Hexanematichthys herzbergii* Bloch, 1794), cangatã (*Arius quadriscutis*, Valenciennes, 1840), camurim (*Centropomus undecimalis*, Bloch, 1792), corvina (*Micropogonias furnieri*, Desmarest, 1823), enchova (*Pomatomus saltatrix*, Linnaeus, 1766), gó (*Macrodon ancylodon*, Bloch & Schneider, 1801), gurijuba (*Arius phrygiatus*, Valenciennes, 1840), mero (*Epinephelus itajara*, Lichtenstein, 1822), pacamão (*Batrachoides surinamensis*, Bloch & Schneider, 1801), peixe-pedra (*Genyatremus luteus*, Bloch, 1795), pesca amarela (*Cynoscion acoupa*, Lacepède, 1802), serra (*Scomberomorus brasiliensis*, Collette, Russo & Zavala, 1978), tainha (*Mugil incilis*, Hancock, 1830), timbira (*Oligoplites palometa*, Cuvier, 1833), tubarão (*Sphyrna lewini*,

Cuvier, Griffith & Smith, 1834), uritinga (*Arius proops*, Valenciennes, 1839), xaréu (*Chloroscombrus chrysurus*, Linnaeus, 1758).

Estas informações são confirmadas pelos dados levantados pelo prof. Dr. Ivan Furtado, através do artigo “Estatísticas das produções de pescado estuarino e marítimo do estado do Pará e políticas pesqueira”, publicado no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 2006. Neste artigo, constam várias outras espécies aqui não mencionadas, além da quantidade, por espécie, capturada no município de Augusto Corrêa nos anos de 1997 a 2003.

No entanto, com o fim do período da pesca da lagosta (*P. Argus* e *P. Leavicauda*), com o estabelecimento do defeso para esta espécie, que dura seis meses, quando, então, os barcos lagosteiros passam a pescar outras espécies, como o serra (*Scomberomorus brasiliensis*, Collette, Russo & Zavala, 1978), então, a diferença que estava relacionada ao tipo de instrumento e as espécies capturadas, passa a se manifestar no tamanho das redes, que se traduz também na diferença da quantidade capturada entre eles. Aí, então, inaugura-se a concorrência e acirra-se o conflito territorial entre esses dois grupos de pescadores.

É, então, que o território, enquanto fonte de recurso e base de sustento das condições materiais de existência e subsistência, utilizando aqui a perspectiva materialista econômica, defendida por Rogério Haesbaert (2004), emerge com todo vigor.

“A pescaria deles, tem muita pescaria deles que prejudica a gente, né? Porque eles pescam muito de rede afundada, estraga o peixe, espanta o peixe aí da barra...”, afirmou, em entrevista o Sr. J. R. S. 47 anos, pescador artesanal do município. E, mais

[...] eles pescam muito de rede afundada, é a rede raspando aí no fundo, amarram pedra, escoram muito a rede, aí na barra. Aí pronto, aí ficou mais difícil pra cá. O peixe que vem aí tá muito pouco. Até o serra ficou mais difícil aí na barra, é muita rede. O pessoal pescava com 2 mil, 3 mil metros de rede, eles tão pescando aí, os “cearenses”, com 15, 20 mil metros de rede, 12 mil metros de rede, é muita rede. O peixe ficou mais fraco.

Da mesma forma, o Sr. A. M. R., 40 anos, também pescador artesanal de Augusto Corrêa, crítica:

A pescaria deles, pra falar a verdade, é uma pescaria clandestina, no que eles tão atuando agora. Eles tão pescando muito de rede afundada, lá no mar, lá no marzão. Lá é 60, 70 milhas. Lá eles afundam a rede e aí eles vão puxando tudo. Eles arriam a 50 (rede de 50mm de malha), quando não a serreira mesmo (rede de 60mm de malha). Onde agente pescava por aí, que dava muita peixe pedra, eles tão acabando. Se é pra falar a verdade, a verdade é essa. Então eles exploram muito nosso Pará. Os cearenses exploram muito, demais mesmo. Porque o que tinha por aqui por perto eles já acabaram, agora eles tão tirando lá por fora.

Sobre a concorrência com os nordestinos e a diferença no tamanho das redes utilizadas, o Sr. G. B., 40 anos, pescador augustocorreense, informou:

A única coisa que é diferente da gente é a pesca da lagosta, que é pescada em alto mar. Agora, o serra, a pescada, e os outros peixes aqui do costeiro, é exatamente igual o da gente...e outra coisa, eles ainda utilizam métodos mais fácil que o da gente...em épocas anterior...agente saia daqui pra pescar, aqui no Jabutiteua, dava uma redada no serra, enchia o barco de serra, ia num dia voltava no outro. Agora não, você sai num sei quantas milhas, num dá pra contar, porque eu não tenho navegador, pra ir pescar e a produção ainda é pouca. O material dobrou, por exemplo, se eles levavam 3 mil metros, hoje eles levam 9, 10, 12, até 15 mil metros de rede.

Desta feita, segundo os pescadores locais os barcos de pesca nordestinos, que hoje concorrem com os barcos de pesca locais, operam com redes muito superior em tamanho às que são utilizadas pelos pescadores locais. Na pesca do serra, por exemplo, enquanto os barcos de pesca locais utilizam redes que medem, em torno de, três mil metros de comprimento, as embarcações dos armadores de pesca nordestinos trabalham com redes serreiras que variam entre 9 e 15 mil metros de extensão.

A fotografia 5, apresentada adiante, retrata uma rede serreira em um barco de pesca nordestino pronto para sair do porto de Augusto Corrêa em direção ao local de pescaria.



Fotografia 5: rede serreira em barco de pesca nordestino. Fonte: Glauco Araújo, pesquisa de campo, 2011.

Ainda sobre esta questão, declara o secretário de Meio Ambiente municipal, “Há diferença tanto no valor, na quantidade, como na forma de pescar. Por exemplo, o pescador nordestino ele pesca pargo, lagosta, a cioba, ele pesca ... tá pescando serra agora, também, que [antes] era só pescador da nossa região.”

Nesse sentido, também, assegurou o Sr. A. M. R., 40 anos, pescador local

[...] a partir do momento que esses cara chegaram aqui. Eu não quero incriminar os ciarence, né? Mas, que diminuiu, com certeza. Nós saía daqui com 800m de rede, chegava ali na barra, na frente do Mandarité (litoral de Augusto Corrêa) e quando vinha, vinha cheinha de peixe. A caixa, naquele tempo agente usava caixa de isopor, né? Agora é urna. Com 800m de rede, a caixa vinha cheinha, chega derramava por cima. Era serra, só considerado. Aí voltada de novo, aí tava lá o peixe, as vezes vinha dá bem no remanso. Agora não. Se agente não for sumindo de mato, lá fora, não mata nada.

Em consonância, asseveram outros entrevistados, pescadores locais

Ah, nossa rede tinha era mais que tinha era 200m. 200m era muita rede. Hoje o meu barco tem 6 mil metros de rede, meu irmão, tem 3 mil metros no barco e 3 mil em casa, porque o meu barco é pequeno, não pega isso tudo de rede. Mas quando vem de lá, é com duzentos, trezentos quilos de peixe, passando oito dias, cara. Porque tá difícil, a coisa tá cada vez mais difícil pra nós. (B.M.C, 69 anos, pescador artesanal).

E, ainda

Foi, com certeza...em épocas anterior...agente saía daqui pra pescar, aqui no Jabutiteua, dava uma redada no serra, enchia o barco de serra, ia num dia voltava no outro. Agora não, você sai num sei quantas milhas, num dá pra contar, porque eu não tenho navegador, pra ir pescar e a produção ainda é pouca (G.B, 49 anos, pescador artesanal).

Percebe-se, portanto, que as reclamações por parte dos pescadores locais sobre a atividade dos pescadores nordestinos começa quando estes entram efetivamente no território daqueles. Ou seja, enquanto a pescaria dos pescadores nordestinos se concentra apenas na captura de espécies que, por razões diversas, como tamanho e capacidade de carga das embarcações ou capacidade financeira para custear a pesca ou, ainda, falta de afinidade com as técnicas e instrumentos de captura, não fazem parte daquelas que os pescadores locais não pescam, as relações são mais amistosas.

Porém, quando os pescadores nordestinos começam a entrar nos limites territoriais definidos pelo uso costumeiro (FURTADO, 2003, p. 2), isto é, no(s) território(s) dos pescadores locais, forjados nas relações do labor cotidiano, onde os marcos não são necessariamente materiais; e os recursos desse(s) território(s) tornam-se mais escassos, passam a ser divididos ou apropriados de forma desigual e favorável aos pescadores de fora (pelo outro), então há o acirramento das diferenças, ou melhor das territorialidades, entre pescadores autóctones e os de fora, os “cearenses”.

Uma outra característica que distingue a pesca realizada por pescadores augustocorreenses e a pesca realizada pelos pescadores nordestinos diz respeito a divisão do trabalho entre a tripulação embarcada. Nos barcos de pesca locais e nos barcos de pesca dos “cearenses” existe uma hierarquia entre os tripulantes. A hierarquia se manifesta, principalmente, na figura do mestre e do pescador comum. O mestre é, via de regra, o

pescador mais experiente. Ele é o responsável pela embarcação e pela pesca. É ele quem comanda a embarcação e opera os equipamentos de bordo (GPS, rádio UHF/VHF, localizador e sonda, no caso das embarcações nordestinas). A figura do mestre é comum tanto nas embarcações de pesca locais, quanto nas embarcações de pesca nordestinas. Os demais pescadores dividem as funções de cozinheiro, gelador e pescador.

Mas, enquanto nas embarcações locais todas as atividades são realizadas por todos os pescadores, nas lanchas (como são chamadas as embarcações nordestinas) as funções são executadas separadamente, conforme a função de cada pescador no processo produtivo. Assim, nas embarcações locais todos lançam e puxam a rede de pesca ou o espinhel, todos cozinham, informou um entrevistado, pescador artesanal local e dono de uma pequena embarcação, juntamente com o seu pai e seu irmão. Nas palavras dele:

Bom, aqui é o seguinte: a pescaria é uma só. Se é pra puxar o espinhel, vamos pra lá, todo mundo prá proa, pra puxar o espinhel. E se não é pra puxar o espinhel, vamos atracar o barco, vamos ancorar, até chegar a hora de puxar o espinhel, aí todo mundo vai pra lá e puxa mesmo (A.M.R, 40 anos, pescador artesanal).

Dessa forma, no que diz respeito à pesca artesanal, representada na fala mencionada acima, a atividade é mais coletiva. Nela todos se envolvem em todas as partes da produção.

Entretanto, nas lanchas cada trabalhador exerce a sua função. O Sr. W. B. C., 38 anos, natural de Aracati – CE, pescador de uma lancha cearense, em entrevista, quando perguntado sobre a sua função dentro da embarcação, respondeu: “Agente...ali cada qual tem uma função...um puxa a rede, outro lava a lagosta, outro lava o peixe, cada qual um dia faz a comida, né? É assim, tem que alternar.”

Nesse sentido, a atividade pesqueira desenvolvida pelos pescadores nordestinos apresenta uma nítida divisão do trabalho. A função de cada trabalhador é cumprida de forma mais rígida. O que revela a existência de um maior grau de especialização do trabalho nas lanchas. Há, portanto, na atividade de pesca dos “cearenses” uma maior racionalização da produção, em detrimento do que ocorre na atividade desenvolvida pelos pescadores locais.

Por fim, há diferença também no ganho, ou seja, na distribuição da renda. Os pescadores locais recebem conforme o que foi capturado, deduzido o custo da pescaria (combustível, alimentação e gelo, principalmente). Os pescadores nordestinos recebem conforme a produção. Chegam a ganhar mais que os pescadores artesanais locais, mas não na mesma proporção, em relação à produção, que os pescadores locais.

Sobre a distribuição da renda entre os pescadores de um barco local, o presidente da colônia de pescadores de Augusto Corrêa, que é dono de uma embarcação, declarou o seguinte:

Eles ganham aqui, vamos dizer: se eu tenho um barco ele vai pro mar passa quinze dias, a pescaria dele deu quatro mil reais aí desses quatro mil reais nós vamos tirar mil reais de despesa, que agente leva, três mil reais fica...agente dá mil e quinhentos reais pro dono da embarcação e mil e quinhentos reais fica pra quatro ou cinco companheiros, conforme for o tanto de companheiro...então eles não são salarizados...o salário deles são do que faz... (A.R.B, 58 anos, presidente da Colônia de Pescadores local).

Em consonância com a declaração do presidente da Colônia de Pescadores, outro entrevistado, pescador artesanal local, fez o seguinte comentário sobre a distribuição da renda entre os pescadores de um determinado barco:

...é o seguinte: se a despesa deste barco dé R\$ 600,00 e você fizer R\$ 2.500,00, ou R\$ 3.000,00, que for, você tira a despesa (o rancho do barco, o abastecimento), aí o resto que sobrar você racha no meio com o dono do barco, o barco fica com uma parte e os pescadores ficam com a outra parte; A parte dos pescadores é dividida, pelo número de pescadores, mais uma, porque o mestre leva duas partes (A.M.R, 40 anos, pescador artesanal).

Já na pesca dos barcos nordestinos a relação é diferente. Os trabalhadores das lanchas ganham de acordo com a produção, mas numa proporção menor do que o que recebem os pescadores que trabalham nos barcos locais.

Sobre a distribuição da renda nas lanchas nordestinas, o Sr J. R. T., 36 anos, pescador de lagosta, natural de Acaraú – CE, afirmou: “Eu ganho por produção. Quanto mais produção ganha mais, né?” Da mesma forma, o Sr. W. B. C., 38 anos, natural de Aracati – CE, também pescador de lagosta declarou: “Em torno de um salário, salário e meio, varia com o que eu faço, né?”

De forma mais detalhada, o Sr. C. W., empresário do ramo da pesca, 31 anos, natural de Acaraú – CE, que já atuou como armador de pesca em Augusto Corrêa, informou que a divisão da renda nas lanchas de pesca nordestinas se dá diferente da divisão da renda nos barcos dos pescadores locais. Segundo ele, nas lanchas nordestinas, a remuneração do pescador pode ocorrer de duas maneiras, dependendo do interesse dos pescadores que fazem parte da tripulação da embarcação.

Conforme o entrevistado, em determinadas embarcações, 25% da produção bruta é destinado à tripulação: mestre e pescadores em geral. 10%, dos 25%, é destinado ao mestre e o restante (15%) é rateado entre os demais pescadores. Outra forma de remuneração é o pagamento por quilo de peixe ou lagosta capturado. Com relação à lagosta, o valor, por quilo, pago ao pescador, depende do preço desta no mercado. De acordo com o entrevistado, varia de R\$ 1,00 a R\$ 1,50, tendo chegado a R\$ 3,00, em 2000, quando o preço da lagosta chegou a R\$ 120,00.

Ainda segundo o Sr C. W., na pesca dos nordestinos, a despesa da embarcação não é dividida entre os pescadores. Apenas o dono da embarcação assume a despesa. Isto ocorre independentemente da pesca dar prejuízo ou lucro. Aqui reside, portanto, mais uma diferença em relação à pesca local. Nesta a despesa é dividida entre o dono da embarcação e os pescadores.

Dessa forma, embora os pescadores nordestinos, ou mesmo paraenses, que trabalham nas lanchas de origem nordestinas, às vezes, cheguem a ganhar mais, contudo, proporcionalmente, a sua renda acaba sendo menor que a renda dos trabalhadores das embarcações locais. Essa realidade demonstra que, nas lanchas nordestinas, a relação de exploração dos donos de embarcação sobre os pescadores é significativamente grande.

É importante lembrar, que a produção de lagosta, por exemplo, tem como destino a exportação e é comercializada em dólar. Mas o pagamento do pescador de lagosta não é realizado após a comercialização do produto. Seu pagamento ocorre, assim como todos os demais pescadores que não são os proprietários dos meios de produção, em duas partes. Uma antes de pescar, denominada “vale” e a outra quando ele chega do mar. E, enquanto o pescador das pequenas embarcações locais tem o conhecimento do valor total da produção, o pescador das lanchas nordestinas, via de regra não o sabe, principalmente no que diz respeito a lagosta.

O que não significa que não ocorra exploração do pescador na realidade da pesca local. É óbvio que há. Os relatos acima demonstram tal exploração. Para o pescador comum a realidade é sempre mais dura. A pesca não é alheia ao modo de produção capitalista, para que não manifestasse as contradições do sistema. Por isso, assim como nas demais dimensões socioeconômicas da realidade capitalista, na pesca a mobilidade social não é um fato comum, ou corriqueiro. O que se vê em Augusto Corrêa na atividade pesqueira é a reprodução e ampliação das desigualdades sociais, manifesta numa atividade econômica cada vez mais polarizada: de um lado um número cada vez menor de donos de embarcações e de outro um número cada vez maior de pescadores cada vez mais empobrecidos.

3.2 O CAPITAL LAGOSTEIRO NORDESTINO EM AUGUSTO CORRÊA: A ESCOLHA

A escolha dos lugares pelo capital não é aleatória, nem despropositada. Para que os lugares sejam escolhidos, a presença de determinados fatores é essencial. Vantagens como infraestrutura, mercado consumidor, mão de obra e matéria prima são elementos fundamentais

para que o capital escolha e se aproprie dos lugares. No caso de Augusto Corrêa, aqui estudado, o processo de escolha não foi diferente.

A seguir faz-se um detalhamento sobre a caracterização ambiental e a distribuição da lagosta, seguida do percurso feito pelo capital lagosteiro até aportar em Augusto Corrêa. Além disso, verificar-se-á que, vantagens como facilidade do deslocamento da produção, propiciada pela estrutura viária que conecta Augusto Corrêa às capitais nordestinas, desobrigação tributária local, ambiente natural propício, recurso natural abundante e fiscalização ambiental incipiente foram fatores decisivos para que o capital lagosteiro aportasse em Augusto Corrêa.

3.2.1 Caracterização ambiental e área de distribuição da Lagosta Vermelha (*Panulirus argus*) e da Lagosta Verde (*Panulirus laevicauda*)

Conforme Alessandra Cristina da Silva e Antônio Adauto Fonteles Filho, em obra denominada “Avaliação do defeso aplicado à pesca da lagosta no Nordeste do Brasil”, no qual os autores discorrem sobre a importância do defeso para a proteção e manutenção dos estoques de lagosta na referida região, a Lagosta Vermelha (*Panulirus argus*), apresenta uma área de ocorrência mais ampla do que a Lagosta Verde (*Panulirus laevicauda*). A *P. argus* pode ser encontrada em ilhas oceânicas, em bancos submarinos e na plataforma continental, manifestando-se desde Bermudas e Carolina do Norte (EUA), no Atlântico Norte, até o Espírito Santo, no Atlântico Sul. Quanto a *P. laevicauda*, espécie mais costeira, sua presença é comum nas áreas tropicais do Oceano Atlântico, se estendendo desde Cuba até o Espírito Santo (SILVA, FONTELES-FILHO, 2011, p. 22).

Ainda, conforme os referidos autores, a área total de captura da lagosta no Brasil se estende desde o extremo Norte até o estado do Espírito Santo, subdividindo-se em três sub-regiões: Norte, Nordeste Setentrional e Nordeste Oriental, cobrindo uma área total de 74.607 Km².

A sub-região Norte envolve os estados do Amapá, Pará e Maranhão, “[...] sendo seu substrato caracterizado pela predominância da fácies sedimentar arenosa, onde se destaca a presença de areia juntamente com material oranogênico bastante rico, que favorece principalmente o desenvolvimento de camarões e moluscos bentônicos” (SILVA, FONTELES-FILHO, 2011, p. 22). Quanto a outra parte, a denominada “fácies sedimentar” sua presença é menos concentrada quanto mais afastada da costa, onde a influência do sistema de drenagem dos rios amazônicos é mais reduzida. Portanto, de acordo com Silva e Fonteles-

Filho (2011, p. 22), “[...] a produção de lagosta será de certo modo, proporcional à área por este substrato...”.

Sobre as demais sub-regiões, Silva e Fonteles-Filho (2011) destacam o seguinte: a sub-região Nordeste Setentrional, que cobre os estados do Piauí, Ceará e parte do Rio Grande do Norte, apresenta um substrato formado predominantemente por fácies sedimentar de algas calcárias, o que propicia um ambiente extremamente favorável para a sobrevivência das lagostas. Quanto a sub-região Nordeste Oriental, esta cobre parte do estado do Rio Grande do Norte e se estende até o Espírito Santo, e apresenta os menores estoques de lagosta dentre as demais sub-regiões.

3.3.2 O percurso do capital lagosteiro até Augusto Corrêa

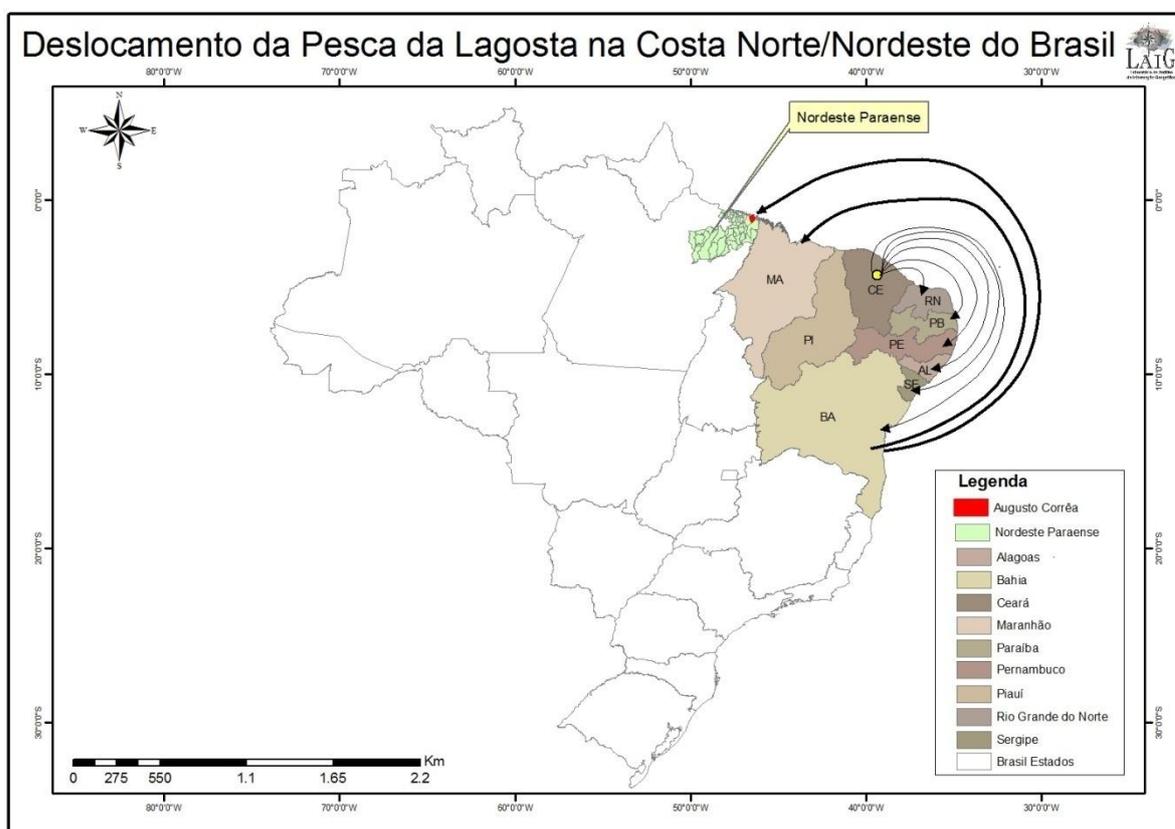
Conforme o prof. Dr. Israel Cintra, o recurso lagosta começou a ser explorado, no Brasil, em 1955, no estado do Ceará. A exploração e a comercialização desse recurso está relacionado às atividades de um norte-americano denominado pelos pescadores artesanais de Mr. Morgan. Inicialmente a pesca da lagosta (*P. argus* e *P. laevicauda*) tinha por objetivo, quase que exclusivamente, servir de isca para a pesca de um tipo de peixe, denominado biquara, espécie coralina e iguaria bastante apreciada nas praias Ceará. O consumo desse recurso no Ceará era basicamente realizado nas comunidades de pescadores, sem que houvesse uma procura comercial por esse recurso. Não havia, naquele período, se quer, conforme o Dr. Israel, restaurantes que oferecessem a lagosta como prato típico em seus cardápios.

De acordo com o prof. supracitado, o consumo e o uso comercial da lagosta já era uma realidade no exterior, principalmente nos Estados Unidos, para onde o tal Mr. Morgan começou a exportar, ainda viva, por via aérea, determinada quantidade da lagosta explorada e adquirida dos pescadores cearenses por um valor irrisório, se comparado ao seu valor no mercado internacional. Foi então que a pesca da lagosta começou a ganhar dimensão comercial, para nos anos seguintes se transformar no principal recurso pesqueiro explorado e comercializado no Ceará.

Inicialmente toda atividade relativa à captura da lagosta se dava de forma artesanal e circunscrevia-se apenas ao estado do Ceará. Segundo o prof. Dr. Israel Cintra, até os anos 80, do século passado, aproximadamente, todo o processo de produção e beneficiamento da lagosta estava concentrado em Fortaleza, Ceará. A partir do momento que a lagosta ganha

importância comercial têm-se início um processo de exploração crescente e expansão da área de exploração do recurso lagosta para outros estados do Nordeste.

O mapa a seguir representa graficamente o sentido do deslocamento da pesca da lagosta na costa Nordeste e Norte do Brasil.



Mapa 4: Deslocamento da pesca da lagosta na costa norte/nordeste do Brasil. Fonte: Pesquisa de campo, 2011. Elaborado por Joelma Costa.

A cartografia acima foi elaborada a partir das informações obtidas em entrevista com o prof. Dr. Israel Cintra, que afirma que até a década de 1970, a captura da lagosta era constante e abundante no estado do Ceará. A partir dos anos 80, do século passado, a lagosta começa a se tornar escassa naquele estado e então os donos de barco e pescadores começam a explorar a lagosta em outros estados nordestinos, como Pernambuco, Rio Grande do Norte, chegando, nos anos de 1990, até o sul da Bahia. Foi também na última década do século XX que a pesca de lagosta começou a ser explorada na Região Norte. Assim, conforme a pesca da lagosta ia ficando mais distante, os pescadores atracavam nos portos de determinadas cidades dos referidos estados, como, por exemplo, Touros (RN), Valencia (BA), Augusto Corrêa (PA) e Bragança (PA), de onde a lagosta era transportada através de caminhão para Fortaleza.

Os trechos de entrevistas a seguir, tomadas junto a pescadores e armadores de pesca de lagosta nordestinos, confirmam a informação prestada pelo prof. Dr. Israel Cintra:

Já passei de um ano fora, seis meses. Recife, na Paraíba, na Bahia, no Rio Grande do Sul [...] já morei em todo canto. É. Na Bahia, Pernambuco, Paraíba foi na pesca também e a pesca lá era lagosta e a lagosta lá não tem condições mais de pescar. E agente tem barco, tem que pescar [...] Só tem que pescar aqui, né? (A.L.S., 48 anos, armador de pesca, natural de Icapuí – CE).

Quando eu vim pra cá eu parei por São Luis. Ali, em São José de Ribamar. Eu passei um tempão trabalhando por lá. Eu comecei a sair de lá, mesmo, em 1992. Em 92 foi, como se diz, a primeira ribada que eu fiz. Ai eu fui pro Maranhão primeiro, depois foi que eu vim pra cá. (J.M., 60 anos, armador de pesca, natural de Beberibe, CE).

Eu nasci em Aracatí, mas eu passei muito tempo, uns vinte e tantos anos, morando em Capuí, aqui to com uns 9, mas uns vinte e cinco anos passei em Capuí [...] lá se trabalha mais com pesca, pesca. Como eu disse, é a questão porque lá a pesca ta um pouco defasada, né? A pesca tá defasada, né? Gente teve que sai, né? Veio descendo, e veio chegar aqui, né? A. Corrêa, Piauí, A. Corrêa...veio ficar aqui mesmo no Pará. Foi no mesmo sentido, a pesca. (WALDIC BEZERRA COSTA, 38 anos, cearense).

Eu tive paradeiro em Camucim (CE). Eu tive paradeiro em barreirinha (MA). Eu tive quatro anos em São José de Ribamar (MA). De São José de Ribamar viemos pra cá (C.A.R, 63 anos, armador de pesca, cearense).

Como se tornava cada vez maior a distância entre o local de captura e o Ceará, consequentemente ficava mais alto o custo de deslocamento dos pescadores de lagosta do porto onde eles atracavam para o desembarque da produção e os seus lugares de origem, muitos deles começaram a se estabelecer nesses lugares onde aportavam, trazendo em seguida, principalmente aqueles que eram casados, seus familiares. Assim, para o prof. Dr. Israel Cintra, esse processo está na origem da migração de pescadores de lagosta cearenses para outros estados nordestinos.

Até 1990, aproximadamente, a pesca da lagosta no Brasil seguia sempre em direção ao Sul, destaca o prof. Dr. Israel Cintra, a partir de várias entrevistas que fez junto a pescadores, empresários e armadores de pesca de lagosta, enquanto pesquisador e membro do Subcomitê Científico do Comitê Gestor do Uso Sustentável da Lagosta (SCCGSL). A partir de então, afirma o professor, a pesca da lagosta começa a ser explorada na Região Norte.

A pesca da lagosta no Norte do Brasil está atrelada a pesca industrial de camarão rosa (*Fartantepenaeus Subtilis* – Pérez Fartante, 1967, *Fartantepenaeus Brasiliensis* – Latreille, 1817) e de camarão sete barbas (*Xiphopenaeus Kroyeri* – Heller, 1862). Essa atividade é realizada através de rede de arrasto, que além do camarão traz muitas outras espécies, dentre elas, em determinado período do ano, lagosta. Essa informação, conforme o prof. Dr. Israel Cintra, chegou até os pescadores de lagosta do Nordeste, em 1993. O que fez com que alguns

barcos lagosteiros cearenses se deslocassem do sul da Bahia para o nordeste paraense. Porém, em virtude da presença abundante de lagosta no sul da Bahia, além do fato de que o tempo gasto para escoar a produção de lagosta do Pará, de lugares como Augusto Corrêa e Bragança, para o Ceará, era de dois a três dias. Isso fez com que, naquele momento, a pesca da lagosta no nordeste paraense se tornasse inviável do ponto de vista econômico.

No Nordeste a pesca da lagosta ocorre em águas rasas, devido a plataforma continental naquela região não ser tão extensa e profunda, além das condições ambientais, como salinidade e um substrato formado predominantemente por fácies sedimentar de algas calcárias propícias para reprodução da lagosta. Por isso, é muito comum, diz o prof. Dr. Israel Cintra, o pescador de lagosta sair de manhã para colocar a arte de pesca (rede caçoeira e manzuá, por exemplo) e retornar à tarde para buscar o respectivo petrecho; ou ainda, mesmo na praia pegar lagosta, até mesmo de mergulho. Diferentemente do que ocorre no Norte.

Segundo o prof. Dr. Israel Cintra, no Norte, tem dois bancos de reprodução de lagosta: um no Pará, em frente à Ilha de Marajó, e outro no Amapá. O banco de reprodução de lagosta presente no Pará, está localizado há, aproximadamente, 100 milhas náuticas de Belém, a uma profundidade de, aproximadamente, de 90m. Ou seja, para o pescador artesanal, que utiliza embarcações de pequeno porte, que demorariam em torno de três dias para chegar no pesqueiro, a pesca de lagosta se tornaria inviável economicamente. Além disso, a corrente marítima sul-equatorial, que atua no local onde está situado o banco de lagosta no litoral paraense, é muito forte.

Mas, no entanto, diante da crise que se abateu sobre o setor lagosteiro na segunda metade da década de 1990, a solução foi explorar os bancos de lagosta da sub-região Norte que, segundo Silva e Fonteles-Filho (2011), envolve os estados do Amapá, Pará e Maranhão, e apresenta um substrato caracterizado pela predominância da facies sedimentar arenosa, onde se destaca a presença de areia juntamente com material orogênico bastante rico, que favorece principalmente o desenvolvimento de camarões e moluscos bentônicos.

Os dados estatísticos do MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), de 2008 e 2009, atestam que a última grande produção de lagosta no Nordeste brasileiro ocorreu em 1995, quando o Brasil, puxado pela baixa produção nordestina, alcançou uma produção de 10.338t. O MPA afirma, contudo, que somente a partir de 2007 o setor lagosteiro tem apresentado uma recuperação importante: passou de 6.478,5t, em 2007, para 6.746,8t, em 2008, e, em 2009, chegou a 7.170,8t. Um crescimento médio de 5,2% ao ano.

Assim, de acordo com o prof. Dr. Israel Cintra, em 1996, diante do colapso por que passou a produção de lagosta no Nordeste, diante do decréscimo vertiginoso da produção de lagosta e a conseqüente elevação do preço desse recurso, a exploração da lagosta no nordeste paraense se tornou plenamente viável economicamente.

Sobre esta questão, afirmou um armador de pesca:

A escassez da atividade lá. A pesca começou a fracassar. Aí pronto. Agente tentou vir ao Norte. E como aqui tem pesca o ano todo. Tem a pesca do serra, que acabou agora. Acabou, agente vai passar pra pescar lagosta. Tem a pesca do pargo, que também começa agora, que tá na safra do pargo. E tem outras atividades, que aqui não falta. Então tem o serra, tem o pargo, tem a lagosta. Apesar da pesca da lagosta aqui não ser tão rentável, porque o custo da pesca da lagosta, aqui, é mais alto do que lá. Mas, lá ficou muito difícil de trabalhar. Quer dizer, se trabalha dois meses lá e acaba a pesca. Aqui se consegue trabalhar, pelo menos, quatro meses de pesca de lagosta (J.M, 60 anos, armador de pesca, natural de Beberibe – CE).

Compartilhando com essa declaração, outro armador de pesca, o sr. C.A.R., 63 anos, cearense, respondeu:

Esses deslocamentos em virtude das circunstâncias de diminuição de produção. Porque vamos dizer que hoje se pegava 300 quilos de lagosta, descia aqui pro mar da Barreirinha pegava 500, descia aqui pro Maranhão, pegava 600, e lá cada vez mais diminuindo, lá agente passava pra 100, 150, 130 e aqui a produção era mais, era 400, era 500, era 600 [...] aqui a produção de barco varia muito, você hoje pega 400 quilos, amanhã só pega 200 [...] ninguém tem uma produção definitiva...até porque as condições de barco varia muito [...] uns podem passar um mês no mar, outros passam só cinco (dias), então isso varia muito.

Destarte, no final dos anos 90, do século XX, 1998, 1999, o capital lagosteiro nordestino desembarcou no nordeste paraense, especialmente em Augusto Corrêa, trazendo consigo um grande contingente populacional. Dessa forma, segundo o prof. Dr. Israel, toda a produção de lagosta realizada por esses barcos de pesca do Nordeste era desembarcada em Augusto Corrêa e de lá seguia, principalmente, para o Fortaleza/CE.

Mas, para o prof. Dr. Israel Cintra, o que promoveu o deslocamento desse setor para o Pará, em especial para a mesorregião do nordeste paraense não foi a pressão exercida pela fiscalização de organismos federais contra a pesca predatória de lagosta no Nordeste, como o IBAMA. Segundo o entrevistado, essa questão ele acompanhou de perto, participou do processo. Ele, o entrevistado, na condição de único representante do Comitê Científico do Uso Sustentável da Lagosta da Região Norte, afirma que a migração da pesca da lagosta para o nordeste paraense está relacionada a determinadas decisões tomadas pelo IBAMA em relação à pesca da lagosta, através de rede caçoeira.

Neste sentido, quando foi perguntado a um armador de pesca se o acirramento das leis ambientais teria sido um dos fatores responsáveis para que os donos de barco lagosteiros

tivessem decidido deslocar a sua atividade para Augusto Corrêa, já que aqui a fiscalização é menor, ele respondeu:

Não. A lei que tá aí, ela é até boa. Porque ela gera um defeso de seis meses, como a da lagosta. E isso tornou a atividade até mais viável economicamente. As outras pescarias, tem o pargo que tem defeso de quatro meses. Isso também ficou bom pra atividade. A lei só em contribuído pra que a pesca se torne melhor. As outras pescarias, aqui, não tem defeso. O serra, por exemplo, não tem defeso. Eles querem fazer uma implantação de defeso pro serra, não sei quando. Mas, eles comentam que vão fazer, o IBAMA e o Ministério da Pesca (J.M., 60 anos, armador de pesca, natural de Beberibe, CE).

O prof. Dr. Israel Cintra, afirma que durante os anos 2001, 2002 e 2003, período em que a pesca da lagosta no Nordeste apresentava-se praticamente esgotada, o Subcomitê Científico do Comitê Gestor do Uso Sustentável da Lagosta (SCCGSL), vinculado ao IBAMA, começou a coletar dados sobre a pesca da lagosta. O Subcomitê Científico embarcava pesquisadores para coletar os referidos dados nos barcos lagosteiros, afim de sistematizá-los e analisá-los para, a partir daí, propor uma política nacional que possibilitasse o uso sustentável do recurso lagosta.

Porém, nesse mesmo período começou um debate nacional sobre a manutenção ou proibição do uso de caçoeira na pesca da lagosta. O IBAMA queria o fim da pesca de lagosta através de caçoeira; queria que os pescadores em todo o Brasil passassem a utilizar apenas covos para a captura de lagosta. Essa exigência do IBAMA foi, então encampada pelos pescadores artesanais de lagosta nordestinos, que não utilizavam a caçoeira na captura da lagosta e estavam vendo a sua fonte de renda, o recurso lagosta, se exaurindo.

O IBAMA, então, fez uma ampla consulta entre os pescadores de lagosta em todo o Brasil. Ocorreu que, os pescadores nordestinos de lagosta pediram um tempo (período de um ano) para ajustarem suas práticas em relação às exigências do IBAMA, ao passo que os pescadores de lagosta da região Norte, onde a pesca de lagosta só se realizava de caçoeira, não pediram nem um tempo determinado para se ajustarem e nem mesmo a suspensão do uso de caçoeira na pesca da lagosta. O resultado foi que a pesca da lagosta com caçoeira foi liberada no Nordeste, por um ano, e no Sudeste (no estado do Espírito Santo) sequer foi proibida, mas no Norte ela foi completamente proibida.

Contudo, a sra. A.M.R., 51 anos, descendente de nordestinos, moradora de Augusto Corrêa, proprietária de uma vila de casa, onde moram vários pescadores nordestinos, e um comércio, lugar de encontro de pescadores, quando estão em terra, verbaliza que os próprios pescadores afirmam que a atividade lagosteira através de caçoeira, apesar de extremamente predatória e danosa ao meio ambiente marinho, é o método que eles mais usam nas

embarcações para a captura da lagosta no litoral paraense. Em entrevista ela declara o seguinte: “Converso. Geralmente a minha conversa é com eles mesmo, por que são eles que moram aí na vila, né?”

Quando perguntado a ela sobre a razão a que eles (pescadores nordestinos) atribuem à queda drástica da produção de lagosta no Nordeste, ela afirma:

A rede [se referindo à caçoeira] [...] a pesca com rede. Eles acham que, na visão deles, eu não sei se eles tão certo, né? Eles acham que a rede, quando eles lançam a rede ao mar eles tiram tudo, eles chamam de, o coral, né? O coral que tem no mar, eles chamam de bofe, então quando eles põe a rede, que eles tiram a rede da lagosta eles trazem todo aquele...o coral vem embora, vem peixe pequeno, vem tudo...acaba tudo, vai destruído. Então eles acham que é a rede, todos eles acham isso. Foi, com certeza, acabaram tudo. E hoje eles já tão se cuidando mais, né? Já tem gente que ta se cuidando, já dá um tempo...pra parar a pesca, pra vê se não acontece no Pará o que aconteceu no Nordeste.

Mas isso, conforme o prof. Dr. Israel Cintra, é uma questão de organização profissional. Enquanto o setor lagosteiro no Nordeste estava organizado, já naquele momento, possuindo um sindicato forte, e que participava de forma bastante atuante dessa discussão, os pescadores do Norte não apresentavam o mesmo grau de organização profissional e sindical. Até porque a pesca da lagosta no Norte era praticamente inexistente e o empresariado regional estava mais preocupado com a pesca do camarão, sua principal fonte de lucro. Portanto, seu posicionamento em relação à problemática em questão foi indiferente.

Certo é que a dinâmica econômica do município de Augusto Corrêa foi fortemente impactada, pois além da “violenta migração”, palavras do prof. Dr. Israel Cintra, esse segmento econômico grande poder econômico. Os empresários, armadores de pesca e pescadores de lagosta compraram imóveis, alugaram casas, compraram terrenos; atraíram outros investimentos, como lojas de peças e equipamentos para pesca, oficinas de motores diesel; fez crescer o comércio de produtos no varejo local, através da compra de mercadorias e gêneros alimentícios para consumo nas embarcações, etc. Isso, conforme o entrevistado, dinamizou o comércio local, que até então não havia conhecido um incremento tão significativo.

Mas não apenas a dinâmica econômica foi afetada, a dinâmica social foi impactada. Conforme o prof. Dr. Israel Cintra, outra atividade que se desenvolveu no lugar com a migração de nordestinos para Augusto Corrêa, foi a prostituição. Foi nesse contexto, que vários prostíbulos foram criados na sede do município, para onde afluíam muitos pescadores de lagosta ao desembarcarem no lugar, após um período no mar, que durava entre 8 e 15 dias.

3.3 O CAPITAL LAGOSTEIRO EM AUGUSTO CORRÊA: A TERRITORIALIZAÇÃO DOS NOVOS ATORES NA CENA LOCAL

O processo de territorialização é relacional, dinâmico e inevitável. Enquanto processo relacionado ao movimento, a territorialização se manifesta pela ação de apropriação constante e concomitante dos sujeitos sobre o espaço, pela tensão entre o conjunto de forças (políticas, econômicas e culturais) que operam nas relações de poder definidoras e delimitadoras do território.

A territorialização se manifesta, portanto, na ação dos grupos ou dos indivíduos, nas suas práticas cotidianas, das mais simples às mais complexas. A territorialização está relacionada ao processo de apropriação/construção do território. Ela está, dessa forma, intrinsecamente ligada ao jogo de forças que envolvem as ações dos sujeitos ou grupos no processo de construção de seus territórios, bem como em todas as suas ações produtivas.

Assim, sendo a territorialização enquanto processo de produção do território, Raffestin (1993, p. 152) afirma que ela se manifesta até mesmo na ação de “[...] um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento”.

E continua:

Em graus diferentes, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder...relacional...Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153).

Ainda sobre o processo de territorialização, Marco Aurélio Saquet, discutindo sobre “Os tempo(s) e o(s) território(s) da migração no Sul do Brasil”, destaca o seguinte:

Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização precisam ser considerados como movimento no tempo e no espaço, ou seja, como movimentos concomitantes/coexistentes e historicamente definidos por um jogo de forças econômicas, culturais e políticas. Esses processos são consubstanciados por sujeitos que estabelecem redes sociais, simbólicas e materiais entre si e com sua natureza exterior. Há mediações técnicas, tecnológicas, religiosas, identitárias, enfim, materiais e imateriais na produção do território que precisam ser desveladas juntamente com as relações de poder que caracterizam cada tempo e cada território (SAQUET, 2010, p. 110).

Nesta perspectiva, a territorialização, além de envolver o processo de apropriação e construção material do território, onde o jogo do poder se cristaliza, envolve também uma dimensão simbólica, não menos concreta, que envolve a cultura e a subjetividade dos atores ou grupos de indivíduos envolvidos na disputa pelo território (HAESBAERT, 2004).

Sobre este aspecto a língua e suas variações, seus sotaque também são, talvez, a mais contundente forma de manifestação da territorialidade. Neste sentido, o sotaque e o linguajar

local já não são os únicos a serem ouvidos nas conversas do “beiradão”, na “cabeça da ponte”, isto é, no porto, às proximidades do mercado municipal. O pronome ‘tu’, dos mais usados pela população augustocorreense em geral alterna-se com o a contração ‘ce’. As expressões, como ‘égua muleque!’, “ma rapaz!”, próprias do lugar, são alternadas com as expressões ‘ó xente minino!’, “ê, macho”, “viche!”. Além, obviamente, do forró, cuja sonoridade e estilo de dança são amplamente disseminados e incorporados pela população local.

Além disso, o “modo de vida”, para usar a expressão cunhada por Paul Vidal de La Blache, enquanto especificidade de um grupo social, que envolve sua cultura, valores, regras e práticas, do migrante de pesca nordestino se impôs com toda a força, conforme pode ser percebido no fragmento de entrevista a seguir:

Aqui, quando a gente veio a primeira vez, Augusto Corrêa ficou transformada numa cidade 24h. Eu cansei de vim aqui, na praça, era todo mundo direto aí [...] os pescadores vinham fazendo farra por aí, gastando o que eles ganhavam, e agente, também. Não tinha família, como eu continuo não tendo família. A minha família mora lá (J. P., 60 anos, armador de pesca).

Dessa forma, o processo de apropriação do espaço e dos recursos, bem como a afirmação cultural, isto é, a territorialização, tanto dos migrantes (os “cearenses”) quanto dos pescadores e população local (quase que de forma generalizada), em Augusto Corrêa pode ser percebida e compreendida nas entrevistas abaixo transcritas.

Na perspectiva de um “cearense”, a territorialização do migrante se dá pela força. Contra ela são sempre erguidas barreiras, obstáculos, resistências.

Você vê que todos os lugares, todos os estados existem pessoas amigas e pessoas que procuram ser inimigas, né? Ninguém nunca encontra as pessoas, de um modo geral, que lhe apóie, que lhe encare com total apoio...é aquela velha história: chega aqui eu vou com sua cara, aí chega ali...rapaz, eu não fui com a cara desse sujeito não. Não existe isso? Porque as pessoas não são iguais, tem pessoa que lhe trata bem, outras que não lhe trata (C. A. R, 63 anos, armador de pesca, Icapuí – CE).

A territorialização do grupo migrante é um processo impetuoso, que não pede licença. É um processo não necessariamente consentido, sem resistência. Isto é, conforme Haesbaert (2004, p.236 e 237), a territorialização pode se manifestar no movimento, na fricção constante onde territórios são colocados em questão, destruídos e reconstruídos.

Neste sentido, para um outro entrevistado, morador de Augusto Corrêa, a territorialização dos migrantes nordestinos ocorre

[...] como você diz, a questão das pessoas [...] é igual uma guerra, um exército invade e já deixa a prole [...] se une soldados com outros povos e aí já vai havendo a miscigenação, sei lá [...] até normal [...]. Tem quantos augustocorreenses casados com cearenses, né (mulheres)? [...] e mulheres casadas com cearenses fruto desse movimento. E, aí, como eu ia dizendo [...] veio assim, veio encostado mesmo, assim,

com poucos recursos, veio trabalhar [...] já fizeram casa, já constituíram família aqui em A. C., já estão integrados à sociedade [...] esses não voltam, mas é uma minoria diante desse grande fluxo que veio no passado (A. B., autoridade pública local).

Tem-se, portanto, que uma das facetas do processo de territorialização ocorre a partir da fixação no local de destino e através do estabelecimento de laços de relacionamentos familiares entre aqueles que chegam e os moradores do lugar. No caso de Augusto Corrêa, conforme pode ser observado na transcrição acima, assim como nos diálogos informais com vários moradores, o processo de territorialização dos migrantes nordestinos, principalmente pescadores, ocorreu e ocorre a partir da compra de terrenos, construção ou alugueis de casas, além do estabelecimento de laços matrimoniais entre pescadores nordestinos e mulheres naturais de Augusto Corrêa. Vale ressaltar que o casamento ou a união estável entre migrantes do sexo masculino com as mulheres do lugar é mais comum do que o contrário.

Sobre a compra o aluguel e a compra de casas, e a compra de terrenos realizados como estratégia de territorialização adotada pelos migrantes nordestinos, diz um entrevistado

[...] cresceu muito, ninguém nem ouvia falar em aluguel de casa aqui, agora cresceu muito...todo mundo aqui fez casinha pra alugar [...] quando eu cheguei aqui, lá na Paqueta, eu morava em baixo disso daí [...] bacurizeiro [...] é [...] não tinha casa pra alugar em A. Corrêa, não tinha nada. (C. A. R. armador de pesca cearense, 63 anos).

Em outra entrevista, a sra M.J.R.D., natural de Acaráu/CE, que veio para A. Corrêa depois do esposo, que é pescador de lagosta, ter vindo e se estabelecido no lugar, afirmou que a maioria dos cearenses que vieram para Augusto Corrêa se localizaram no centro da cidade, em casas alugadas ou mesmo compradas.

Outra forma de manifestação da territorialidade do grupo de indivíduos que migrou para Augusto Corrêa recentemente, em virtude da pesca da lagosta, está relacionada a uma “nova” concepção de trabalho e a introdução de um conjunto de técnicas e tecnologias que não coadunam com a prática, as técnicas e as tecnologias que eram, ou que em parte ainda são, características dos pescadores do lugar.

O mundo do trabalho que desembarcou em Augusto Corrêa, juntamente com os pescadores nordestinos, a partir da década de 1990 é permeado por um conjunto de atores, técnicas e tempo que não era comum à comunidade pesqueira local.

A figura do empresário, do armador de pesca e do pescador de lagosta; a utilização do manzuá quadrado de madeira e nylon e depois do de ferro, a garatéia (rede de arrasto utilizada na captura da lagosta); as embarcações com motores de grande potência; o emprego de sonares, sondas, navegadores e GPS; além de um ritmo de trabalho muita mais rápido, talvez

frenético, se comparado com o ritmo do tempo a que os pescadores locais estavam acostumados.

A figura desses atores, dos “novos” equipamentos e tecnologias e dos novos padrões e valores inseridos por eles na cena social e econômica de Augusto Corrêa introduz, certamente, novas formas capitalistas de realização do trabalho na atividade pesqueira do município.

Neste sentido, Marx (1974) apud Mello (1993, p. 89), afirma que “Depois que os instrumentos se transformaram de ferramentas manuais em ferramentas incorporadas ao um aparelho mecânico, a máquina motriz, o motor, adquire uma forma independente, inteiramente livre dos limites da força humana”. Assim, a “nova” atividade pesqueira que se desenvolve em Augusto Corrêa pelos “cearenses” se estrutura sob a égide da tecnologia, posto que ela precisa de um conjunto técnico que lhe permita superar as restrições técnicas da pesca tradicional. É o aparato tecnológico, produzido a fim de atender as necessidades de uma produção cada vez maior, intensa e extensivamente, que vai possibilitar o acesso aos recursos pesqueiros. É uma atividade regulada pelas imposições do mercado, seu principal regulador.

Esta ideia é confirmada pelos trechos das falas dos entrevistados a seguir. Em entrevista realizada durante a pesquisa de campo, dois entrevistados, todos armadores de pesca nordestinos, naturais do estado do Ceará, que atuam atualmente em Augusto Corrêa são enfáticos ao afirmarem que a produção e o preço da lagosta capturada em Augusto Corrêa é influenciada pelo mercado nacional e internacional, pois o seu destino também são os respectivos mercados.

Falando sobre a queda da produção e do preço da lagosta, o Sr. C.A, 63 anos, declara o seguinte:

[...] têm dois fatores: o dólar, a queda do dólar, e a qualidade da lagosta [...] o preço caiu lá fora. Caiu tanto, que teve muitos empresários que quebraram tudinho. Porque? Pelo menos lá em Taiarema teve gente que voltaram com 50 tonelada de lagosta lá de fora. Porque? Porque não queriam, que a lagosta ia, chegava lá não passava no teste, voltava pra trás. Agora, do ano passado pra cá, todo mundo ta cuidando direitinho, que os barco vão pro má passam 8, 10 dias [...] já traz a lagosta [...] a lagosta ta criando mais valor [...] não fosse isso [...]. Há dez anos atrás, qualquer empresário comprador de lagosta lá fora e os daqui, faltando quatro meses eles mandavam o dinheiro era em carreta [...] tanto dinheiro, tanto dólar [...] pra pagar os empresários que forneciam a lagosta pra eles. E nós, armadores de pesca, não durmia de noite com os donos de firma em cima da gente com os carro cheio de dinheiro [...] fique com tantos, fique com tantos milhões, fique com tantos mi, fique, fique. E agente: não, não quero não [...] Hoje, só compra lagosta em consignaço: se a lagosta for boa fica com ela, se a lagosta não for boa volta pra trás [...]

E sobre o destino, o Sr J. M, 60 anos, afirma: [...] é pra exportar. Toda ela. A lagosta toda é exportada, do porto aí de Belém. Poucas vão pra Fortaleza. Tem uma pessoa de lá que

vem buscar aqui, mas como o custo é elevado...Esse ano, parece que vai ser tudo exportado aqui por Belém.

O secretário de meio ambiente de Augusto Corrêa, em entrevista aponta algumas das características da atividade pesqueira desenvolvida por pescadores nordestinos:

[...] o pescador nordestino, ele já não pesca a pesca artesanal, já é mais comercial, que ele busca mais o mar aberto. Por exemplo, se um pescador local ele pesca com um barco do tamanho de cinco a seis metros, já o pescador nordestino ele já não pesca com essa mesma proporção de tamanho do barco; a proporção dele é de 30, 40, 50, 80 toneladas; até o valor de despesa que ele gasta é diferente, por exemplo, um pescador que é considerado aqui no nosso local, que gasta, por exemplo, pra despesa de mil reais, um pescador desse nordestino, que é considerado industrial ele gasta 30, 40, 50 mil reais de despesa. Há diferença tanto no valor, na quantidade, como na forma de pescar. Por exemplo, o pescador nordestino ele pesca pargo, lagosta, a cioba, ele pesca [...] tá pescando serra agora, também, que era só pescador da nossa região. E os nossos pescadores locais, não.

Um empresário local fez o seguinte comentário:

Até a chegada dessas barcas aqui em A. Corrêa, ninguém sabia, nem conhecia a palavra navegador. Falava em navegador, ninguém sabia o que era. O que é navegador? Então navegador é um aparelho no barco que é pra localizar o cardume do peixe lá numa profundidade considerável. E os barcos de A. Corrêa não tinham isso aí. É. Tipo GPS. A pesca dos moradores de A. Corrêa era assim: com [...] eles (os pescadores tradicionais) viam o movimento da sardinha, iam lá e colocavam a sua rede. (G. L. S., 40 anos).

Esses elementos são manifestações da territorialidade dos novos atores que estão presentes na realidade social e econômica do município de Augusto Corrêa. São formas exógenas de realização do trabalho na pesca que se impõem. São características de uma forma de apropriação dos recursos pesqueiros, cuja especificidade e magnitude, até o momento anterior à chegada desses novos atores sociais, não eram comuns à atividade pesqueira local, marcada, até então, pelo desenvolvimento da pesca artesanal.

Assim, uma boa pescaria deixa de ser mediada pela habilidade do pescador, no manejo da rede, do espinhel ou do arpão, ou pelos conhecimentos herdados de seus ancestrais ou cognitivamente adquiridos ao longo de sua trajetória na atividade de pesca, que lhe permitem construir o curral no local adequado, perceber os cardumes, verificar se "a maré está pra peixe" ou não.

Uma boa pescaria fica agora atrelada, principalmente, a habilidade do pescador em manejar bem os equipamentos modernos de localização e captura do pescado: o GPS e a sonda, por exemplo.

Juntamente com as "novas" tecnologias (GPS, sondas, rastreadores via satélite, rádios comunicadores), novas se comparadas aos equipamentos, aparatos da pesca tradicional, chega

também uma “nova” forma de percepção sobre a pesca e sobre os indivíduos que a desenvolvem. Estabelece-se, portanto, um novo parâmetro para definir o grupo de trabalhadores mais apto, “mais trabalhador”, mais esperto.

Outro elemento importante a destacar nesse processo é o padrão de referência que se estabelece para comparar e distinguir o pescador artesanal local e o pescador de fora, a população local e os imigrantes nordestinos: os “cearenses”. Este fato também pode ser identificado como uma das manifestações da territorialidade dos migrantes de pesca nordestinos, “os cearenses”.

Os pescadores “cearenses” oferecem o padrão a ser seguido. São aqueles que não descansam, não param, trabalham dia e noite; são aqueles que quando para um tipo de pesca já passa imediatamente para outra. Em contrapartida, o pescador artesanal local é o indolente, o preguiçoso, o acomodado, o “comedor de vale”, nas palavras de um armador de pesca nordestino.

Neste particular, também, se observa como o modo de produção capitalista vai se estabelecendo e impondo novas normas, regras e valores sobre o modo de vida e a cultura do trabalho locais.

Assim, esses novos padrões e valores se estabelecem no seio da sociedade local, no mundo do trabalho local. São padrões e valores criticadas por muitos pescadores locais, mas admiradas e incorporadas por outros, que inclusive passam a perceber as formas de trabalho locais ultrapassadas e inadequadas.

Sobre essas duas percepções relativas ao universo do trabalho que se implanta em Augusto Corrêa, a partir da inserção desses novos atores, os migrantes de pesca nordestinos, as transcrições das entrevistas a baixo são esclarecedoras.

Primeiramente aqueles que admiram, concordam e entendem que são valores, normas, técnicas e tecnologias de trabalho que devem ser copiadas e incorporadas como forma de possibilitar maior produtividade à atividade pesqueira local.

Então hoje, os ciarenso, como a gente diz, eles deram um impulso muito grande aqui na nossa cidade, que tive um movimento [...]. Aí melhorou o que? Melhorou o comércio, melhorou na área de pesca, porque nós não tínhamos as embarcações que hoje os ciarenso tem,...o que é o tipo da pescaria? É o pargo, é o lagosto é que mais eles pescam lá [...] quando o pargo ta no defeso eles pescam o serra, quando é o lagosto que está no defeso eles param e fazem outra atividade de pescaria, com isso não para [...] eles pararam agora novamente por causa...do serra porque vai entrar, me parece, agora do dia 25 de junho, me parece, entra no período da pesca do lagosto e do pargo [...] é que eles vão continuar (A.R.B, 58 anos, pescador e presidente da Colônia de Pescadores).

Olha, o que motivou os ciarenso chegar até aqui foi o peixe, o lagosto, que ta dando muito mais que até próprio lá na área deles. Pra você vê que eles pescou seis mês de lagosto, seis mês de pargo [...] quando é suspenso eles tem direito a seguro defeso, mas mesmo assim eles não param, eles parte pra outra pescaria, eles parte pa pescaria do serra [...] (A.R.B, 58 anos, pescador e presidente da Colônia de Pescadores).

Bem, eles são umas pessoas trabalhadoras, não medem esforços pra alcançar seus objetivos [...] não tem hora, não tem dia, entendeu? É o que dá pra perceber, assim, do tempo que eu já conheço essas pessoas (A.J.R.S, 34 anos, torneiro mecânico).

Obviamente, o que está posto acima é uma percepção que não leva em consideração a esgotabilidade dos recursos pesqueiros no município, desconsiderando o fato de que o deslocamento da modalidade de pesca, que envolve toda uma cultura de trabalho e seu conjunto técnico e tecnológico, que acompanha os empresários, armadores de pesca e os pescadores nordestinos em seus constantes deslocamentos e “paragens” ao longo da costa Norte-Nordeste do Brasil, é uma modalidade que tem por característica ser predatória, tanto dos estoques de recursos, quanto do meio ambiente em que esses estoques se desenvolvem.

Mas, se a obsessão pelo trabalho e pelo lucro, própria da atividade de pesca desenvolvida pelos atores sociais da pesca da lagosta, isto é, pelos migrantes de pesca nordestinos, é uma das características mais admiradas por muitos pescadores locais, o mesmo não se pode dizer de outras especificidades inerentes a essa atividade, como a redução drástica dos recursos pesqueiros (sejam crustáceos, sejam peixes) e os danos ao ambiente da pesca marítima.

É o que afirmam os críticos, ou melhor, grande parte dos pescadores artesanais de Augusto Corrêa, que condenam as práticas, técnicas e equipamentos utilizados na atividade de pesca desenvolvida pelos migrantes de pesca nordestinos, por entenderem que ela é extremamente danosa ao ambiente da pesca e, conseqüentemente, à produção pesqueira tradicional local.

Partidário dessa concepção, o Sr G. B, 49 anos, pescador desde os 14 anos de idade, afirma o seguinte:

[...] e outra coisa, eles ainda utilizam métodos mais fácil que o da gente. Por exemplo, eles pescam com rede afundada, que danifica ainda mais o meio ambiente onde o peixe se reproduz, por exemplo, os corais onde eles, os peixes, se reproduzem...porque tem uma cadeia alimentar, né? Pros peixes poder se reproduzir. Então, onde eles pescam com essas redes...de lagosta...rede afundada vai danificando tudo...porque ali tem nutrientes pros outros ir se alimentando...

Ainda, segundo o Sr G. B., como o alvo principal desses pescadores é a lagosta, as demais espécies capturadas nas redes, denominadas garatéias, como o cação e outras de

menor importância comercial, não são completamente aproveitadas. Nesse sentido o entrevistado afirma:

[...] esses caras danificaram muito aqui. Olha, eles iam pescar [...] naquela época, eles trabalhavam com rede afundada pra pescar lagosta eles traziam 4, 5 mil quilos de cação que eles pescavam na rede, os pargo, eles botavam fora todinho. Era sim, cara. Agora não, que eles acabaram tudo, quando esses barcos vão pescar, quando traz 300, 400 kg de cação é muito. Isso era só o que eles podiam aproveitar, que eles botavam sal, salgavam, o resto eles botavam fora. Não [...] é assim [...] Por exemplo, eles colocam a rede cinco horas da tarde [...] é cinco horas da tarde aí só vai puxar no outro dia de manhã, cinco ou seis horas da manhã começa a puxar, o peixe que malha cedo da noite, até amanhecer o dia do outro dia, aquela hora do dia, já não tá mais com aquela mesma consistência [se referindo ao estado de conservação do peixe] que aquele que tá com duas horas pego, capturado. Então, até que eles acabarem de puxar essa rede, organizar tudo, cuidar da lagosta que eles tavam pegado, já pro lado de meio dia pra tarde, aí o peixe já tava [...] aí eles só aproveitava o que tava bom, o resto eles jogavam fora tudo [...].

Outro elemento marcante, que reflete a territorialização dos cearenses em Augusto Corrêa, é a presença das embarcações de origem da região Nordeste do Brasil. O modelo, o porte, a capacidade e as tecnologias são características das lanchas dos cearenses que as distinguem completamente das embarcações locais. São símbolos da presença de um grupo e de um tipo de pescaria que não são próprios do lugar.

Neste aspecto, o porto e o rio que antes eram, praticamente, exclusividade dos pescadores e embarcações locais passam a ser ocupados por embarcações e pescadores de fora, os “cearenses”, como são conhecidos todos aqueles que migraram para Augusto Corrêa, a partir da década de 1990, no contexto da pesca da lagosta, portanto.

Num passado não muito distante predominava na paisagem da “beira da maré”, no “porto” (designação local dada para o trapiche público municipal) e nos trapiches particulares a sigla Z-18 (identificadora das embarcações que fazem parte do cadastro da Colônia de Pescadores de Augusto Corrêa – PA). Hoje, se não pelo fator numérico, mas pelo tamanho e imponência das embarcações, a paisagem é fortemente marcada pela presença de embarcações de outros lugares, identificadas com outros Z’s, em especial da região Nordeste do Brasil.



Fotografia 6: Tipos de embarcações registradas na colônia de pescadores de Augusto Corrêa Z-18. Fonte: Glauco Araújo, pesquisa de campo, 2011.



Fotografia 7: embarcações de origem nordestinas: típicas da pesca da lagosta. Fonte: Glauco Araújo, pesquisa de campo, 2011.

Dessa forma, levando em consideração que o processo de territorialização é a expressão da territorialidade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, ou melhor, de qualquer

sujeito social, seja ele individual ou coletivo, tal processo também pode ser entendido como o elemento propulsor das transformações realizadas no e a partir do território. Assim, o território é, se não na sua totalidade, mas em parcela significativa, (re)configurado, social, econômica e culturalmente, de acordo com uma lógica e racionalidade diferente daquela pré-existente.

3.4 O CAPITAL LAGOSTEIRO EM AUGUSTO CORRÊA: AS TERRITORIALIDADES, O CONFLITO

O movimento de apropriação e expansão territorial da atividade pesqueira comandada por empresários e donos de embarcação nordestinos, acompanhados de trabalhadores diversos, principalmente pescadores, no município de Augusto Corrêa – PA, estabelece um conflito territorial entre esses sujeitos sociais e os pescadores tradicionais locais, além de parte da população local. Um conflito de territorialidades, portanto, uma vez que se apresentam interesses antagônicos, que objetivam afirmar-se uns em relação aos outros. O que se objetiva é a territorialização, pois o que está em questão é o território.

A rivalidade, produtora ou resultante dos conflitos de territorialidades, se manifesta a medida que um grupo percebe o outro como ameaça. Seja porque as diferentes culturas ou identidades, que caracterizam cada um dos grupos, se chocam, seja porque os recursos são apropriados de forma diferente pelos grupos. Nesta perspectiva, o território é o palco onde as tensões, ou melhor, as relações de poder entre os grupos se manifestam.

Lembrando Claude Raffestin (1993, p. 58), “O território...é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade...”. Ou, ainda, Marco Aurélio Saquet (2007, p. 34), para quem “[...] as relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território [...] são essas relações que cristalizam o território e as territorialidades”.

Dessa forma, as rivalidades ou conflitos entre pescadores e grande parte dos moradores de Augusto Corrêa e os “cearenses”, como são denominados praticamente todos os migrantes que chegaram em Augusto Corrêa-Pa, no contexto da pesca da lagosta, podem e devem ser compreendidos como conflitos de territorialidades. Conflito este que se estabelece a partir da percepção de que os que vêm de fora estão se apropriando e se beneficiando dos recursos do lugar muito mais do que os próprios pescadores e moradores locais.

Aqui cabe outro destaque sobre a concepção de território e territorialidade. Já que envolve “os trunfos do poder”, isto é, “a população, o território” e “os recursos”

(RAFFESTIN, 1993, p. 58) e a disputa entre grupos pelos recursos do território e, ainda, a relação que se estabelece entre os grupos envolvidos pela defesa ou manutenção dos recursos, por parte de um grupo, e/ou o acesso e posse sobre os tais recursos, por parte de outro grupo. A territorialidade aparece aqui, portanto, como “relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”, ela “é sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores”. (*Idem*, p. 161)

No sentido simbólico, o conceito de territorialidade aqui utilizado está relacionado ao conjunto de valores e normas constituídos historicamente, tais como o saber nativo, difundido de geração para geração, nas relações laborais cotidianas; as condições de acesso aos mananciais e ao trabalho que possibilitem acessar o local de obtenção do recurso (o pescador, na linguagem do pescador); assim como o código de direito costumeiro, que orienta o uso do território e de seus recursos; e, ainda, o código de ética forjado a partir das relações sociais locais (FURTADO, 2003).

Assim,

[...] a territorialidade a territorialidade torna-se [...] um patrimônio capitalizado pelo pescador em sua faina cotidiana e com a tecnologia simples que dispõe, levando-o a crer numa posse por direito costumeiro de uso: a pleitear reconhecimento por parte de outros segmentos econômicos que buscam os ditos recursos comuns [...]; a denunciar situações que venham infringir seus códigos (FURTADO, 2003, p. 2).

No que tange aos conflitos de territorialidades que envolvem atores ou grupos sociais na cena da pesca em Augusto Corrêa, vale ressaltar que eles possuem, a exemplo de todos os conflitos territoriais, múltiplas nuances.

Neste sentido, Lourdes Furtado, em artigo sobre os conflitos sociais e ambientais na pesca amazônica, conflitos estes “relacionados à apropriação e uso dos recursos pesqueiros na região amazônica” (*Dinâmicas Sociais e Conflitos da Pesca na Amazônia*, publicado no site do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 2003), afirma que tais conflitos são múltiplos e envolvem múltiplas dimensões institucionais.

Na publicação da referência, a autora destaca dez formas pelas quais os conflitos na pesca amazônica se manifestam, dentre eles o conflito entre “pescadores e pescadores”, o qual julgo ser mais pertinentes para analisar os conflitos de territorialidades que envolvem pescadores augustocorreenses e pescadores migrantes nordestinos.

Ambos os grupos envolvidos apresentam resistências uns em relação aos outros. O pescador local entende que seu território está sendo invadido e seus recursos sendo exauridos, assim como o ambiente/meio de onde provém seu sustento sendo destruído por aquele vem de fora. Por outro lado, o pescador nordestino, que veio de longe, entende que o recurso é de

todos, portanto deve ser usufruído por todos, principalmente por aqueles que possuem as melhores técnicas e equipamentos para a sua apropriação e usufruto.

Assim, ressalvado o fato de as territorialidades analisadas por Furtado (2003) serem de grupos de pescadores da mesma região, a amazônica, enquanto que os conflitos de territorialidades analisados neste trabalho são de pescadores de regiões diferentes (Norte *versus* Nordeste), a lógica e o objeto dos conflitos verificados entre pescadores no Baixo Amazonas se assemelham aos conflitos que envolvem os pescadores locais de Augusto Corrêa e os pescadores nordestinos (os “cearenses), que ali chegaram a partir da década de 1990.

Sobre a apropriação e uso dos recursos, como o pescado, objeto de interesse tanto dos pescadores locais, quanto de empresários e pescadores nordestinos, a fala do entrevistado G. B (49 anos), pescador artesanal do município de Augusto Corrêa, é reveladora da forma como os conflitos territoriais entre esses atores sociais envolvidos na questão se manifestam. Segundo ele:

Eu acho que esse pessoal que vem explorar a área da gente, né? [...] eu acho assim, né? A partir do momento que a pessoa vai só tirar, só tirar, sem botar [...] aí são muitos, né? Quando era só agente aqui, era melhor, a produção era melhor, porque era só agente, depois vem esse pessoal de fora, aí vai diminuindo a produção.

Outro pescador artesanal local demonstra a sua insatisfação com o tipo de pesca desenvolvida pelos “cearenses”, associando a chegada destes a diminuição da produção da pesca artesanal, baseada na utilização de espinhéis e currais, por exemplo, realizada por ele e por muitos outros pescadores no município. Desta feita, o entrevistado faz o seguinte comentário:

Eles chegaram aí uns oito anos, né...a pesca deles é o seguinte, né...é de pescar lagosta e peixe, também, né...só que o tipo de pescaria dele prejudica muito agente, né...eles pescam muito de rede afundada, aí estraga o peixe, espanta o peixe aí da barra, né... No início eles vieram pescar lagosta...aí depois eles passaram a pescar peixe, aí pronto, aí ficou mais difícil pra cá, o peixe não entra no rio, entra muito pouco (J. R. S. 47 anos, pescador artesanal, natural de Augusto Corrêa).

De igual forma, o pescador artesanal A. M. R, 40 anos, que, conforme declarou, pesca desde os 14 anos de idade, também faz reclamações que revelam os conflitos que se estabelecem no seio da relação entre pescadores artesanais locais e os “cearenses”, por entender que estes são causadores da diminuição da produção na pesca artesanal local. Assim, de acordo o entrevistado:

Com certeza [...] mas diminuiu absolutamente [...] diminuiu 200%, a partir do momento que esses cara chegaram aqui. Eu não quero incriminar os ciarence, né? Mas, que diminuiu, com certeza. Nós saía daqui com 800m de rede, chegava ali na barra, na frente do Mandarité (litoral de Augusto Corrêa) e quando vinha, vinha

cheinha de peixe. A caixa, naquele tempo agente usava caixa de isopor, né? Agora é urna. Com 800m de rede, a caixa vinha cheinha, chega derramava por cima. Era serra, só considerado. Aí voltada de novo, aí tava lá o peixe, às vezes vinha dá bem no remanso. Agora não. Se a gente não for sumindo de mato, lá fora, não mata nada.

E, noutra fala, ainda mais contundente, o entrevistado B.M.C (60 anos, pescador), ao ser perguntado sobre o que ele pensava a respeito da chegada dos migrantes de pesca nordestinos em Augusto Corrêa, se tinha sido positiva ou não, declara: “Não. Nem pra mim, nem pra ninguém...”, e continua:

Não vê a situação difícil como tá hoje, rapaz? Peixe de cinco, seis reais, numa safra como a que tá agora. Olha, pra te coisar...neste rio aqui (apontando para o rio Urumajó, que passa em frente a sede do município de Augusto Corrêa), bem daquela curva pra cá, agente lanceava, pegava era muito cangatã, siri era muito, pegava em quantidade, sururu, mulher tirava, aqui. Depois que esses barco vieram pra cá acabou com isso. Hoje, meu irmão, nós não tem mais siri, nós não tem mais sururu...

Mas, os conflitos de que trata este trabalho não se restringe aos pescadores. Ele se estende para todos os outros segmentos em que estejam relacionados autóctones e migrantes nordestinos. Neste caso, os conflitos se estendem para as relações entre a sociedade local em geral e armadores de pesca, pescadores, familiares de pescadores e demais migrantes, cuja vinda para Augusto Corrêa esteja relacionada à pesca da lagosta.

Na verdade, a migração incita a territorialização. Em si, ela é uma deflagradora de territorialidades. Ela introduz na cena de uma determinada sociedade o migrante, que, invariavelmente, é percebido como o diferente, como o outro. E o migrante, enquanto sujeito social ativo, traz consigo um conjunto de normas e valores, uma bagagem cultural que, via de regra, difere daquela que caracteriza o autóctone. Isto é um elemento que lhe confere alteridade. E, ao mesmo tempo, gera estranhamento entre ele e o natural do lugar.

A presença do migrante é sempre vista com desconfiança. Seja ele bem sucedido ou mal sucedido no lugar onde se estabelece. Ele sempre será o outro (SAYAD, 1998). A razão do seu sucesso é sempre percebida como a apropriação indevida de um recurso, que por natureza, ou melhor, por convenção cultural, de acordo com o código de ética elaborado no interior do grupo social autóctone, é de uso exclusivo do nativo. Assim, o grau de culpabilidade do migrante em relação ao insucesso do autóctone é sempre maior quanto maior for o insucesso deste e maior o sucesso daquele.

A territorialidade do indivíduo ou do grupo de indivíduos revela a(s) perspectiva(s) deste(s) em relação ao território. A(s) perspectiva(s) do autóctone é a manutenção sob seus auspícios do território e de seus recursos. O direito do nativo sobre o território e seus recursos se legitima pelas relações (materiais e simbólicas) mantidas historicamente entre o autóctone, o território e seus estoques. Por outro lado, a(s) perspectiva(s) do migrante é a apropriação de

um dado território e de seus recursos, que, até um dado momento, lhe é estranho e alheio. É a apropriação do que vai lhe propiciar a obtenção dos meios necessários à sua manutenção e reprodução social, seja individual ou coletivamente.

Dessa forma, a territorialidade do autóctone e do migrante sempre estarão, pelo menos até que se amalgamem, colidindo. Ora de forma direta e aberta, ou em estado de latência. O que os levará, dependendo da capacidade de um e de outro de se apropriar de dois dos “trunfos do poder”, nas palavras de Raffestin, o “território” e os “recursos” nele dispostos, a um estado de conflito constante.

Neste sentido, uma contribuição relevante para a compreensão dos conflitos entre as territorialidades dos moradores locais e dos de fora (os “cearenses”) é a declaração feita pela entrevistada A.M.R, 51 anos, comerciante, moradora de Augusto Corrêa. Para ela

É, de uma forma ou de outra eles (os augustocorreenses) se sentem incomodado, né? Porque muitas vezes eles querem uma coisa e não podem...aí dizem: pô, eu não posso, mas os cearenses que vieram não sei de onde podem tudo, e eu que nasci e me criei aqui, meus pais são daqui, não posso fazer isso, o cara que vem de fora, chega aqui pode, tem dinheiro pra comprar tudo. Aí sempre tem isso, né? Uma rivalidade.

Importante é esclarecer que a manifestação da territorialidade dos atores envolvidos na disputa pelo território em Augusto Corrêa não é algo discreto. A rivalidade que envolve os grupos sociais locais e de fora é aberta, é declarada. As acusações são mútuas. Os ressentimentos estão expressos nas opiniões de uns em relação aos outros, manifestos nas diversas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. Expressões como “mortos de fome”, “vieram pra cá fugindo da seca”, “não tinham nada lá no Ceará”, “vieram tomar nosso lugar” são reveladoras das rixas que fazem parte da relação conflituosa entre o autóctone e o grupo migrante em Augusto Corrêa.

Situação semelhante foi observada por Petrônio Lauro Teixeira Potiguar Júnior (2000), em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado “De Bragança a Marudá: uma etnografia da migração de pescadores no estuário do Pará”, cujo objetivo foi mostrar, através de relatos, o perfil de pescadores bragantinos antes, durante e após o processo migratório para Marudá. Neste trabalho, o autor mostra que as diferentes territorialidades dos atores sociais envolvidos no processo, tanto dos pescadores migrantes bragantinos e quanto dos pescadores nativos de Marudá, funcionaram como elementos geradores de rixas e conflitos entre os dois grupos.

Vale ressaltar que a própria denominação dada de forma indiscriminada ao migrante, “cearense”, é um termo revelador da rivalidade existente entre os moradores nativos de Augusto Corrêa e o migrante que chegou à cidade trazido pela pesca da lagosta.

Com a palavra, portanto, os entrevistados, atores sociais, autóctones e migrantes, que fazem parte da trama social, política, cultural e econômica que conforma atualmente a paisagem e o espaço geográfico da sede do município de Augusto Corrêa.

A entrevistada T.S.S, 24 anos, natural de Augusto Corrêa, moradora do bairro Lírio dos Vales, quando perguntada sobre o que pensava sobre os migrantes nordestinos declarou: “os cearenses falam todo cheio de frescura, e eles mangam da fala dos paraenses.” Para F.R, 37 anos, também morador do Lírio dos Vales, afirmou que “os cearenses discriminam os paraenses quando falam que paraense é preguiçoso, que estudam para passar menos tempo trabalhando, enquanto eles, os “cearenses”, trabalham com a produção da natureza, preferem os trabalho braçal.”

Um migrante nordestino, no decorrer de uma entrevista, assim se referiu à população local, quando perguntado se já havia se sentido discriminado por moradores de Augusto Corrêa, da seguinte forma:

Se sinto, sim. Alguma pessoas, não é todo mundo não, mas algumas pessoas discrimina agente por ser cearense...Como meu tio disse: eles são priguiçoso, não tem coragem de trabalhar, eles tem inveja porque agente tem coragem de trabalhar [...] (I.O.S, 19 anos, cearense de Icapuí).

Um migrante, armador de pesca, A.L.S., 48 anos, denominou os pescadores paraense de “comedores de vale”. Isto é, pescadores que recebem um adiantamento antes de saírem para pescar, mas que não honram seu compromisso: gastam o dinheiro e não vão pescar.

Essa rivalidade também se manifesta nas declarações dos migrantes nordestinos a respeito da forma como são tratados pelos moradores do lugar. A sra. F.M. S, cearense, natural de Acaraú, veio para Augusto Corrêa, juntamente com os filhos, em 1998, informou que, agora nem tanto, mas que logo que chegou ouviu várias vezes dizerem que os “cearenses” estavam passando fome no Ceará, por isso vieram para Augusto Corrêa, além de estarem fugindo da seca. O filho da entrevistada que também veio junto com ela para o município de Augusto Corrêa, disse que logo que chegaram foram muito mal tratados, pois as pessoas diziam que os “cearenses” não tinham nada no Ceará e, por isso, vieram para ocupar o lugar deles (dos naturais de A. Corrêa).

Outro entrevistado afirma: “[...] aí tem muita gente que diz: Augusto Corrêa dá graças a Deus os cearenses, mas tem outros que diz: aqueles ‘f... d’umas égua’ tão levando o nosso peixe todinho daqui [...] tão tirando o nosso pão [...]” (C. A. R., 63 anos, armador de pesca, Icapuí – CE).

Segundo o relato da entrevistada M.L.S., 50 anos, natural de Camucim-CE, chegaram até a fazer um abaixo-assinado contra os “cearenses”, sob a justificativa de que eles estavam querendo “tomar o lugar” dos naturais de Augusto Corrêa. Outro migrante nordestino, o Sr. RAS, cearense, que atualmente é funcionário público, mas quando chegou em Augusto Corrêa, há, aproximadamente, 12 anos, atuava como pescador de lagosta, informou que quando chegou foi bastante discriminado, ouviu expressões do tipo “morto de fome”.

Conforme a sra. S.S.S.S, 37 anos, natural de Acaraú – CE, ao ser questionada se já havia sido discriminada por moradores do lugar respondeu:

Sim [...] (risos). Muito preconceito com os cearenses, né? O pessoal fala muito dos cearenses. É, o preconceito é esse, hoje em dia [...] a minha filha sofre preconceito na escola, porque tem [...] as minhas filha quando chega da escola fala: mãe eu não vou estudar mais [...] que os paraense tão falando que nós somos comedores de rapadura [...] aí começa aquela [...] sempre gente tem [...] muito preconceito.

O antagonismo entre os grupos se manifesta, ainda, nas acusações declaradas sobre a associação entre a migração dos “cearenses” e crescimento da prostituição, do uso de drogas e da violência em Augusto Corrêa. As acusações mais contundentes, neste sentido, partem de um grupo mais escolarizado e abastado da sociedade local, tais como: funcionários públicos, empresários e autoridades públicas locais. Para este grupo de moradores a migração dos “cearenses” para o município trouxe mais implicações negativas que positivas.

Por exemplo, um ex-funcionário público da prefeitura de Augusto Corrêa, afirma que os armadores de pesca nordestinos se beneficiaram de uma liminar judicial, para não contribuir com o erário público local. Além de, creditar ao processo migratório, desencadeado por eles, o crescimento do uso de drogas e o fim da tranqüilidade no lugar. Assim, conforme o referido entrevistado, o Sr. F.A.N.A, 59 anos

[...] nós somos quase considerados o maior produtor de lagosta do Norte, só que arrecadação não tem. Em virtude de uma liminar, aonde nós não podemos despachar o desembarque da lagosta no porto e eles tem uma liminar dada pelo juiz de Augusto Corrêa, que impede o progresso ainda maior, porque o município se tivesse essa arrecadação melhoraria muito..., o prefeito fazia mais coisas..com essa arrecadação, nós pagaríamos, hoje, uma faixa de uns trinta ou quarenta por cento do funcionalismo, se nós tivéssemos o direito de receber, né? Esse tributo que seria cobrado da saída do pescado do município de A. C., já que desembarca em nossos portos.

Em seguida, o mesmo entrevistado afirma:

Até antes de 90, antes deles virem pra cá, como Fortaleza é uma capital mais avançada e a droga já corria mais solta, em virtude dos tripulantes que são usuários de droga, e vieram também pra A. C., isso também, foi a parte negativa, que fez com que A. C., hoje, não seja aquele paraíso que era antes de 90, não tinha um comércio forte, mas tinha muito poucos consumidores de droga, a droga mais consumida era a maconha, enquanto que hoje tem muitos tipos de droga, que eu não conheço, que eu

não tenho conhecimento desse tipo, mas que agente vê falar em muitas, muitos mesmo é, já tem muitos aqui boqueiros, que vieram também com eles, hoje agente já encontra aquelas pessoas que vendem droga aí. Essa foi a parte mais negativa.

Neste sentido, um empresário local também faz menção ao fato de os empresários e armadores de pesca nordestinos não pagarem impostos, além de terem contribuído decisivamente para o aumento significativo da prostituição, do uso de drogas e da violência na cidade de Augusto Corrêa.

Não pagavam imposto, tinham uma pesca livre e o custo de vida em A. Corrêa, em relação a outros centros, é bem melhor, bem mais barato, aí não deixou nada. Tanto é que aquele movimento que no início parecia um benefício para a cidade, mas que logo, logo, agente começou a perceber que não era benefício, tinha mais prejuízo do que benefício, não nos faz falta hoje: não deixa imposto, só deixaram prostituição, consumo de drogas, muitos viciados, inclusive, jovens, nós temos jovens, tem um jovem que eu conheço que está em estado de pena, que dá pena, pelo fato dele ter se aproximado desse pessoal, acompanhado, e ele consumiu tanta droga, tanta droga que ele é considerado como louco, né? Então é esse o resultado que ficou pra nós, lamentavelmente (G.L.S., 40 anos, empresário augustocorreense).

Noutro momento da entrevista, o sr. G.L.S. afirma que reivindicou junto a polícia local que fizesse “um levantamento de todo e qualquer nordestino em A. Corrêa, levantar a vida de todos eles, porque no meio de muitos desses aí, muitos eram pessoas boas, mas muitos eram assassinos”. Isto porque, conforme o entrevistado, uma funcionária pública teria sido assassinada pela mão de um cearense, fato este que teria chocado a cidade.

Com relação a este fato uma a entrevistada M.P.A, 63 anos, maranhense, lavradora, moradora de Augusto Corrêa há, aproximadamente, 10 anos, afirma que “[...] ocorreram duas mortes de paraenses, que foram assassinados por ‘cearenses’, no ano de 2008”: um ocorreu a partir de uma confusão, uma briga entre um paraense e um “cearense”, o outro foi motivado por provocação da vítima em relação ao assassino, um cearense.

O Sr. A.B, autoridade pública local, ao se referir aos migrantes de pesca nordestinos, afirma que há uma relação direta entre a chegada dos migrantes de pesca nordestinos e o surgimento ou ampliação de determinadas mazelas no município: aumento da prostituição, associada ao surgimento de cabarés, e o crescimento da incidência de casos de DST (doenças sexualmente transmissíveis); o aumento do consumo e uso de determinadas drogas que, até então, não se viam em Augusto Corrêa; além do fim da tranquilidade que caracterizava o lugar. Nas palavras do entrevistado

[...] pescador, no meu entendimento, ele é igual garimpeiro: ele vai pro mar, passa um mês lá pescando e vem e gasta tudo numa noite...mas eu conheci Augusto Corrêa com zero, zero,zero cabaré...não tinha nenhum. Na minha época de adolescente, até pouco tempo não tinha nenhum, e,de repente...nós tínhamos [...] chegamos a ter 20 cabarés em Augusto Corrêa, já parecia mais uma currutela do que uma cidade, entendeu? E aí, com os cabarés vieram todo tipo de mazelas, por exemplo: DST, eu cheguei a ver aqui receitas de DST [...] pareciam xérox, pareciam

cópias, como agente lida com política, agente vê muito isso [...] pareciam xérox uma da outra, porque [...] porque disseminou. Aí, de repente, o filho de A. C., aquele pacato cidadão, aquele que nunca tinha visto um cabaré na vida começou a freqüentar também, e levar para dentro de casa essa mazela, entendeu? Além disso, o que aconteceu? É [...] um crescimento, por exemplo, da distribuição de drogas que veio já com a cultura desses pescadores. Não estou dizendo que aqui não se usava droga, mas eu sou do tempo em que o cara fazia um baseado puro de erva pura [...] de maconha pura pra pescar, pra tapar garapé, pra pegar caranguejo, alguma coisa assim, mas eram pessoas pacatas que não tinham maldade [...] se podia dormir com janela aberta em A.C [...]. Não estou dizendo que todos são viciados, mas a grande parte desse pessoal já trouxe, por exemplo, o hábito de consumir cocaína, que eu nunca tinha visto, em A.C., falar em cocaína. E eles já trouxeram esse hábito da cocaína e da droga batizada, da droga misturada com o subproduto da cocaína (A.B., autoridade pública local).

E, mais, ainda conforme o entrevistado, uma das principais vítimas do crescimento da oferta e do uso de drogas foi a juventude. Neste aspecto, afirma o entrevistado, as drogas introduzidas e comercializadas a partir da chegada dos pescadores migrantes nordestinos influenciaram

[...] sobretudo a juventude. Porque, de repente ele tinha [...] a partir de então, como se transformou num grande negócio a questão da droga [...] o jovem de Augusto Corrêa começou a dar de frente com um boqueiro a cada esquina, então a facilidade de adquirir a droga ficou assim tão grande que a juventude, sabe como é que é, não tem uma ocupação, um município pobre [...] e por aí, ele tem acesso a essa droga e vai por aí e dificilmente vai sair, é um beco sem saída, ele entra mais não sai [...] eu vejo assim (A.B., autoridade pública local).

Também associando a migração de pescadores nordestinos ao crescimento da incidência dos casos de doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS, do uso de drogas e de prostituição, a estudante universitária E.C.P.A, 33 anos, augustocorreense, afirma que desenvolveu uma pesquisa que comprovou tal relação. Ainda, segundo a pesquisa da entrevistada, um dos elementos facilitadores desse processo é o fato de “[...] os pescadores nordestinos serem muito farristas e mulherengos”. Nesse sentido, exclamou o entrevistado RCG, 51 anos, lavrador, natural de Augusto Corrêa: “[...] as fêmeas [prostitutas] que se cuidem, quando eles chegam”.

Há, portanto em Augusto Corrêa, um conflito de territorialidades, uma vez que se apresentam interesses antagônicos e concorrentes se manifestam, objetivando um afirmar-se em relação aos outros. O território, desta feita, está no cerne da questão. O que se objetiva é ou a manutenção do território sob os auspícios do grupo de indivíduos do lugar, ou a apropriação e reconstrução do território pelo grupo de indivíduos que chega. O que está em curso é um processo constante, como é próprio da dinâmica territorial, é um processo de territorialização.

3.5 O CAPITAL LAGOSTEIRO EM AUGUSTO CORRÊA: IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS

O capital, graças a sua capacidade ampliada de mobilidade, principalmente na atualidade, diante das inovações técnicas e tecnológicas, ocupa, em maior ou em menor grau todas as dimensões do espaço geográfico. Hoje, talvez, não existam barreiras que inviabilizem o capital de se deslocar e se apropriar dos mais diversos espaços. Em busca de condições que lhe possibilitem a sua produção e reprodução, de preferência de maneira maximizada, o capital se apropria das parcelas do espaço e de seus respectivos estoques naturais. É nesta perspectiva que o capital lagosteiro se desloca sobre o espaço litorâneo do Nordeste e do Norte do Brasil, até chegar em Augusto Corrêa.

Atreladas ao seu deslocamento estão as transformações socioeconômicas, espaciais e ambientais. Dinamização da economia e crescimento populacional fazem parte desse processo. Mas, concomitante a essa dinâmica, vem o ônus, materializado em fenômenos como desigualdades sociais e econômicas, desestruturação social e política e degradação ambiental, por exemplo. É disto que este tópico trata.

3.5.1 Implicações socioeconômicas

A sociedade e a economia locais apresentaram, a partir da inserção de novos atores sociais e econômicos, via processo migratório, importantes transformações. Associado à migração, a dinâmica econômica local também passou por alterações importantes. Os novos agentes econômicos presentes no lugar, os “cearenses”, ampliam as possibilidades de comércio e emprego na cidade.

A economia da sede do município foi impactada pela presença desses novos atores sociais. Influenciada pela pesca da lagosta, vinculada a fluxos econômicos externos, a cidade de Augusto Corrêa vivenciou transformações econômicas importantes. Casas foram vendidas ou alugadas, vilas foram construídas, terrenos foram comercializados.

Alguns comentários a seguir demonstram parte desse processo.

Eu mesmo vendi dois terrenos para um representante de uma empresa frigorífica, a netuno. Foi para o gerente. A Netuno é uma empresa de pesca que atuou em Augusto Corrêa e tinha sede em Bacuriteu, município de Bragança. Então, esse camarada, casou com uma prima minha e comprou vários terrenos e casas aqui. Um dos terrenos que eu vendi pra ele, depois foi negociado com outro migrante, um armador de pesca, dono de barco.

Assim afirmou o sr. G. R. F. A., 39 anos, professor, ex-morador de Augusto Corrêa.

E, mais, “Poucos se radicalizaram aqui, poucos vieram morar em Augusto Corrêa , poucos. [...] alguns fizeram alguns prédios e deixaram inacabado e foram embora...tem gente que o prédio está aí por terminar, outros venderam a preço de banana...”, declarou o Sr. A. B, autoridade pública local. “É, eu comecei morar alugado, depois eu construí uma casinha”, contou o Sr. J. A. S., 33 anos, mestre de barco de pescar lagosta, que chegou em Augusto Corrêa em 1999.

O comércio local foi ampliado: maior movimento comercial e surgimento de novas lojas – lojas de peças para motores marítimos e de material de pesca (redes, anzóis, nylon e outros apetrechos); lojas de confecções, de móveis e de eletrodomésticos, além de lojas de material de construção, dentre outras.

O incremento comercial que o município vivenciou, nos últimos vinte anos, relacionado atividade da pesca da lagosta e a migração, pode ser constatado na tabela x, do item 2. 1 (Histórico, Localização espacial e caracterização socioeconômica do município de Augusto Corrêa). Bem como nas falas de vários entrevistados durante a pesquisa de campo, como a comerciante A. M. R., 51 anos, que, quando perguntada se o movimento em seu comércio tinha aumentado com a chegada dos “cearenses”, respondeu: “Com certeza. Aumentou bastante.”

Empresários e armadores de pesca, pescadores, pessoal de apoio, além de familiares, na última década do século XX, desembarcaram em Augusto Corrêa. Os familiares chegaram à sede do município pouco tempo depois do desembarque dos atores centrais do processo – empresários, armadores e pescadores de lagosta. Isto é, aqueles que viram com antecedência, afim garantir as condições necessárias para que os outros – mulheres, filhos, parentes, em geral, e amigos – se instalassem posteriormente. Todos vindos do nordeste, mobilizados pela dinâmica do capital lagosteiro, conforme já foi demonstrado anteriormente neste trabalho.

O impulso dado pela atividade da pesca da lagosta e a migração a ela associada é evidenciado pelas falas de vários entrevistados durante a pesquisa de campo, como a comerciante A. M. R., 51 anos, que, quando perguntada se o movimento em seu comércio tinha aumentado com a chegada dos “cearenses”, respondeu: “Com certeza. Aumentou bastante.”

Outro entrevistado, empresário do ramo da pesca (dono de barcos e de um comércio de venda de material de pesca), quando perguntado sobre o impacto da pesca da lagosta no município, afirmou: “Cresceu mais, com a chegada deles o município todo se desenvolveu mais, o comércio, a população [...] o desenvolvimento para o nosso município foi grande” (J.

P. O., 60 anos, empresário de pesca local). E sobre sua atividade, respondeu: “Ah, pra minha atividade foi boa, pra venda de gelo foi ótimo [...] aumentou 50% a 60% a minha atividade.”

O presidente da Colônia de Pescadores local, assim se expressou:

Então hoje, os ciarenso, como agente diz, eles deram um impulso muito grande aqui na nossa cidade, que tive um movimento [...]. Aí melhorou o que? Melhorou o comércio, melhorou na área de pesca, porque nós não tínhamos as embarcações que hoje os ciarenso [...] na área da pesca aqui com os ciarenso é umas quatrocentas pessoas, mais ou menos, eu acredito que seja esse tanto de pessoas que tão empregados com esses ciarenso [...] então eles levantaram um impulso muito grande aqui em Augusto Corrêa (A. R. B., 58 anos).

Obviamente, associado a essa dinâmica imprimida pela pesca da lagosta na sede do município, empregos são gerados. Embora em sua maioria de modo não-formal. Isto é, a grande maioria, desprovido das garantias legais (férias, salário família, licença maternidade e paternidade, décimo terceiro salário, etc.).

O Sr. J. P. O, 60 anos, empresário de pesca local, afirmou que “Por sinal, eu acho que a informal foi a que mais se desenvolveu”. A fala do presidente da Colônia de Pescadores local, também, deixa claro que a grande maioria da mão de obra empregada nas atividades relacionadas à pesca da lagosta, bem como a pesca local, não é assalariada, nem associada à Colônia de Pescadores.

Os trabalhadores da pesca, em especial os pescadores, são assalariados? Foi perguntado ao presidente da Colônia de Pescadores. Ao que respondeu:

Não. Eles ganham aqui, vamos dizer: se eu tenho um barco ele vai pro mar passa quinze dias, a pescaria dele deu quatro mil reais aí desses quatro mil reais nós vamos tirar mil reais de despesa, que agente leva, três mil reais fica [...] a gente dá mil e quinhentos reais pro dono da embarcação e mil e quinhentos reais fica pra quatro ou cinco companheiros, conforme for o tanto de companheiro [...] então eles não são salarizados [...] o salário deles são do que faz [...].

A pesca da lagosta, em si, inicialmente, não foi uma atividade geradora de emprego, mesmo que informal, para os profissionais da pesca local. A mão de obra local, digo: os pescadores locais, não foi imediatamente absorvida pelos empresários e armadores de pesca em suas atividades. Estes trouxeram consigo todo material técnico e humano de que precisavam. Barcos, redes, manzuás, pescadores, artesãos (para o concerto dos trastes de pesca), mecânicos e eletricitas para as embarcações, aportaram em Augusto Corrêa, acompanhando o capital lagosteiro e seus gestores.

Nesse raciocínio, o Sr. C. A. R., armador de pesca afirmou que: “No meu caso, como proprietário de barco, eu trouxe sete barco, nesses sete barco deve ter vindo quase 50 pessoas e veio mais, porque, além dos pescadores veio outras pessoas que trabalhavam comigo no

artesanato das redes e outras coisas.” Ao ser indagado sobre a função dessas pessoas que não eram pescadores ele respondeu que eram “pra trabalhar, pra costurar rede, os manzuá, o trabalho artesanal...não eram feitas aqui.”

Outro armador de pesca, o Sr. J. M., 60 anos, cearense, falando sobre o pessoal que ele mobilizou para a realização de sua atividade em Augusto Corrêa, afirmou que “[...] veio o gerente, tem o eletricista, o pintor, o calafate, o mecânico, o consertador de rede.”

Porém, com o decorrer do tempo, e diante da necessidade de redução dos custos de produção, os pescadores e outros profissionais necessários a atividade da pesca da lagosta foram incorporados à atividade comandada pelos empresários e armadores de pesca, principalmente nordestinos. Ou seja, os pescadores locais passaram a pescar nas barcas dos “cearenses”, outros foram incorporados no concerto de redes e manzuás.

A fala de um armador de pesca nordestino confirma a ideia acima. Segundo ele,

[...] todo esse pessoal é daqui, hoje. Não tem mais ninguém de lá aqui. Foram todos embora. O próprio pescador a gente descartou porque o custo para mantê-los aqui era muito alto. O pescador daqui, chega do mar e vai pra casa dele. O de lá não, ficava dentro do barco. Se era um mecânico, tinha que acomodar. Então ficou muito alto a manutenção desse pessoal aqui. Mas no início era necessário, eram eles é quem entendiam daquele tipo de pescaria. Eles é que ensinaram o pessoal daqui a trabalhar, hoje já sabem. O pessoal daqui já sabe trabalhar, já [...] não precisa mais deles (J.M., 60 anos, armador de pesca).

Nesse sentido, destacou um entrevistado, quando perguntado sobre a inserção da mão obra local na pesca da lagosta:

[...] com pouco tempo, acho que até com menos de dois anos, que até durou muito, as pessoas de A. Corrêa, não só consertavam as redes, como também hoje já fazem os manzuas...que pesca a lagosta. E muitos retornaram, retornaram...não foi mais viável pra eles..terem que pagar aluguel, a maioria morava de aluguel, se tornou caro. Isso foi um ponto positivo que ficou. Porque as pessoas de A. Corrêa, os jovens, tem muito jovem que até hoje sobrevive, sustenta sua família, disso...consertando as redes,... se você observar hoje setenta por cento, sessenta a setenta por cento, da tripulação dessa barcas que ainda permanecem aqui, são pessoas de A. Corrêa. (G. L. S., 40 anos, político e empresário local).

Outro entrevistado relatou que

Eles contribuíram muito. Porque muitos aqui em Augusto Corrêa. hoje já tem um pessoal que são remendadores de rede, muitos filhos de Augusto Corrêa com essa de remendadores de rede e que ganham o seu pão de cada dia hoje depende já de duas ou três ou quatro companhias de remendadores de rede aí..., no bairro São Miguel tem uma, no Bairro do Espírito Santo tem outra, aqui na Cidade Nova tem outra, Ilha das Pedras deve ter outra, todas que remendam rede e a maior parte, hoje, já não são mais os imigrantes, os filhos de Augusto Corrêa todos, tem já uns cinco por cento de pessoal que já remendam rede, então melhorou muito, ajudou muito sobre essa parte. E naquele tempo o pessoal vinha lá de Fortaleza para remendar aqui, hoje não, hoje nós temos gente já de Augusto Corrêa mesmo remendendo rede [...] nós já não estamos mais precisando dessa mão de obra porque Augusto Corrêa já tem (F. A. N. A., ex-funcionário público, morador local).

Ainda sobre este assunto, o presidente da Colônia de Pescadores de Augusto Corrêa disse:

Ai melhorou o que? Melhorou o comércio, melhorou na área de pesca, porque nós não tínhamos as embarcações que hoje os ciarenso tem, pelo mínimo para aqueles que ainda não pode ser mestre [...] mas pelo mínimo [...] como agente diz aqui na berada [...] acredito que na área da pesca aqui com os ciarenso é umas quatrocentas pessoas, mais ou menos, eu acredito que teja esse tanto de pessoas que tão empregados com esses ciarenso...

Mas nem tudo são flores. Os espinhos também estão presentes na cena social do município. O(s) ônus do processo está(ao) relacionado(s) às transformações sociais que foram operadas na realidade local. Transformações que não foram diminuídas com a diminuição da intensidade da pesca da lagosta no município. Estas transformações se apresentam no cotidiano da população. Estão relacionadas à sensação de intranquilidade, ao aumento da prostituição e dos casos de doenças sexualmente transmitidas, e ao crescimento do uso de drogas. Estes são os principais fenômenos sociais atribuídos pelos moradores locais aos migrantes que chegaram em Augusto Corrêa no contexto da pesca da lagosta, ou seja, a partir do início da década de 1990.

Neste sentido, além do crescimento populacional e urbano que o município apresentou nos últimos vinte anos, aproximadamente, conforme demonstrado anteriormente nos tópicos “Migração e crescimento populacional urbano em Augusto Corrêa” e “Migração e expansão urbana em Augusto Corrêa”, a migração também trouxe consigo várias implicações negativas, conforme afirmam os moradores locais.

Embora os migrantes nordestinos, os “cearenses”, não representem, na atualidade, a maioria dos migrantes em Augusto Corrêa, de acordo com o que já foi tratado no decorrer deste trabalho, nos tópicos mencionados no parágrafo anterior, mas as drogas, a prostituição, a violência, a baderna são sempre atribuídas, conforme a pesquisa de campo junto aos moradores locais, à chegada deles (os “cearenses”) na cidade.

Os relatos dos moradores locais apresentados a seguir, nos fragmentos de entrevistas, revelam a perspectiva local sobre os migrantes nordestinos, em especial os pescadores, e as implicações sociais a eles associadas.

Uma autoridade pública local, ao se referir aos pescadores nordestinos migrantes, os “cearenses”, afirma que a cocaína, por exemplo, era um tipo de droga que não se consumia em Augusto Corrêa, o que passou a ocorrer a partir da influência desses atores sociais na sede do município. Assim, nas palavras do entrevistado a dinâmica social local

[...] mudou, assim, radicalmente, radicalmente porque aí, de repente, a venda de drogas se tornou num grande negócio em A.C., desde essa época [...] Porque?

Porque os consumidores, havia [...] muitos consumidores da parte deles [...] chegou a ter 80 barcos aqui. Vamos supor que [...] eu não sei bem a tripulação de um barco [...] eu não sei bem, mas deve ser no mínimo, deve ser uns cinco a seis pescadores, mas as famílias desses pescadores que vieram. Então, multiplica 80...tudo isso aí e tem uma população grande. Não estou dizendo que todos são viciados, mas a grande parte desse pessoal já trouxe, por exemplo, o hábito de consumir cocaína, que eu nunca tinha visto, em A.C., falar em cocaína. E eles já trouxeram esse hábito da cocaína e da droga batizada, da droga misturada com o subproduto da cocaína (A. B., autoridade pública local).

E, mais, conforme o mesmo entrevistado a introdução de novos tipos de drogas e a intensificação do seu uso

Influenciou, sobretudo, a juventude. Porque, de repente ele tinha [...] a partir de então, como se transformou num grande negócio a questão da droga [...] o jovem de A. C. começou a dar de frente com um boqueiro a cada esquina, então a facilidade de adquirir a droga ficou assim tão grande que a juventude, sabe como é que é, não tem uma ocupação, um município pobre [...] e por aí, ele tem acesso a essa droga e vai por aí e dificilmente vai sair, é um beco sem saída, ele entra mais não sai [...] eu vejo assim (A. B., autoridade pública local).

Em outra entrevista, o sr. F. A. N. A., 60 anos, ex-funcionário público, falando sobre a relação entre a migração dos pescadores nordestinos e o uso de drogas em Augusto Corrêa, faz a seguinte afirmação

E a outra parte foi de droga, que até então, em 1963, deveríamos ter 10 ou 5 usuários de drogas, hoje temos a faixa de 30% ou 40% tudo usuário de droga só no município de A. C. e a maior parte são tudo filho de A. C. Isso aí foi que eles trouxeram muito, porque lá, a capital, Fortaleza, eles já utilizavam muito, os lugares de onde eles vieram eles tinham tudo como usar, chegaram...os traficantes também contribuíram, porque vieram de lá também, uma meia dúzia de traficantes, que sabiam que aquele pessoal usava droga, e vieram pra cá pra A. C. e daí foi alargando o comércio de A. C. em termos de droga.

Outra entrevista bastante contundente sobre esta questão foi a do Sr G. L. S. 40 anos, político e empresário do município. Segundo ele

O consumo de drogas. Augusto Corrêa tinha consumo de drogas, mas aí com o aumento da atividade pesqueira, né? E com a facilidade de deslocar até o mar, o auto mar, o consumo de drogas, a comercialização de drogas aumentou muito. Até então, nós não tínhamos aqui as chamadas boca de fumo. Os consumidores de Augusto Corrêa, pra conseguirem a droga eles tinham que se deslocar até Bragança, nas bocas de fumo de Bragança. E com a chegada dos cearenses aqui, dos barcos pesqueiros, dos lagosteiros, é [...] muitas bocas de fumo se instalaram em Augusto Corrêa. Não. Lamentavelmente, antes aqui se consumia apenas a maconha, se conhecia a maconha, mas a partir daí já se falou em crack, aí já se falou em cocaína, a nóia, que derivada da cocaína, não é isso? E tantas outras droga que foge até do conhecimento da gente, isso aí tudo [...] inclusive com o comércio em alto mar. Tinha barco que saía de Augusto Corrêa com carregamento de droga apenas pra levar droga para pescadores em alto mar [...] levava a droga trazia o peixe, trazia a lagosta [...] desviava dos patrões, dos donos das barcas, desviavam o produto, em função da troca com droga, acontecia muito isso. (G. L. S. político e empresário local).

Ainda neste sentido, a afirmação a seguir tem um peso significativo e confirma o que foi dito anteriormente pelos entrevistados. A afirmação é de um pescador local, que tem uma

relação de convivência muito próxima com os pescadores nordestinos. Segundo esse entrevistado

Esses cearense, é o seguinte: o vale deles, aí nessa lancha grande, é R\$ 250,00, que, por sinal, é o que eles ganham [...] porque quando eles chegam, meu irmão, o peixe é por porcentagem, é o que eles ganham [...]. Eles queimam logo todinho o vale, e quando eles não acabam logo aqui no porto...olhe, nós tamo ancorado aqui no porto, quando vê lá vem uma lancha, eles vem doidinho pra fumar, meu irmão [...] eles torram tudinho na droga. Então, eles esquecem de comprar o fumo (tabaco), porque eles torram tudinho na droga, na nóia. Rapaz, a nóia é uma pasta, a canalha chamam: a Maria do saco...O cara aí dá mais no preto. O preto é a maconha. Olha, a nóia fica assim: só um trisquinho de nada é dez conto. Antigamente, a canalha fumava mais a maconha, mas depois entrou a nóia, agora onde tem a maconha, tem a nóia (A. M. R., 40 anos, pescador artesanal local).

Corroborando com as afirmações a cima, o Sr. A. J. R. S., 34 anos, torneiro mecânico, natural de Bragança, mas que mora em Augusto Corrêa desde há, aproximadamente 10 anos, informou que “com a chegada deles (os “cearenses”) veio muitas coisas boas, mas também veio muitas coisa ruim, entendeu? Que a [...] sobre drogas [...] isso num tinha quase, entendeu?”.

Conforme vários entrevistados, uma das características marcantes de Augusto Corrêa era a tranqüilidade, ou melhor, a sensação de segurança que pairava naquele lugar. Segundo eles, não era comum encontrar casas com muro, muito menos muros altos. A sensação de segurança era tal que era possível até mesmo dormir com as janelas abertas.

Porém, conforme veremos a seguir, nas entrevistas em destaque, a migração que ocorreu nos últimos vinte anos, tendo como destino a sede do município Augusto Corrêa, mudou esse quadro.

Nesse sentido, novamente os entrevistados estabelecem à relação entre a migração de nordestinos e a sensação de insegurança presente atualmente na sede do município de Augusto Corrêa. É o que pensa o Sr. J. P. O., 60 anos, empresário de pesca local, conforme pode ser entendido, a partir de seu relato:

No social sim. Porque, quanto mais gente, mais volume de gente, mais trás as diferenças do pensamento, afinal. entra mais malandro, entra mais... Então, tudo cria mais, e nós temos...a nossa população era menor. Então, a gente trabalhava aqui de porta aberta. Hoje em dia nós não podemos mais trabalhar assim, porque aumentou muito a população em Augusto Corrêa, principalmente, em Augusto Corrêa, com a venda desse pessoal de fora. Uns voltaram, mas outros ficaram. Por sinal uns ficaram até nas calçadas, aqui. Mais tudo aumentou, tudo aumenta. Quando aumenta a população aumenta tudo.

Outro entrevistado também associou aos migrantes, em especial os nordestinos, o crescimento da violência, que se traduz em insegurança no lugar. De acordo com ele a migração trouxe benefícios, mas, também, aumentou a violência e o consumo de drogas. Veja o que ele relatou:

Trouxe muito benefício também pra A. Corrêa, ,mas também trouxe, com relação a violência trouxe um bucado também, porque com a chegada deles a comercialização de drogas evoluiu mais, entendeu? Boates e tal, que não existia antes, aí com a chegada (deles) veio muitas coisas boas, mas também veio muitas coisa ruim, entendeu? Que a [...] sobre drogas...isso num tinha quase, entendeu? Evoluiu muito a violência na cidade [...] Porque não veio só os nordestinos, né? Veio chegando o povo do interior [...] veio muita gente morar. É isso aí! (A. N. S. O., 26 anos, soldador).

De igual forma o Sr. A. B., autoridade pública local, informou que “[...] se podia dormir com janela aberta em Augusto Corrêa”. Assim como o, político e empresário do lugar, G. L. S., 40 anos, afirma: “Augusto Corrêa não tinha casa de muros altos, hoje há necessidade de fazer casas com muros altos, ainda assim, agente não deixa de ter as nossas residências invadidas.”

Segundo os entrevistados, uma das características dos pescadores migrantes é a curtição, é o esbanjamento da renda com farra. O Sr. A. B., morador e autoridade pública local, definiu o pescador migrante da seguinte forma: “pescador, no meu entendimento, ele é igual garimpeiro: ele vai pro mar, passa um mês lá pescando e vem e gasta tudo numa noite”. Os próprios “cearenses”, como o Sr. J. M., 60 anos, armador de pesca, nordestino, admitem isso. Segundo o este último entrevistado citado

Aqui, quando a gente veio a primeira vez, Augusto Corrêa ficou transformada numa cidade 24h. Eu cansei de vim aqui, na praça, era todo mundo direto aí [...] os pescadores vinham fazendo farra por aí, gastando o que eles ganhavam, e agente, também. Não tinha família, como eu continuo não tendo família. A minha família mora lá. Eu vou de 15 em 15 dias, de 10 em 10 dias. Normalmente, eu to passando mais dias aqui do que lá. (J. M., 60 anos, armador de pesca, natural de Beberibe – CE).

Outro entrevistado, em consonância com os anteriores, afirmou:

Bem [...] isso aí é inevitável, devido esses barqueiros, que a grande maioria deles são semi-analfabetos, giram em torno disso. Como eu já te falei não tem hora de trabalho, não tem nada, a hora que chegam é aquela bagunça geral e dessa forma eles vivem, entendeu? A única forma boa é só por causa do trabalho. (A. J. R. S., 34 anos, natural de Bragança, torneiro mecânico).

Por isso, segundo os entrevistados, moradores do lugar, a vinda dos nordestinos para a cidade de Augusto Corrêa, no contexto da pesca da lagosta, coincide com o surgimento de vários prostíbulos na cidade, o que até aquele momento não tinha no lugar.

Nesse sentido,

[...] até então Augusto Corrêa não tinha casas de prostituição e com a chegada desse povo, os nordestinos, veio também as prostitutas. As donas de cabaré eram pessoas do Nordeste, do Ceará [...] é muitas vieram, muitas prostitutas cearenses, maranhenses [...] e com essa novidade, podemos dizer assim, na época, despertou uma certa curiosidade, creio eu, principalmente nas meninas jovens e carentes [...] achavam que era até então uma profissão, ganhava dinheiro fácil, mas que, na verdade, o que se vê hoje são crianças aí com 6, 7, 8, 10 anos de idade, fruto desse engano das nossas jovens augustocorreenses (G.L.S., político local).

Concordando com o entrevistado anterior, assim se pronunciou o sr. F. A. N. A., 60 anos, ex-funcionário público aposentado,

Não, vieram poucas pessoas no caso de prostituição, mais foi de A. C., quem sofreu mais com a prostituição foi a população de A. C. As mulheres de A. C. se inseriram porque vieram muitos eram mais imigrantes não eram as mulheres...só vinha mais eram os imigrantes, homens, aí migravam...aí foi o que foi feito de buscar mulheres fora também e aí a prostituição foi aumentando em virtude disso. Isso foi aquela parte negativa que veio para A.C. foi nessa parte aí.

Concomitante ao surgimento dos prostíbulos na cidade teria aumentado também, outras mazelas sociais, como a prostituição e o número de pessoas vítimas de doenças sexualmente transmissíveis (DST). Sobre esta questão, determinado entrevistado, político local, e que já ocupou vários cargos públicos no município, afirmou:

[...] eu me criei, como você se criou em A. C., nós nos criamos, apesar da diferença de idade, mas eu conheci A.C. com zero, zero,zero cabaré...não tinha nenhum. Na minha época de adolescente, até pouco tempo não tinha nenhum, e,de repente...nós tínhamos... chegamos a ter 20 cabarés em A. C., já parecia mais uma currutela do que uma cidade, entendeu? E aí, com os cabarés vieram todo tipo de mazelas, por exemplo: DST, eu cheguei a ver aqui receitas de DST...pareciam xérox, pareciam cópias, como agente lida com política, agente vê muito isso...pareciam xérox uma da outra, porque...Porque disseminou. Ai, de repente, o filho de A. C., aquele pacato cidadão, aquele que nunca tinha visto um cabaré na vida começou a freqüentar também, e levar para dentro de casa essa mazela, entendeu? Além disso, o que aconteceu? (A. B. autoridade pública municipal)

Além disso, o Sr. G. L. S., 40 anos, político local, entende que a abertura de prostíbulos na cidade acabou influenciando muitas meninas do lugar. De acordo com ele, “As donas de cabaré eram pessoas do Nordeste, do Ceará [...] muitas prostitutas cearenses, maranhenses [...] e com essa novidade [...] na época, despertou uma certa curiosidade, principalmente nas meninas jovens e carentes” do lugar, que diante das dificuldades financeiras e da realidade socioeconômica que caracteriza o município, que não lhes permitiam maiores perspectivas de um futuro promissor, achavam que essa era uma profissão em que se ganhava dinheiro fácil.

3.5.2 Os impactos sobre o meio ambiente pesqueiro e a pesca local

A introdução da pesca da lagosta, a partir da década de 1990, provocou transformações significativas, também, na dinâmica ambiental e da pesca em Augusto Corrêa. Essas transformações estão relacionadas à degradação do ambiente marinho, o que reflete diretamente na produção pesqueira local.

A pesca da lagosta no Norte do Brasil se desenvolve de forma predatória. A técnica usada para a captura da lagosta nesta região foi a rede caçoeira, que é extremamente danosa ao meio ambiente onde ela se desenvolve. Segundo o Prof. Dr. Israel Cintra, pesquisador e

membro do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos da Universidade Federal Rural da Amazônia e membro do Subcomitê Científico do CGSL (Comitê de Gestão do Uso Sustentável de Lagosta), conforme já foi anteriormente mencionado, isso se deu com a anuência do setor pesqueiro da região, que diante da consulta pública realizada pelo IBAMA, no período de 2001 a 2003, não pediu nem a suspensão da utilização da rede caçoeira, nem tempo para adequação à novas técnicas.

A solução dada à questão pelo órgão competente, o IBAMA, foi a proibição do uso da rede caçoeira, autorizando a realização da pesca da lagosta no Norte e Nordeste apenas através de manzuás ou covos. Contudo, a ausência ou parca organização dos pescadores e a não fiscalização efetiva do IBAMA sobre a pesca da lagosta na região Norte contribuiu para que essa atividade continuasse a ser realizada pelos lagosteiros nordestinos através de rede caçoeira, gerando impacto sobre o meio ambiente marinho e a pesca local.

Comentando sobre a determinação atual de uso de manzuás para a pesca da lagosta em Augusto Corrêa, em virtude das pressões exercidas pelo IBAMA, e descrevendo a caçoeira e a sua capacidade de degradação, o presidente da Colônia de Pescadores de Augusto Corrêa fez o seguinte comentário:

Por que tá impuribido a pescaria do lagosto de rede [...] de rede [...]. De rede [...] escoram, né? Botam 100m, 200m de rede, aí uma garatêia na boca, aí as pontas ficam lá no cascalho, lá fora [...]. É garatêia...não é ferro, é garatêia. Fica na boca e a outra solta, né? Aí é o que passa, né? Aí é o cação, se passar [...] o que passar morre lá, então por isso que ela foi imporibida (A. R. B., presidente da Colônia de Pescadores de Augusto Corrêa).

Certa comerciante e dona de uma vila, onde moram vários pescadores nordestinos e seus familiares (os “cearenses”), que constantemente, em virtude de sua atividade, estabelece relação eles, afirma que, segundo os próprios pescadores nordestinos, a causa da diminuição da produção de lagosta no Nordeste, o que os levou a migrarem para Augusto Corrêa está relacionado

A rede [...] a pesca com rede. Eles acham que, na visão deles, eu não sei se eles tão certo, né? Eles acham que a rede, quando eles lançam a rede ao mar eles tiram tudo, eles chamam de, o coral, né? O coral que tem no mar, eles chamam de bofe, então quando eles põe a rede, que eles tiram a rede da lagosta eles trazem todo aquele...o coral vem embora, vem peixe pequeno, vem tudo...acaba tudo, vai destruído. Então eles acham que é a rede, todos eles acham isso (A. M. R., 51 anos, comerciante local).

Para Augusto Corrêa, o resultado dessa questão teve, basicamente, três desdobramentos: alçou Augusto Corrêa à condição de produtor de lagosta, sem contudo ter contribuído diretamente para o aumento da arrecadação do município; provocou impactos ambientais na área de pesca local, embora os lagosteiros defendam a ideia de que a atividade deles se realiza

muito distante da costa, se comparado a pesca local, negando a dinâmica sistêmica do meio ambiente marinho e da relação desta com a produtividade da pesca local; e, ainda, promoveu impacto na produção da pesca local, conforme queixa de diversos pescadores locais, que atribuem à introdução da pesca da lagosta, a diminuição da produção da pesca no município.

No que concerne ao *status* de produtor de lagosta, o município de Augusto Corrêa, a partir de 1998, passou a figurar entre os principais produtores de lagosta do Brasil. Segundo os dados obtidos através do trabalho do prof. Dr. Ivan Furtado, pesquisador da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a produção de lagosta em Augusto Corrêa tem seu início em 1998, com a captura de 486 toneladas, e alcançou seu pico em 2001, com uma produção de 808,01 toneladas. A tabela 15 detalha os dados estatísticos da produção de lagosta no nordeste paraense, conseqüentemente, da produção da lagosta em Augusto Corrêa.

TABELA 15: Produção de lagosta, em tonelada, por município, no Pará, entre 1997 e 2003.

MUNICÍPIOS	ANO							Média entre 1997 e 2003
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
A. Corrêa	-	486	173	260	808,01	694,84	725,97	449,93
Belém	2,19	-	-	-	-	171,50	128,29	43,14
Bragança	67,68	239,97	65,60	27,35	313,27	45,08	325,96	154,99
Curuçá	-	-	-	-	-	-	0,01	-
S.C. Odivelas	-	-	-	-	-	-	0,02	-
S.J. Pirabas	0,27	-	7,26	-	-	-	-	1,09
Salvaterra	-	-	-	0,65	-	-	-	-
Vigia	0,54	-	-	0,02	-	-	0,35	0,13
Viseu	-	-	-	0,22	-	-	-	-
TOTAL	70,68	726,01	289,05	289,05	1.121,28	911,41	1.180,60	649,40

FONTE: IVAN FURTADO, 2006.

Adaptado por Glauco Araújo, pesquisa de campo, 2011.

Dessa forma, conforme o pesquisador, até 1997 a produção de lagosta em Augusto Corrêa era inexistente. Contudo, os pescadores e moradores de Augusto Corrêa, são unânimes em informar que a chegada dos pescadores de lagosta em Augusto Corrêa antecede o período apresentado no trabalho do prof. Dr. Ivan Furtado.

É importante notar, conforme já mencionado anteriormente, que a produção de lagosta em Augusto Corrêa não se traduziu, por exemplo, em aumento de arrecadação direta para o município. Com base no argumento de ilegalidade de uma determinada taxa criada pela administração municipal, que incidia sobre cada quilo de lagosta desembarcada em Augusto Corrêa, a empresa de pesca J.F. Ind. E Comércio Ltda, juntamente com a EMPESCA ALIMENTOS S/A, solicitou judicialmente a suspensão da referida taxa, o que lhes foi concedido, conforme Mandado de Segurança nº.148/2000, expedido pelo juiz de direito da

Comarca de Augusto Corrêa, em 11 de maio de 2000, e, posteriormente, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em 28 de junho de 2004.

Neste aspecto, Augusto Corrêa funcionou apenas como um porto, onde a produção de lagosta era desembarcada e encaminhada para as empresas de pesca localizadas no nordeste brasileiro, de onde abastecia o mercado nacional e internacional, via exportação. Augusto Corrêa, portanto, sequer aparecia como município produtor de lagosta. Este raciocínio é compartilhado por Silva, Fonteles Filho (2011, p. 49), quando afirmam que “o caminho percorrido para a exportação de lagosta congelada, no período de 2002 a 2010”, envolve 13 apenas 13 cidades: Belém e Barcarena (PA), Fortaleza e Pecém (CE), Natal e Parnamirim (RN), Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo e Santos (SP), Itajaí (SC) e Rio Grande (RS). E, mais, segundo os referidos autores, os estados do Ceará e Pernambuco, tiveram suas respectivas produções originárias dos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Pará, Piauí, Alagoas, Maranhão, Paraíba e Espírito Santo. (SILVA, FONTELES FILHO, 2006, p. 49-50).

Dessa forma, a autoridade pública local tem razão em afirmar que

A gente vem acompanhando desde o início dessa migração lá do, na verdade, a [...] era uma coisa já prevista pra eles virem aqui fazer um porto de Augusto Corrêa, eles não se deslocaram pra vir morar em Augusto Corrêa. Eles se deslocaram pra fazer um porto, porque aqui em Augusto Corrêa [...] é fica 24h de viagem para o pesqueiro e de Fortaleza pra cá, ou seja, do litoral do Ceará pra cá ficava 72h para esse mesmo pesqueiro. Então eles resolveram aportar em A.C e Bragança [...], eu diria assim, estatisticamente, nós não produzimos esse pescado, estatisticamente, passou pelo porto de Augusto Corrêa. [...] porque a zona pesqueira não fica no município de A. C., ela fica lá da foz do rio Amazonas pra dentro [...] são 24h daqui pra lá, é muito distante, um barco desse aí corre bastante, então, é muito distante o pesqueiro, então, ele apenas aportava aqui.

Assim como o Sr. F. A. N. A., 60 anos, ex-diretor de tributos do município, o qual afirma que

Enquanto que, em termos de pesca evoluiu muito, cresceu o município muito. Apesar de nós termos aí um entrave mediante, que essa lagosta, nós somos quase considerados o maior produtor de lagosta do Norte, só que arrecadação não tem. Em virtude de duas cooperativas que entraram aí e concederam uma liminar, aonde nós não podemos despachar o desembarque da lagosta no porto e eles tem uma liminar dada pelo juiz de Augusto Corrêa, que impede o progresso ainda maior, porque o município se tivesse essa arrecadação melhoraria muito, tanto as famílias de Augusto Corrêa, porque muitos dependem da prefeitura, o prefeito fazia mais coisas, apesar de ta fazendo: tá fazendo o cais, mas é verba federal. Enquanto que o município com arrecadação, nós pagaríamos, hoje, uma faixa de uns trinta ou quarenta por cento do funcionalismo, se nós tivéssemos o direito de receber, né? Esse tributo que seria cobrado da saída do pescado do município de Augusto Corrêa, já que desembarca em nossos portos. Então isso aí, em virtude de uma liminar da EMPESCA, que eu nunca vi dizer que teria uma liminar que ela não fosse revista, né? Nem que fosse eterna, como essa de Augusto Corrêa que faz quase 16 anos,

ninguém conseguiu, ainda, derrubar essa liminar, para que agente pudesse cobrar os impostos adequados. E que melhoraria muito. Porque com a arrecadação somaria, tanto de pesca do peixe como da lagosta nós, como nós somos considerados o maior produtor de pesca de lagosta do Norte, já que o produto é um produto caro nós tínhamos essa mina.

O impacto relativo ao meio ambiente marinho também é relacionado pelos pescadores locais à introdução da pesca da lagosta no litoral paraense e seu escoamento através de portos como o da cidade de Augusto Corrêa. Segundo parte dos entrevistados, dentre eles o secretário municipal de meio ambiente do município, além de pescadores e cidadãos locais, a pesca da lagosta traz enormes danos ao ambiente marinho do litoral augustocorreense, local onde se desenvolve a pesca local.

Ocorre que a pesca da lagosta é praticada muito distante da costa litorânea de Augusto Corrêa. Ela se desenvolve no banco de reprodução de lagosta presente no Pará, que está localizado há, aproximadamente, 100 milhas náuticas de Belém, a uma profundidade de, aproximadamente, de 90m. Neste sentido, há que se consideram a argumentação dos armadores de pesca de que a sua atividade, em si, ou seja, a pesca da lagosta, não causa impacto ambiental e nem diminuição da produção da pesca local.

Entretanto, há que se considerar a característica sistêmica do ambiente marinho e o fato de que o litoral de Augusto Corrêa serve de rota para as lanchas lagosteiras, o que certamente provoca impacto no ambiente marinho e na atividade pesqueira local.

Outro dado a ser considerado é o fato de que atualmente, diferentemente de quando a capital lagosteiro aportou em Augusto Corrêa, as lanchas lagosteiras, quando do defeso da lagosta e do pargo, passam a pescar serra e outras espécies de pescado. Ou seja, hoje, o capital pesqueiro oriundo do Nordeste passou a condição de concorrente dos pescadores locais. Utilizando para isso maior aporte técnico, tecnológico e financeiro. Assim, o mesmo ambiente de produção passou a ser disputado por atores com capacidade técnica, tecnológica e financeira maiores, além de maior capacidade de transformação do meio ambiente marinho.

Além do que, segundo os pescadores locais, os “cearenses” introduziram um tipo de pesca extremamente danoso ao meio ambiente marinho e, por isso, proibido: a apoitagem de rede.

Neste sentido, segundo o secretário de meio ambiente municipal, a degradação ambiental na zona pesqueira local ocorre

Porque eles usam aquela forma que é proibida: é a apoitagem de rede. Quando eles fazem isso eles prejudicam a pesca aqui...porque o berçário aqui...o peixe se reproduz aqui e vai pro mar aberto. Então, na hora que há aquela parede de

contenção que é chamada de apoitagem. Então isso diminui a produção aqui, então isso causa um impacto social, econômico nos nossos pescadores locais.

O Sr. B. M. C., 69 anos, pescador artesanal de Augusto Corrêa, afirma:

Foi sim. Até eles chegarem aqui não tinha necessidade de apoitar rede, não. Você vê, que quando eu cheguei aqui, neste Urumajó, eu fiz um espinhel lá naquela ponta, quanto eu fui puxar tinha 13 bragalhão grande...Hoje, eles botaram tanto óleo na água que acabou. Então é assim, meu irmão. E daqui pra frente vai ficar pior. Porque que...Vai alguém pro Ceará agora. Porque que eles fazem casas aqui, casas boas? Eles vão deixar? Não. Tá dando produção aqui, eles vão deixar?

Outro pescador, que se definiu como artesanal, concordando com o anterior, denunciou

A única coisa que é diferente da da gente é a pesca da lagosta, que é pescada em alto mar. Agora, o serra, a pescada, e os outros peixes aqui do costeiro, é exatamente igual o da gente...e outra coisa, eles ainda utilizam métodos mais fácil que o da gente. Por exemplo, eles pescam com rede afundada, que danifica ainda mais o meio ambiente onde o peixe se reproduz, por exemplo, os corais onde eles, os peixes, se reproduzem...porque tem uma cadeia alimentar, né? Pros peixes poder se reproduzir. Então, onde eles pescam com essas redes...de lagosta...rede afundada vai danificando tudo...porque ali tem nutrientes pros outros ir se alimentando... (G. B., 49 anos, pescador artesanal local).

Assim como o Sr. A. M. R., 40 anos, pescador artesanal local

A nossa pescaria aqui é muito diferente da deles. A pescaria deles, pra falar a verdade, é uma pescaria clandestina, no que eles tão atuando agora. Eles tão pescando muito de rede afundada, lá no mar, lá no marzão. Lá é 60, 70 milhas. Lá eles afundam a rede e aí eles vão puxando tudo. Eles arriam a 50 (rede de 50mm de malha), quando não a serreira mesmo (rede de 60mm de malha). Onde agente pescava por aí, que dava muita peixe pedra, eles tão acabando. Se é pra falar a verdade, a verdade é essa. Então eles exploram muito nosso Pará. Os cearenses exploram muito, demais mesmo. Porque o que tinha por aqui por perto eles já acabaram, agora eles tão tirando lá por fora.

Dessa forma, a atividade desenvolvida, hoje, pelos “cearenses”, além de impactos ambientais, relacionados à exploração e degradação do ambiente marinho local, tem também influenciado negativamente, conforme os entrevistados, a atividade pesqueira local. A concorrência com os pescadores locais sob condições técnicas, tecnológicas e financeiras, e a destruição do ambiente marinho tem contribuídos decisivamente para a redução da produção da atividade pesqueira local, ainda marcada por características artesanais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que há um processo de territorialização de sujeitos sociais migrantes em Augusto Corrêa. É o território que está em questão. Não que a territorialização seja um processo que se encerre à chegada da pesca da lagosta e os sujeitos nela envolvidos naquele município. Evidente que não. Pois a simples existência de sujeitos que se relacionam, que disputam espaço, a fim de transformá-lo em território, já denuncia a existência de relações territoriais, de territorialização, portanto. Entretanto, o objetivo deste trabalho não é discutir as relações territoriais, ou de territorialização, preexistentes. Mas sim, o processo de territorialização que se inaugura com a inserção e desenvolvimento da pesca da lagosta em Augusto Corrêa, a partir da última década do século passado, e provocou alterações importantes na paisagem, na população, na dinâmica social e econômica local e no meio ambiente pesqueiro.

As mudanças na dimensão espacial estão relacionadas às formas, aos tamanhos e ao vai e vem das embarcações de fora que alteram a paisagem do porto local, e aos fluxos de pessoas que chegaram para subsidiar as demandas da pesca da lagosta que também alteram a dinâmica populacional e espacial local. Na sociedade, dinâmicas que são transformações estão atreladas a um processo de aglutinação e justaposição de valores, inferência e incorporação de normas e comportamentos. A economia passa a ser inserida numa dinâmica multiescalar: local, regional, nacional e global e, conseqüentemente, tem seus fluxos aumentados. No meio ambiente da pesca estas transformações se expressam nos impactos sobre os recursos pesqueiros, gerados pelas diferenças e magnitudes das técnicas utilizadas pelos novos atores sociais presentes no lugar.

Uma das hipóteses deste trabalho era que o surgimento de novos bairros em Augusto Corrêa estava diretamente relacionado à inserção da pesca da lagosta em Augusto Corrêa e, conseqüentemente, relacionado a tal atividade, ao fluxo de pescadores nordestinos e seus familiares. Mas, tal hipótese não se confirmou. Contudo, a análise dos dados da pesquisa de campo, que fundamenta empiricamente este trabalho, demonstra que a expansão urbana de Augusto Corrêa, nos últimos vinte anos, materializada nos novos bairros criados na cidade nesse período tem a sua origem diretamente relacionada à migração, principalmente ao fluxo populacional intramunicipal (êxodo rural ou deslocamento praia-cidade), e à migração intermunicipal.

Quanto ao crescimento da população local, que também se constituiu em um dos alvos de investigação desta pesquisa, através da análise dos dados, foi comprovado que o contingente populacional nordestino que o município de Augusto Corrêa recebeu nos últimos vinte anos é muito superior àquele que consta nas tabelas sobre migração do IBGE. O que demonstra a importância da migração, enquanto fator interveniente, na constituição da população de Augusto Corrêa. Para o nordeste paraense, os dados censitários de 1991 e 2000 também confirmam a mesma realidade: crescimento populacional vinculado à migração de nordestinos. Outro fenômeno que se, quando analisado e comparado, está relacionado aos dois estados que maior contribuição deram, tanto para o aumento da população do nordeste paraense em geral, quanto para o aumento da população de Augusto Corrêa nos últimos anos, em particular. Os dois estados são Ceará e Maranhão.

Foi possível demonstrar, também, no decorrer deste trabalho uma das características principais da migração de nordestinos (armadores, pescadores e outros profissionais relacionados à pesca da lagosta, além de seus familiares) para a cidade de Augusto Corrêa: a migração como mobilidade da força de trabalho. Ou seja, conforme foi constatado, a migração de nordestinos para Augusto Corrêa não foi um ato espontâneo e desobrigado. A decisão de migrar não foi consequência exclusiva da vontade e da autonomia dos migrantes. Foi praticamente uma condição imposta. Está relacionada a manutenção do emprego. Pois a grande maioria dos nordestinos entrevistados é pescador e teve a sua mudança para Augusto diretamente influenciada pelos seus respectivos patrões, os armadores de pesca.

No cenário econômico emergem novos atores e são introduzidos na estrutura produtiva novos mecanismos de produção, que possibilitam ao lugar novas conexões e novos e maiores fluxos comerciais e econômicos. O incremento comercial se amplia, o que se traduz em novas casas de comércio, novas lojas e mais empregos. A produção pesqueira foi aumentada, mas, diferentemente de outrora, tem como objetivo primeiro a exportação, principalmente, se tratando da pesca da lagosta. Novas relações de trabalho também são experimentadas no lugar, porque o tempo no trabalho e do trabalho também é alterado. A exigência constante por maior produção no menor tempo possível também passa a ser parte dessa nova realidade que se faz presente. É o tempo do capital se sobrepondo ao tempo da natureza.

Constatou-se, também, que a pesca da lagosta é uma atividade fluida, cujo tempo de permanência em determinado lugar varia de acordo com a oferta deste recurso. Assim, enquanto há abundância de recurso, há também elevado número de imigrantes: empresários, armadores de pesca, pessoal de apoio, pescadores e seus familiares. Porém, com a diminuição

da produção, a pesca da lagosta migra para outros lugares, onde suas necessidades de produção são supridas.

Em Augusto Corrêa, no entanto, ocorreram duas situações interessantes. A primeira diz respeito a apropriação das técnicas de pesca da lagosta e dos afazeres a ela relacionados pelos pescadores locais, o que possibilitou a incorporação de parte da mão de obra local nessa atividade e, conseqüentemente, o descarte e o retorno de vários pescadores nordestinos como forma de redução de custos pelos patrões. Outra situação está relacionada a concorrência que passou a existir entre a pesca comandada pelos armadores de pesca nordestinos e os pescadores locais. Quando termina o período da pesca da lagosta, se estabelece oficialmente o defeso dessa espécie, então muitos desses armadores de pesca passam a pescar outras espécies, como o serra, que antes era pescado apenas por pescadores locais, gerando concorrência entre esses dois grupos pelo mesmo recurso e, contribuindo para a permanência de um determinado quantitativo de imigrantes em Augusto Corrêa.

O processo de apropriação do espaço, entendido para fins deste trabalho como territorialização, conforme já discutido teoricamente em momento anterior desta dissertação, dos migrantes nordestinos, enquanto sujeitos sociais envolvidos no processo em questão se manifesta de múltiplas formas. A territorialização dos “cearenses”, termo genérico designador dos imigrantes nordestinos em Augusto Corrêa, como já foi dito antes, se materializa na envergadura e capacidade econômica demonstradas pelo atores sociais que comandam a pesca da lagosta (os empresários e armadores de pesca), no aluguel e na aquisição de casas e terrenos, no tamanho e no tipo das embarcações, no tipo de pesca e nas técnicas e tecnologias adotados na realização de sua atividade, na cultura e no linguajar próprios do grupo social migrante, dos nordestinos.

Por fim, mas não menos importante, à territorialização dos “cearenses” se opõe a territorialização do grupo já territorializado, os pescadores e moradores locais. É nesta perspectiva que se instala o conflito de territorialidades entre autóctones, que reivindicam o direito ao território baseado no uso costumeiro e nas relações historicamente estabelecidas com o lugar, e imigrantes que são vistos sempre como os “cearenses”.

A fim de afirmar a sua territorialidade e manter o território sob seus domínios, o autóctone, seja ele pescador ou morador em geral, acusa o imigrante de ser o principal responsável pelas mazelas sociais, pelos impactos ambientais e pelo solapamento dos recursos pesqueiros no lugar. O imigrante, por sua vez, acusa o autóctone de tratá-lo de modo depreciativo e discriminatório, encerrando nele, imigrante, a razão de todos os problemas

loais e os possíveis insucessos que possam ocorrer a um natural do lugar. Os imigrantes se defendem, ainda, acusando a população local de desconsiderar o desenvolvimento e o progresso que eles trouxeram para o município.

Desta forma, à luz do que está posto, é possível afirmar que o processo migratório desencadeado pela pesca da lagosta, no período analisado, influenciou de modo significativo a dinâmica populacional, espacial, social, econômica e ambiental em Augusto Corrêa, em particular na sede do município, alvo principal, no nordeste paraense, do capital lagosteiro e destino dos fluxos migratórios a ele relacionados.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, L. E. Até onde vai a Amazônia e qual a sua população?. In: ARAGÓN, L. E. *Populações da Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2005.

AVIZ, A. FURTADO, L. *et alli*. Projeto RENAS: Experiência de pesquisa científica e desenvolvimento em zonas costeiras, fluvio-lacustres e estuarinas da Amazônia e possibilidades de cooperação internacional. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos*. Belém: UFPA/NAEA, 2003.

_____. O disciplinamento do trabalho e o processamento no parque industrial pesqueiro de Icoaraci: um estudo de caso. In: FURTADO L. G. & QUARESMA, H. D. A. B. (Orgs). *Gente e ambiente na pesca artesanal*. Belém: MPEG, 2002 (Coleção Eduardo Galvão).

BECKER, Bertha. *Amazônia - Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond: 2004.

_____. *Amazônia*. 6ª Ed. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura*. Brasil: 2008 e 2009. Ministério da Pesca e Aquicultura.

BRITO, C. S. F; FURTADO Jr. I; TAVARES, M. C da S. Estatísticas das produções de pescado estuarino e marítimo do estado do Pará e políticas pesqueiras. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 95-111, maio-ago. 2006.

CARDOSO, E. S. Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão. In: *Revista do Departamento de Geografia*, Vol. 14 (2001) 79-88.

CORREA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. et al. (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTIGLIONI, A. Migrações: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, L. (Org). *Migrações Internacionais na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

Demografia. Relatórios – População municipal por faixa etária. Disponível em www.idesp.pa.gov.br. Acesso em 19/03/2012, às 10:00h.

_____. Evolução da taxa média geométrica do incremento populacional por municípios, microrregiões e mesorregiões. Disponível em www.idesp.pa.gov.br. Acesso em 19/03/2012, às 10:00h.

_____. Evolução da taxa média geométrica da urbanização por municípios, microrregiões e mesorregiões. Disponível em www.idesp.pa.gov.br. Acesso em 19/03/2012, às 10:00h.

DIEGUES, A. C. Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestranga em Galinhos, Rio Grande do Norte – Brasil. In: DIEGUES, A. C. *A imagem das Águas* (Org.). São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras / USP, 2000.

FRANÇA, D. L. de S. Turismo e dinâmica demográfica: reflexos da atividade turística no comportamento reprodutivo da mulher no município de Salinópolis/Pa. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPA, 2008, 191 f.

FURTADO, I. Estatísticas da Produção de Pescado Estuarino e Marinho do Estado do Pará e Políticas Pesqueiras. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 95-111, maio-ago. 2006.

FURTADO, Lourdes G. Dinâmicas Sociais e Conflitos da Pesca na Amazônia. Disponível em: www.museu-goeldi.br. Acesso em 28/10/2009, às 21:00.

GERMANI, G. I., KUHN, E. R. A. *O pescador artesanal e a geografia: diálogos possíveis*. 2009.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazôniaas*. 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2004.

_____. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, H. e FERREIRA, A. P. *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: REVAN, 2005.

IBAMA – Estatística da Pesca 2007. Brasil: grandes regiões e unidades da federação. IBAMA, Brasília, 2008.

IDESP. Produto Interno Bruto do Pará: estudo e pesquisas socioeconômicas, 10 anos de PIB Municipal, série 1999 – 2008. – Belém: DEPSAC, Núcleo Socioeconômico/SUDAM, 2010.

_____. Produto Interno Bruto dos municípios do Pará, 2009. Disponível em www.idesp.pa.gov.br, Acesso em 19/03/2012, às 10:00h.

_____. Estatística Municipal - Augusto Corrêa – 2009. Disponível em www.idesp.pa.gov.br, Acesso em 19/03/2012, às 10:00h.

_____. Estatística Municipal - Augusto Corrêa – 2010. Disponível em www.idesp.pa.gov.br, Acesso em 19/03/2012, às 10:00h.

_____. REVISTA DE ESTUDOS PARAENSES, 2008. Belém: IDESP, 2008. V. 1, n. 2, pt A. p. 1-84.

ISAAC, V. Reflexões sobre uma política de desenvolvimento da pesca na Amazônia. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006.

LABERGE, J. As naturezas do Pescador. In: DIEGUES, A. C. *A imagem das Águas* (Org.). São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio às Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras / USP, 2000.

LIMA, M. G. M. Migração – uma estratégia de sobrevivência para o pescador artesanal?. In: FURTADO L. G. & QUARESMA, H. D. A. B. (Orgs.). *Gente e ambiente na pesca artesanal*. Belém: MPEG, 2002 (Coleção Eduardo Galvão).

MALDONADO, S. C. O caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antônio Carlos. *A imagem das Águas* (Org.). São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras / USP, 2000.

MELLO, A. F. *A pesca sob o capital: a tecnologia da dominação*. Belém: GEU/UFPA, 1985.

_____. Pescadores da industrial: o complexo de Icoaracy. In: FURTADO, L. G; LEITÃO, W., MELLO, A. F. de (Orgs.). *Povos das Águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993.

MOREIRA, H. L. F. Marudá: aspectos da mudança social em uma comunidade de pescadores da Amazônia. In: FURTADO, L. *et alli* (ORG). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993. (Coleção Eduardo Galvão).

OGIMA, R., NASCIMENTO, T. T. *Meio Ambiente, migração e refugiados ambientais: novos debates, antigos desafios*. IV encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, DF, 4 - 6 de junho, 2008.

PATARRA, N. L. Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados* 20 (57), 2006.

POTIGUAR JÚNIOR, P. L. T. Um exercício etnográfico sobre a migração de pescadores no nordeste do Pará. In: FURTADO L. G. & QUARESMA, H. D. A. B. (Orgs). *Gente e ambiente na pesca artesanal*. Belém: MPEG, 2002 (Coleção Eduardo Galvão).

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: Teoria micro e macro-sociológicas. Universidade Técnica de Lisboa: SOCIUS Working Paper. n. 14/2004.

Produção Pesqueira e Aquícola - Estatística 2008 a 2009. MPA, Brasília, 2010. Disponível em www.mpa.gov.br. Acesso em 17/01/2012, às 21:00h.

ROCHA, G. M. Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia Brasileira. In: ARAGÓN, Luis E. *Populações da Pan-Amazônia*. – Belém: NAEA, 2005.

ROCHA-TRINDADE, M. B. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

_____. Migrações: o fim dos paradigmas clássicos. *Revista Cidade Solidária*, julho de 2007, p. 7 – 11.

ROSSINI, R. E. O “dekasseguis” do Brasil à procura do eldorado japonês. In: ARROYO, M et alli (orgs). *O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano*. 4 ed. São Paulo: ANABLUME/HUCITEC-ANPUR, 2002.

SALIM, M. A. *Migração: o fato e a controvérsia teórica*. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Brasília. V. 3, p.117 – 141, 1992.

SANTANA, G. *Pesca industrial: um problema socioambiental*. In: FURTADO L. G. & QUARESMA, H. D. A. B. (Orgs). *Gente e ambiente na pesca artesanal*. Belém: MPEG, 2002 (Coleção Eduardo Galvão).

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Ed. – São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SASAKI, E. M; ASSIS, G. O. Teorias das migrações internacionais. XII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, 2000.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SENA, A. L. S. O surgimento da indústria pesqueira no Pará. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006.

SILVA, A. C. da; FILHO, A. A. F. *Avaliação do defeso aplicado à pesca da lagosta no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Ed: Expressão Gráfica, 2011.

SOUZA, M. J. L de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L e GOMES, P. C. da C (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SAQUET, M. A. O(s) Tempo(s) e o(s) da imigração no Sul do Brasil. In: *Geografia e Migração: movimento, território e territorialidades*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SUDAM/PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano (2001).